

a *Página* da educação

Director: José Paulo Serralheiro · www.apagina.pt · redacao@apagina.pt · ano XVII | n.º 182 | OUTUBRO | 2008 Mensal | Continente e Ilhas 2 Euros [IVA incluído]

Voltámos às aulas

Com a curiosidade das crianças e o pessimismo dos mais velhos

Reportagem nas páginas 21 a 23

E novas oportunidades para licenciados?

Já há?

Ler a entrevista a Ana Paula Marques, do Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho (páginas 25 a 27)



05

Para marcar golos não é preciso ser bem educado

Lugares da Educação

13/33

Gostar ou não do Magalhães

Textos bissextos
Impasses e desafios

16

Confira o troco dos 500 euros do dia do Prémio

Discurso Directo

31

Avaliação: burocracia ou reflexão?

Do Secundário

36

Negritude afirma-se no Brasil

Lusofonia

Leio, por estes dias, a notícia da publicação, na Grã-Bretanha, de um livro original: as 101 coisas a não fazer antes de morrer. Leu bem, caro leitor: coisas a não fazer. Destinos turísticos que as agências de viagens nos vendem como paraísos e que se tornam num pesadelo quando os buscamos como paraísos, corrompidos pelo consumismo e comercialismo extremos. Para o autor do livro, é preferível não ir lá. É apenas um exemplo.

Ao ler a notícia lembrei-me de uma outra leitura, esta feita no *Correio da Manhã* do dia em que escrevo, em que o matutino se diverte a contar peripécias de um senhor que foi ao “momento da verdade” (televisiva) e que depois confessou, entre o ufano e o corriqueiro, que já lhe aconteceu bater na mulher. Ou da filha deste ‘popular’ que confessava também, à margem do programa, que precisamente no dia da performance televisiva do pai, tinha obtido a carta de condução, mas à terceira tentativa e ...mediante pagamento de três notas de cinquenta euros. Talvez por não haver assuntos mais importantes – afinal, que relevância haveriam de ter os ‘sismos’ que, por estes dias, abalam o capitalismo, com epicentro em lugares e marcas emblemáticas dos Estados Unidos ou da Grã-Bretanha? Talvez por o *Correio da Manhã* estar bem alfabetizado nas artes de inebriar o povo – afinal, à vida das gentes que vivem do seu trabalho ou que sobrevivem da falta dele já bem basta o fardo dos dias cinzentos e sem horizonte. Talvez, enfim, por o jornal conhecer demasiado bem o ‘seu’ povo, é que se entretém com as aparas da vida alheia... talvez por tudo isto o compromisso do *Correio da Manhã* com a verdade da máquina da verdade ocupe tanto destaque.

Lendo – e, mais ainda agora, recordando o que li - eu perguntava-me se não fará falta, a par do guia do que há para ver na televisão e noutros media, um guia sobre aquilo que não vale a pena. Por exemplo: “os 101 programas que não vale a pena ver”. E um guia regularmente renovado, pelo menos ao mesmo ritmo a que se vai reciclando o lixo televisivo. E quem diz televisivo diz também cinematográfico, radiofónico, bloguístico, de imprensa, de jogos, etc..

É legítimo que nos interroguemos sobre o interesse que pode ter publicar algo que aconselhe outros a não fazer determinada coisa, a não frequentar determinado ambiente, a não ver um certo programa. Afinal, quem somos nós para fazer esse aconselhamento (isto supondo que há quem esteja interessado em ouvir e/ou seguir o conselho)? Aconselhar a partir de que ponto de vista? Recomendar com que critério?

O paternalismo de certas recomendações provoca frequentemente a animosidade e pode tornar-se verdadeiramente

Porquê? Aprender a perguntar



ineficaz. Se alguém gosta de ler o *Correio da Manhã* (para citar o caso de há pouco), quem sou eu para desqualificar esse gosto? E se alguém gosta de acompanhar os *fait-divers* que cada vez mais enchem as páginas dos jornais e os tempos dos noticiários televisivos, que me adiantará sugerir-lhe que procure informação sobre a falência do banco Lehman Brothers?

Ninguém está proibido de dar conselhos ou, pelo menos, de emitir opiniões. De explicitar as razões das suas crenças, dos seus valores das suas mundividências. Eu tonderei a achar que aquilo que eu penso e de que gosto é o mais valioso e desejável. Mas se

tudo fosse o que eu aprecio, o mundo em volta não seria lá muito apreciável. É bom que haja diversidade de gostos, de ofertas, de projectos. Mas isso não quer dizer que tudo seja igual, que tudo valha o mesmo.

Se, porém, assim é, onde está o critério? Qual será o melhor caminho a seguir, ou, pelo menos, o mais eficaz?

Eu não tenho resposta certa para tal pergunta. Mas atrevo-me a sugerir que um caminho possível passa por podermos conversar sobre as nossas práticas e as nossas preferências. Sobre o que procuramos, o que evitamos e o que não encontramos nas ofertas que nos circundam. Passa por podermos comparar e analisar. E perguntar. E perguntar. E aprender a perguntar.

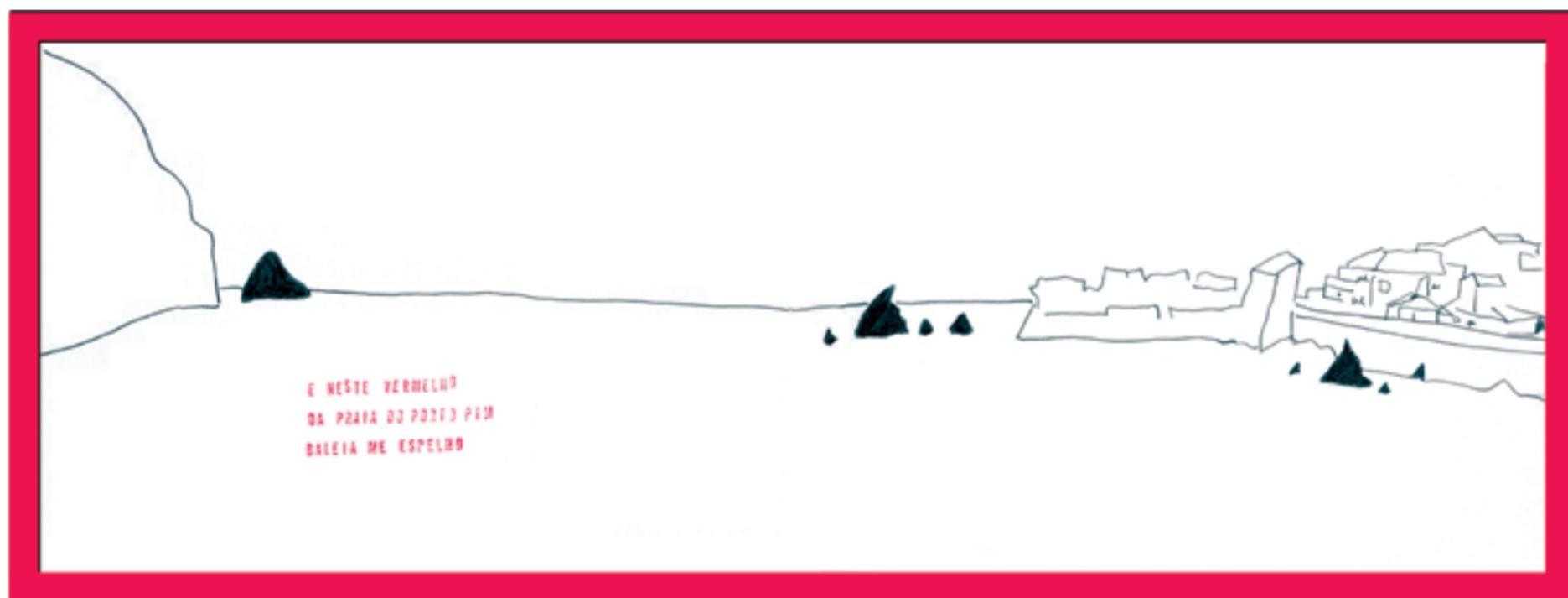
Há que reinventar uma nova era ...dos porquês.

Manuel Pinto

Universidade do Minho

■ Folhas soltas de um caderno de viagem

júlio Roldão (roldeck@gmail.com)



E neste vermelho // da Praia do Porto Pim // baleia me espelho

Governos tentam salvar o capitalismo da actividade de rapina dos capitalistas

Comeram os ovos prometendo que nasceriam pintainhos. Nós pagamos os ovos e a compra dos pintos. É a engenharia financeira, estúpido!

No dia em que escrevo este texto [30.09] é impossível escapar ao tema da crise do capitalismo que se abateu sobre todos nós. Os esforços para nacionalizar, por agora a banca, levados a cabo pelos mais ardentes gurus do neoliberalismo é um caso de espanto! O comportamento típico das baratas tontas americanas [voam erráticas acabando emaranhadas nos nossos cabelos] de Bush e do Congresso Americano, acerca do plano de «salvação do capitalismo e dos capitalistas» trouxe-me à lembrança o dito brasileiro: «se ficar o bicho come, se correr o bicho pega». Uma coisa é certa, depois de anos a pagar a roubalheira do capitalismo selvagem agora vamos pagar a incompetência, a estupidez e a ganância do saber e do saber fazer dos vigaristas. O que estamos a presenciar é uma consequência lógica do sistema de capitalismo neoliberal a que temos sido submetidos.

Desembaraçado de adversários e de críticos a sério, o capitalismo submeteu tudo e todos e pode, nas últimas décadas, assumir a sua forma mais pura e dura: transformar dinheiro em mais dinheiro sem precisar sequer de produzir mercadorias. Economia virtual. Especulação pura. Desastre previsível. Estados aprisionados. Governos subservientes e ausentes.

Os neoliberais criaram uma economia-mundo capitalista com três pilares fundamentais em relação aos quais temos estado praticamente indefesos: 1) o desenvolvimento do terrorismo internacional, privado e de Estado, favorecido pela livre circulação de capitais; 2) uma mistura explosiva da economia-criminosa com a economia-legal, valendo tudo desde que dê lucros; 3) o desenvolvimento do terrorismo financeiro, exigindo o desmantelamento do Estado, o desarmamento político dos povos e lançando sob estes uma constante acção de rapina e perda de di-

reitos de cidadania. Progressivamente foi a actividade criminosa, sobretudo o terrorismo financeiro, quem comandou a ditadura do mercado ao qual se submeteram servilmente os governos.

Os planos de salvação do capitalismo especulativo, a compra dos podres [ontem ainda lhes chamavam produtos sofisticados de engenharia financeira, hoje já os chamam produtos tóxicos] e o pagamento da vigarice praticada pelos especuladores não são mais do que a continuação do servilismo e da subserviência dos governantes a estes interesses terroristas. Será que os povos do mundo, «as opiniões públicas», serão capazes de se opor a esta absolvição e pagamento do crime? Será que somos capazes de nos libertar do jugo a que temos andado atados e de nos mobilizar para obrigar a reinventar o Estado Social? «Tudo o que não avança cai», diz a parábola da bicicleta.

A ideia de socialismo (nenhum do que nos venderam até agora) é, possivelmente, a mais moderna das noções da política. É uma ideia que afirma uma visão do mundo onde a representação e a hierarquia são invadidas pela intervenção, decisão e controlo pelos produtores, pelos consumidores e pelos cidadãos. Este socialismo quer radicalizar a democracia sobre todas as escolhas sociais fundamentais. Obriga à criação de mecanismo simples que permitam ao povo controlar e dirigir o todo social e político. Reclama a centralidade da responsabilidade individual nas opções privadas da vida. Dispensa-nos em absoluto do controle dos poderosos. Coloca na horizontal as relações sociais e políticas. Impõe o sentido de ética e responsabilidade cidadã. Faz dos governos um instrumento da vontade popular. Não permite que, tal como acontece hoje entre nós, um governo fale à esquerda e trabalhe servilmente para a direita. Este socialismo é o exacto oposto do pen-

samento neo-conservador.

Estamos obrigados a analisar o que é hoje o mundo. A sociedade e os problemas que enfrentamos são novos, são de hoje, é certo que transportam traços do passado, mas exigem políticas novas. Os arquétipos do passado são isso mesmo do passado. Este é um tempo de conflitos de concepções-mundo necessários e, por isso, esclarecedores. Não podemos ser tolerantes para os que, à direita ou à esquerda, procurarão escamotear a realidade pela necessidade da sua justificação e sobrevivência.

Os governos neoliberais assumiram, nas últimas décadas, o papel de desconstrutores da paz social, obtida na Europa com o modelo social europeu. Modelo em que, pelo menos nas intenções, o Estado assumia uma redistribuição da riqueza a pensar no bem-estar de todos os cidadãos. A luta de classes que vivemos nos últimos anos não foi declarada pelos de baixo, nem chegou a ser verdadeiramente uma contestação da ordem estabelecida, nem foi sequer uma exigência de maior igualdade, ela foi uma luta declarada pelos de cima, por determinação das elites, das classes altas, da nova aristocracia tecnocrata e financeira. Foi esta elite sequiosa do poder absoluto e do lucro absoluto quem declarou a guerra aos debaixo retirando-lhes o pouco que nalguns casos haviam conquistado. A prática política do Governo de Sócrates é um excelente exemplo desta declaração de guerra ao povo e deste acto de rapina e de servilismo perante os poderosos.

O contrato social pós-2ª Guerra Mundial foi denunciado. Denunciado e rasgado pelos de cima. O centro do modelo neoliberal em que temos vivido deixou de ser o bem-estar das pessoas e passou a ser o lucro puro e duro a qualquer preço. Esta declaração de guerra rompeu, na maior parte dos Es-

tados do Ocidente, a coesão social. É neste quadro de ausência de uma ética cidadã, de respeito mútuo e de exclusão que temos de analisar os acontecimentos que nestes dias se abateram sobre todos nós.

Nas últimas horas ouvimos os mais empedernidos neoliberais falar e reclamar abundância de regulação.

Descontrolados, sugerem que cada capitalista passe a movimentar-se com a pistola do agente regulador apontada aos miolos. Amanhã pedirão a privatização e a transformação em negócio da regulação. Ontem pediam a completa privatização das funções do Estado. Hoje pedem que o Estado [nós] lhes paguemos a incompetência e o lixo que produziram. Ontem o Estado não tinha um cêntimo para tirar da miséria milhões de cidadãos. Hoje surgiram milhões e milhões para salvar a minoria dos terroristas financeiros espertalhões. Ontem a penúria do Estado e o sagrado equilíbrio orçamental não permitia lançar políticas de criação de emprego para socorro dos desempregados. Hoje surgem somas fabulosas disponíveis para pagar os podres do sistema ao serviço dos poderosos.

Ontem a gestão privada era a perfeição absoluta e o que era do Estado era degenerado. Hoje pedem ao Estado [ao povo] que pague a ganância e a incompetência criminosa das estrelas da gestão privada. Ontem os «sofisticados produtos da engenharia financeira», as bombas financeiras, rebentaram nos gabinetes das grandes sumidades do sistema. Hoje, nós cá estamos para pagar o desastre. Pagamos? Com que condições?

José Paulo Serralheiro



O Acto Mistificador

O problema da Educação na Região da Madeira: 242 milhões de euros gastos, em oito anos, no desporto federado, quando ao lado sobrevivem 80.000 pobres e 47% da população escolar, caritativamente enquadrada nos apoios da Acção Social Educativa; ausência de um novo olhar para a estrutura familiar, para o modelo económico, para a segurança no trabalho, para a exigente educação dos valores e respectiva co-responsabilização no projecto educativo de longo prazo, para a legislação de combate ao consumo de álcool, para o rigor e disciplina que devem nortear as condutas gerais e específicas.

As intervenções explicam, claramente, o desespero do presidente do governo regional da Madeira. O sentimento que transparece é de agonia permanente, de um estado depressivo que se consubstancia em quatro palavras: como vou sair desta! E se ontem o tom da agressividade política centrava-se mais na forma que no conteúdo, hoje, na lógica de quem torto nasce jamais se endireita, o que emerge é o continuado, insuportável e preocupante acto mistificador. O bombo, a baqueta e o som produzido é repetidamente o mesmo, apenas a letra, de quando em vez, adequa-se aos fins, mas sempre sem desvios relativamente ao princípio que uma mentira repetida muitas vezes, ao próprio e aos da plateia conivente, parece ser verdade. Aliás, tanto é assim que o partido, em Lisboa, percebendo a tramóia, cora de vergonha e não concede crédito. Ora, se os da cor, pelo silêncio, tiram o tapete, a leitu-

ra política que se pode extrair é que o presidente é um homem só e esgotado, onde nem o “raffiné” da técnica da argumentação política lhe vale. Subsiste, por teimosia, amor ao poder e pela consciência que transporta de ser refém de alguns e da teia que urdiu mas que se romperá, tal como um castelo na areia, na subida da maré.

No actual contexto político, o presidente há muito que deixou de ser líder. Ele é apenas um exímio na arte de conquistar a submissão dos outros aos seus propósitos. Percebe-se isto na leitura de Galbraith, quando sublinha que numa interpretação quotidiana, na maior parte das vezes, este tipo de político apenas é “um perito em identificar-se à vontade já condicionada da multidão e em revelar-lhe aquilo que ela própria quer”. Isto é, durante anos, condicionou-a e hoje, fala-lhe através de uma pregação de fé subordinada às condicionadas crenças da clientela. É por isso que os rituais da política, comícios e inaugurações, transportam uma “compensação equivocada da personalidade como fonte de poder. É o que pode ser chamado de efeito histriónico”. Fala ao seu condicionado auditório de acordo com o seu pensamento que ele sabe ser a crença dos outros. A sobrevivência política assim lhe exige: púlpito e jeito para a pregação sobre aquilo que os outros, condicionados, querem ouvir. É neste pressuposto que assentam os rituais das seitas que enchem estádios e auditórios. E quão perigosas são!

Portanto, o problema de todos os sectores da governação e da educação em particular nunca foi, num primeiro momento, a Lei das Finanças Regionais e agora a Constituição da República. A primeira rendeu muitos votos, a segunda, para a qual a população está a ser empurrada na crença, o quadro volta a ser preocupante. Sobretudo porque as ditas “causas fracturantes” do desenvolvimento regional são outras. São de governação rigorosa e não de “hipocrisia” do Estado; são de modelo económico e não de “extorsão”

e “violação dos direitos”; são de respeito pelos princípios do desenvolvimento e não de um “colonialismo” que ninguém sente; são de inteligência no esgotamento da larga Autonomia que existe e não de mais Autonomia; são de um sistema educativo de investimento prioritário e não de 242,2 milhões de euros gastos, em oito anos, no desporto federado, quando ao lado sobrevivem 80.000 pobres e 47% da população escolar caritativamente enquadrada nos apoios da Acção Social Educativa; são de aposta na obra socialmente relevante, na Educação, e não no regabofe das inaugurações sem retorno nem económico nem social; são de um novo olhar para a estrutura familiar, para o modelo económico vigente, para a segurança no trabalho, para a exigente educação dos valores e respectiva co-responsabilização no projecto educativo de longo prazo, para a legislação regional de combate ao consumo de álcool, para o rigor e disciplina que devem nortear as condutas gerais e específicas. O governo mostra-se resignado a ver crianças e jovens a viverem da esmola e da caridade. As 73 instituições de solidariedade social espalhadas pela Região de 253.000 habitantes, constituem a prova dos constrangimentos familiares que urge combater. A continuar assim, com este olhar do governo sem contemplanções para a pobreza, a Região trilha o sentido da tragédia: abandono escolar e precoce, insucesso, ausência de qualificação profissional, comportamentos desviantes, crime, enfim, insegurança.

Ora, se outra tivesse sido a educação e cultura democrática do Povo, se outro fosse o conceito de liberdade e de cidadania, se a alternância no poder tivesse sido norma nestes 32 anos, se a Igreja tivesse contextualizado a Palavra e não se rendido à obediência do vil metal, a Madeira não estaria hoje neste labirinto. A própria vivência democrática seria suficiente na busca de soluções. Como assim não acontece, o mentor desta história, todos os dias levanta-se com as quatro palavras que o atormentam: como vou sair desta!

André Escórcio

Mestre em Gestão do Desporto
Escola B+S Gonçalves Zarco - Funchal

ELES PAGAM SEMPRE

Zoellick teme que a crise financeira afecte ajuda aos pobres

A crise financeira norte-americana afectará os programas de ajuda aos países mais pobres, admitiu o presidente do Banco Mundial (BM), Robert Zoellick, quinta-feira, 25 de Setembro, em Nova York.

Zoellick participou numa entrevista à imprensa junto do magnata e fundador da Microsoft Bill Gates, presidente da fundação Bill e Melinda Gates, o primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, e a presidente

da Organização Mundial da Saúde (OMS), Margaret Chan, após a apresentação de um plano para salvar 10 milhões de mães e seus recém-nascidos.

“Estou preocupado, a crise já teve um impacto nos compromissos financeiros dos países desenvolvidos e, em certas regiões, as consequências poderiam ser mais severas”, admitiu o presidente do Banco Mundial.

Os participantes advertiram que o mundo fracassou

em adoptar medidas eficazes para salvar milhões de mulheres e seus recém-nascidos. “Uma mulher morre em cada minuto dando à luz, e 500.000 mulheres morrem no parto em cada ano”, disse Zoellick.

Segundo este grupo, “para salvar três milhões de mães e sete milhões de recém-nascidos é preciso 2,4 mil milhões de dólares em 2009 e 7 mil milhões até 2015”, destacaram os participantes num comunicado.

O Banco Mundial, um dos principais responsáveis pelas políticas neoliberais que levaram à actual crise jamais passou dos discursos retóricos no que respeita à defesa da vida dos mais pobres. A crise impõe agora que os fundos destinados aos pobres sejam desviados, mais uma vez, para salvar os ricos especuladores. Em nome da futura sã economia, claro.

JPS/ fonte: AFP

■ Comentário

Educadores e Educandos
Uma Reflexão

Procurava eu encontrar o motivo ou motivos de, segundo me parecia, a Página ser muito principalmente colaborada por professores e investigadores, sendo que os problemas que veicula, ultimamente mais agravados para as escolas, sem dúvida respeitam ambas as partes, educadores e educandos - não falando agora de outras entidades ligadas ao processo. Ou estaria enganado, e igualmente estudantes na Página colaboravam?

A verdade é que quem assina os artigos se assume como, por exemplo: António (digamos, para simplificar), Universidade Católica Portuguesa; Manuel, Universidade do Minho; Ruy, Universidade de Bristol UK; Luis, Escola Superior de Educação de Setúbal; Pedro, Escola Secundária de Oliveira do Douro; Josefa, Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Carmo, Instituto Politécnico de Lisboa; Chavez, Universidade Autónoma de Barcelona...

E por aí adiante, temos felizmente para ler dezenas de (bons) colaboradores da Revista. Serão docentes? Alunos? De outras competências? Em um ou outro caso esporádico esclarece-se, na realidade: Professor de... Investigador de...

Mas o que principalmente me traz à abordagem desta problemática é que, pelo conteúdo dos textos, serão mormente professores que os escrevem; na quase totalidade dos casos, a bem dizer. Outros serão investigadores, por exemplo.

E os estudantes? Porque andam eles nestas páginas da Página tão arredios de temas que ao seu futuro, e o seu futuro é desde hoje ou já começou, dizem claramente respeito? Não detecto um artigo assinado por José, Aluno de... Estudante de...

Mas podem eles alhear-se do que na e contra a Escola se vem passando? Andarão desinteressados de si próprios e dos magnos problemas que lhes dizem respeito? Na verdade, as posições cívicas que dezenas e centenas de milhares de Professores individual e colectivamente têm com razão assumido, não se vê que dos alunos tenham merecido público ou significativo apoio. Ausências semelhantes à que, na Página, com preocupação verifico. Pois não se chama ela da educação? Uma moeda tem duas faces..., e no caso vertente terá certamente mais, as principais havendo de ser os Educadores e os Educandos.

Esperançoso como por natureza serei, hei-de ver um dia as páginas da Página assinadas por quem oferece e por quem recebe, compartilhando, a indispensável Educação. Aliás esta riqueza dá-se e aceita-se mutuamente, até simultaneamente, isto é, troca-se: de outro modo sucumbirá.

Fernando Miguel Bernardes
Escritor. Lisboa

A educação não
é connosco

Perante os resultados e algumas declarações de atletas portugueses que participaram no Jogos de Pequim 2008, o presidente do Comité Olímpico Português veio a público exigir “apenas profissionalismo” por parte dos atletas, lamentando alguns dos seus comportamentos e discursos. Ao menos implicitamente, aquele responsável atribui ao nível cultural e educativo dos desportistas as reacções que neles critica, embora reconheça a incapacidade institucional, e não apenas pessoal, para ultrapassar o problema. Como reconheceu, enfaticamente, “Nós preparámos os atletas desportivamente, mas culturalmente não, a educação não é connosco”.

A frase comporta todo um programa que, em boa verdade, nos caracteriza historicamente como Estado-Nação, com um passado marcado por políticas educativas não democráticas e por elites mesquinhas e de vistas curtas, descomprometidas face à elevação do nível cultural e educativo dos seus cidadãos. Neste sentido, a cultura e a educação das elites nacionais representa, de há muito, um sério obstáculo à democratização da educação e da cultura. E por isso se continua a afirmar que “temos doutores a mais”, em vez de empregos a menos, “défice de qualificações”, esquecendo uma economia débil, com empresários pouco escolarizados e que, em muitos casos, não querem pagar a quem saiba mais do que eles. E por isso se continua a exigir demais de políticas de curto prazo e de crescimentos orçamentais recentes, intermitentes e não consolidados, como se a educação e a cultura fossem rapidamente incrementáveis, especialmente através de ganhos de eficiência interna, talvez à semelhança de outros países, embora com a diferença, abismal, de cerca de um século de políticas públicas de desenvolvimento do sector por parte desses Estados. Não há pior “Estado Educador” do que o “Estado Educador” novo, sem recursos mas mantendo o controlo, já em estádio de mutação e em busca de novas formas de regulação de inspiração mercantil. É precisamente nos novos contextos de supervisão estatal, de parceria, de contratualização e de gestão por resultados que a performance competitiva atinge o clímax.

Mas, com efeito, a educação nunca foi connosco, tal como a promoção da cultura e da cidadania democrática. Mais grave, porém, que a situação passada, é a ideologia dominante do presente: a educação continua a não ser connosco, pelo menos expressa através desse conceito, que agora saiu de moda, sendo substituído no discurso político-mediático por novos vocábulos com potencialidades salvíficas, como “habilidades”, “qualificações”, “competências”, apanágios da “aprendizagem ao longo da vida”, agora considerada um pré-requisito da “empregabi-



lidade”, em direcção a uma mão-de-obra mais competitiva. A este propósito, num texto notável sobre a mercadorização das universidades e as contradições culturais do capitalismo académico, o sociólogo Hermínio Martins criticava recentemente, com humor ácido, o abandono (modernizante) do vocábulo educação (arcaizante), lembrando que em Inglaterra o respectivo ministério passou a ser designado “Department of Education and Skills”, em vez de “Department of Education and Science”. “Ministério das Qualificações” ou, em alternativa, “Ministério das Competências” também não seriam designações surpreendentes em Portugal.

O que é necessário é “contratualizar objectivos” e proceder a uma “gestão por resultados”. A “alta competição” exige elevados níveis de competitividade e de performance, mensuráveis através de resultados e dos respectivos rankings, num contexto em que a competição olímpica é muito mais do que uma simples metáfora das políticas educativas no novo capitalismo. No limite, a competitividade exacerbada e insular revela-se incompatível com uma educação democrática e humanista, mas em todo o caso partilha o carácter olímpico da sua racionalidade técnico-instrumental, pretensamente superior e capaz de alcançar a solução óptima.

Sob estas condições, falhar, não atingir os objectivos contratualizados, é simplesmente horrível e insuportável. Um sinal de fraqueza humana, de falta de esforço e de objectividade, de falta de brio; também mesmo no domínio da “aprendizagem ao longo da vida”, da “aquisição de competências para competir” ou das “qualificações para o desenvolvimento económico”, esquecendo já o valor educativo dos processos, a incerteza e diversidade humanas, a importância pedagógica da tentativa-erro e de um certo grau de experimentação social e de criatividade. E, nestes termos, temo que a educação possa continuar a não ser connosco.

Licínio C. Lima
Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho



“Vermelho como o céu”

Num belo filme, que dá pelo nome de “Vermelho como o céu”, um menino cego guia uma menina por corredores escuros. E uma metáfora de Saramago diz-nos que o grande crime é não cegar quando todos já são cegos. Do “Ensaio sobre a cegueira” ao “Ensaio sobre a lucidez”, Saramago não faz outra coisa que não seja lembrar-nos a tragédia edipiana, que nos fala daqueles que, tendo olhos, não vêem, e de cegos que conseguem ver. Em “Vermelho como o céu”, somente quando alcançam a saída da platónica caverna, a menina reassume a missão de conduzir. Visitei uma escola, que me diziam ser “inclusiva”. Numa turma da quarta série, encontrei um aluno “incluído”. Copiava as frases escritas no quadro, tão lentamente que, no fim da cópia, a folha foi parar no lixo. Estava empastada em saliva, que ele não conseguia conter na boca. A professora explicou por que razão o “incluído” estava sentado no fundão da sala: *Que quer que eu faça? Ele continua com a cartilha da 1ª série. Com mais de trinta alunos já é difícil ensinar normais. Agora, põem-me um deficiente na sala. Eu nunca tive formação para isto. Não dá!*

No fundão da sala, o “incluído” tornou-se invisível.

À impotência e frustração de professores junto o desespero dos pais: *Na hora de matricular é aquele abraço – “Nós vamos dar conta da sua filha” – mas, depois, a minha filha passa o tempo todo passeando pela escola, ou no fundo da sala. Tem treze anos, mas não sabe fazer a tarefa que a professora manda fazer em casa. Ela está na terceira série, mas tem o livro da primeira série e passa as aulas a fazer cobrinhas... A professora é muito simpática, mas... Quando a professora me disse que não sabia trabalhar com a minha filha, eu disse à professora que trabalhasse como trabalhava com todos os outros. Mas a professora disse-me que a Bianca não se sabe explicar...*

No decurso de um congresso, alguém que eu muito respeito (e trabalha no MEC), afirmou: *A organização em séries não combina com Inclusão.* Ela viu, claramente

visto, o logro de uma “inclusão de fachada”. Mas há quem não queira ver.

Todas as escolas incorporaram a “inclusão” no discurso. Na prática, são escolas inclusivas não-praticantes. A “olhómetro”, a tia arriscou a sentença: *A sua filha deve ser disléxica. Leve-a a um psicólogo.*

Depois de muito dinheiro gasto na psicóloga, a mãe da Rita entregou um relatório à professora. A psicóloga recomendava que se ajudasse a aluna a elevar a sua auto-estima. Na prova seguinte, a vermelho, a Rita recebeu da tia a sua primeira “ajuda”: *Tens de estudar mais. Assim nunca vais conseguir passar de ano.*

A mãe insurgiu-se, protestou. No ano seguinte, a Rita foi transferida para outra escola, porque... “não havia vaga”.

O discurso que apela à integração dos diferentes nas escolas ditas regulares não basta. Não basta assegurar o direito à inclusão; é preciso assegurar a inclusão. A sabedoria popular tem sempre razão: o pior dos cegos é aquele que não quer ver. E, porque há quem recuse ver, em nome da inclusão, eu tenho visto cometer actos de segregação.

O Almada Negreiros escreveu: *Quando eu nasci, todos os tratados que visavam salvar o mundo já estavam escritos.* Faltava apenas uma coisa: salvar o mundo. Quando me fiz professor, todos os tratados que visavam salvar a Escola já estavam escritos. Só faltava salvar a Escola.

Eu sei que estou sempre a dizer o mesmo. Mas não desisto. Algum dia, os professores hão-de compreender por que razão, para certos modos de ver, o céu pode ser vermelho.

José Pacheco

Escola da Ponte, Vila das Aves

NOSSA VERGONHA

Quase um milhão de mortos por malária em 2006

A malária matou quase um milhão de pessoas no mundo em 2006, afirma um relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS), divulgado em Genebra, que aponta as crianças com menos de cinco anos e o continente africano como as principais vítimas.

“Calculamos em 247 milhões o número de episódios de malária numa população exposta de 3,3 mil milhões de pessoas, que causaram quase um milhão de mortes, a maioria entre crianças com menos de cinco anos”, explica a OMS no Relatório Anual sobre a Malária.

A doença é endémica em 109 países em 2008, quase metade (45) deles na África.

Muitas nações ainda não têm os meios necessários para lutar contra a doença e o acesso aos tratamentos, apesar de baratos, continua a ser insuficiente em todos os países estudados, apesar da melhoria na produção de medicamentos de combate a este mal por parte dos serviços médicos nacionais, acrescenta a OMS.

A directora geral da OMS, Margaret Chan, disse à imprensa que foram realizados progressos nos dois

anos transcorridos desde que os dados foram reunidos. “Pessoalmente confio que teremos notícias ainda melhores no próximo ano”, afirmou.

Chan pediu aos laboratórios farmacêuticos que aumentem as pesquisas e o desenvolvimento de novas terapias à base de artemisinina, apesar das informações de que alguns pacientes começaram a desenvolver resistência a este tratamento recomendado pela OMS.

Muitos países africanos estão longe de alcançar o objectivo de cobertura de 80 por cento da população

para os quatro principais elementos de luta contra esta epidemia - mosquitos impregnados de insecticida, medicamentos, pulverização das residências e tratamento preventivo durante a gravidez - instaurados pela OMS em 2005.

A malária é provocada por um parasita transmitido por um mosquito, o anofeles hembra que não é combatido por milhões de pessoas como nós.

JPS/ fonte: AFP

■ Amarguras

Estudante mata 10 pessoas numa escola na Finlândia

Matti Juhani Saari, estudante de 22 anos, abriu fogo, em 23 de Setembro, numa escola [profissionalizante, tipo novas oportunidades] de uma pequena cidade da Finlândia matando dez pessoas e disparando contra si próprio em seguida. Isto aconteceu menos de um ano após um drama parecido que ocorreu no país.

O aluno tinha anunciado a intenção de realizar uma chacina, num vídeo colocado na internet. No dia 23 de Setembro, entrou numa escola de Kauhajoki, numa sala de aula onde colegas faziam um teste e começou a disparar. Eram onze horas da manhã. Os tiros e o pânico na escola duraram aproximadamente uma hora e meia.

“Ouvi tiros e gritos histéricos de raparigas. Duas delas vieram até à minha sala e disseram-me que andava um homem a disparar”, disse à AFP Jukka Forsberg, segurança do estabelecimento. “Ouvi tiros sem parar. Ele trocou o carregador da pistola. Ele estava muito bem preparado. Estava vestido de preto e tinha um estilo militar. Ele andava devagar”, acrescentou.

O jovem havia sido interrogado na véspera pela polícia depois de ter colocado um vídeo no YouTube mostrando um treino de tiro com uma arma na mão. “No entanto, o oficial da polícia de plantão decidiu que não tinha razão para lhe retirar a sua licença de porte de arma”, disse a ministra do interior Anne Holmlund numa conferência de imprensa. “Ele possuía uma licença para uma arma de calibre 22, que comprou em 2008”, acrescentou. Os vídeos colocados no YouTube mostravam um jovem de cerca de 20 anos disparando várias vezes, no meio de um bosque, com uma arma de punho, apresentada como uma Walther P22 na legenda. O atirador faz uma das suas séries de tiro levantando a mão esquerda e fazendo adeus para a câmara. “You will die next [vocês serão os próximos a morrer]”, diz ele num outro vídeo, apontando para a câmara antes de disparar a arma.

Matti Juhani Saari, o estudante de 22 anos que se matou depois de invadir uma sala de aula e disparar contra os colegas que faziam um teste escrito, era apaixonado por armas e filmes de terror, segundo o perfil que divulgou no site YouTube. Saari também revela que tinha 22 anos e que os seus principais hobbies eram “os computadores, as armas, o sexo e a cerveja”. Entre os seus filmes favoritos, ele cita “filmes de terror como ‘O Iluminado’”, de Stanley Kubrick com o premiado Jack Nicholson. Também menciona várias bandas de heavy-metal, como Rammstein e Metallica, assim como o grupo de música electrónica Wumpscut, cujo nome inspirou o seu pseudónimo no YouTube (Wumpscut86). Wumpscut é uma banda alemã que escreve músicas como “Black Death” (morte negra), “Bleed in Silence” (sangre em silêncio) ou “Hate is Mine” (o ódio é meu). Saari também colocou no seu site a letra de uma música do grupo chamada “War” (guerra): “toda a vida é guerra, toda a vida é sofrimento, lutarás sozinho na tua guerra pessoal”.

Esta nova matança numa escola finlandesa acontece pouco menos de um ano depois de uma outra matança, num colégio de Tuusula, onde um jovem de 18 anos matou oito pessoas suicidando-se a seguir.

A Finlândia é o terceiro país do mundo com o maior número de armas de fogo, proporcionalmente à sua população, atrás dos EUA e do lémen.

Como se sabe o sistema educativo finlandês é apresentado como um modelo a seguir. Será? Sem mais?

Paulo Serralheiro/ com: AFP

Como jornalista e professor de um curso de Comunicação, mas também como pai de uma menina, senti-me instigado a investigar a forma como as crianças são hoje abordadas pelas pedagogias culturais midiáticas e conduzidas ao consumo. Ocupar esses lugares – de jornalista, de pai e de professor – era um tanto desconfortável, e talvez dessa condição tenha surgido meu interesse pelo tema. Como jornalista conhecia muito bem as implicações da área da comunicação com a produção dos tão desejados consumidores. Como professor, deparava-me com a tarefa de forjar os profissionais da área com competência para tal. E como pai, paradoxalmente, sentia-me o tempo todo impelido a proteger minha filha dos irresistíveis apelos das redes de consumo. A ideia de empregar a metáfora de *circuítos e teias* surgiu nesse contexto. O primeiro termo, na física, refere-se ao conjunto de elementos conectados por onde circula eletricidade, energia. A teia, por sua vez, faz alusão à textura urdida pela aranha para enredar e capturar suas presas. A metáfora me pareceu útil porque nos ajuda a ver como, na sociedade do consumo, circuitos e teias são formados com a finalidade de capturar as crianças de forma inescapável. Uma vez capturadas, elas ficam fascinadas pelo mundo em que são introduzidas e movimentam-se freneticamente dentro dele. A cada movimento, enleiam-se mais e mais nas tramas da teia.



A convocação para o consumo nas pedagogias culturais da mídia

A aranha tem uma técnica para construir sua teia. Enquanto muitos pensam que ela pula de um galho para o outro, tentando amarrar os fios, observadores mostram que sua ação é simples, usando o vento e um pouco de sorte. Quer dizer, não há uma ordem ou uma seqüência previsível na tessitura da teia. Como alguns dos fios são adesivos, o vento os leva em várias direções, até encontrarem um ponto ao qual aderem. A partir daí, a aranha, com cuidado, caminha sobre o fio-guia, reforçando-o com um segundo fio. Ela repete o processo até que fique suficientemente forte. Depois, lança outro fio sobre este, formando uma espécie de Y, o eixo da teia. Ela reforça estes fios para que fiquem resistentes e as presas não tenham chances de escapar. A espiral de captura é uma espécie de fio telefônico que conduz vibrações ao refúgio da aranha, transmitindo-lhe, por suas vibrações, informações sobre tamanho e tipo de presa que caiu na armadilha.

Invocando a metáfora, fiz inferências úteis para lidar com meu objeto de estudo. Se a finalidade das grandes corporações é criar um numeroso contingente de consumidores cativos, sendo as crianças alvos preferenciais, há necessidade de técnicas bem elaboradas para capturá-las. O que se faz hoje nas ditas estratégias de marketing é elaborar uma teia composta de artefatos e táticas que são capazes não apenas de atrair as crianças para um consumo eventual, mas de torná-

las sujeitos que orientam suas vidas para e pelo consumo. Tais técnicas são pensadas e elaboradas por especialistas, contratados especialmente para a construção de uma teia de consumo. Uma vez tramados os primeiros fios, estas mesmas corporações vão provocando explosões de energia no circuito e reforçando a mensagem, tornando a teia cada vez mais consistente, mais competente no exercício do fascínio, do enredamento, deixando as presas imobilizadas, sem possibilidade de reação.

Ao estudar a convocação das crianças para o consumo, empreguei a metáfora para analisar o grupo mexicano denominado *Rebelde*, que foi, aos poucos, construindo uma teia a partir do primeiro fio, que parece ter sido a apresentação de uma telenovela em redes de TV de vários países. Das vibrações do público surge uma explosão de energia no circuito e um novo fio – a Banda RBD. Em seguida, com um sucesso meteórico, aparecem centenas de produtos negociados e vinculados à marca. Mas não interessa aqui onde inicia

o circuito, em qualquer local da rede onde as crianças são capturadas, produtos e mais produtos as fascinam e as levam para outros pontos.

A pesquisa foi importante para mostrar, sobretudo, a produtividade destes circuitos e teias na vida de jovens e crianças. Impulsionados pela energia dos circuitos bem articulados da mídia, e capturados pelas poderosas teias de consumo, eles dedicam horas e horas do seu tempo, tanto em casa como na escola, para conversar e trocar idéias sobre este complexo de entretenimento, seus ídolos e seus incontáveis produtos que invadem não apenas seu dia-a-dia, mas suas vidas. Procuro mostrar como as pedagogias culturais ensinam com eficiência, mobilizando o prazer. Elas formam sujeitos, engendram estilos e modos de ser. Produzem consumidores incansáveis e, sobretudo, insaciáveis.

Douglas Moacir Flor

Jornalista, Mestre em Educação e professor do Curso de Comunicação da Universidade Luterana do Brasil.



Um novo modelo de ser professor... por achar

As medidas político-administrativas que têm vindo a ser tomadas no âmbito do sistema educativo, designadamente, as que incidem directamente sobre a figura profissional dos professores, não podem deixar de se reflectir de forma muito sensível na natureza do seu trabalho, nas relações sócio-profissionais que o enquadram, na imagem social, cultural e pedagógica que vai configurando o seu quotidiano, contribuindo deste modo para a instauração de um modelo que determinará, necessariamente, uma outra forma de ser professor. Se, à face da ordem discursiva de pendor pedagógico não há uma ruptura clara com a gramática dos últimos lustros, a pragmática política tomou decididamente a ofensiva ao visar o que de mais sensível condiciona o exercício da actividade profissional que é a sobrevivência quotidiana dos profissionais. Ninguém contestará que o modelo de avaliação, que foi recentemente consagrado na legislação, deve a sua eficácia à condição de ameaça implacável sobre o quotidiano da carreira da classe docente, não tanto pelos seus efeitos materiais directos como, sobretudo, pelos mecanismos psicológicos que acciona e pelas fantasmatações simbólicas que desencadeia. Nestes termos, é de esperar uma agudização das intervenções retóricas ao nível da ordem discursiva de pendor pedagógico, com sede nas tecno-estruturas político-pedagógicas do ministério, tendo em vista a legitimação dos fins efectivamente visados na ordem prática. O objecto desse exercício de legitimação é, claramente, a classe docente não apenas porque é dela que depende o sucesso das medidas práticas como, sobretudo, porque é ela a que mais avessa se tem mostrado à mensagem ministerial. Razões múltiplas e complexas explicarão esta relação, mas não podemos ignorar a profundidade das transformações que estão em curso e a metodologia atabalhoada que foi utilizada.

Neste contexto, o reforço do discurso através da exploração de valores pedagógicos e científicos, como autonomia, descentralização, qualificação e dignificação profissionais tenderá a marcar a intervenção dos responsáveis pelo sistema educativo, tanto centrais como periféricos. A par desta vertente, será reforçado o peso dos valores estratégicos e económicos da escola que, de resto, assumiram um claro protagonismo na retórica da legitimação de há uns tempos a esta parte.

Um discurso alternativo que projecte uma visão da profissão assente na valorização das experiências, das vivências e partilhas colectivas, no trabalho como um projecto de (des)envolvimento de si com os outros, no saber como construção de uma relação significativa, um discurso alternativo que se queira fiel à missão emancipatória do saber que preserve e transforme o lugar do outro e não o massifique até à condição de objecto de mercado, como a toda a hora se ouve e se pratica, um discurso assim que admita a utopia como o referencial que, apesar de tudo, ainda guarda o que melhor resiste na imagem do professor, parece profundamente comprometido. Assiste-se a um regresso acelerado do modelo do «professor funcionário» assimilado à condição de técnico executante, estrito aplicador de medidas programáticas, como se fosse possível recuperar a lógica que presidiu a um outro modelo que, então, se designou de «processo/produto». Perfila-se no horizonte um cenário em que a prática profissional se constituirá num laboratório fervilhante de contradições, tanto profissionais, como político-administrativas, para as quais as respostas passarão, com toda a probabilidade, pelo silenciamento sofredor, umas vezes calculista, outras indignado, dos próprios profissionais. Esse será o preço da preservação da carreira que lhes foi imposta.

Manuel Matos

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

Mmatos@fpce.up.pt

SER MULHER

Assassinada Malalai Kakar a agente policial mais conhecida do Afeganistão

Malalai Kakar, a agente policial mais famosa do Afeganistão pela sua incansável defesa das mulheres, foi assassinada frente à sua casa em Kandahar, reduto dos islamistas talibãs no sul do país.

"Malalai Kakar foi alvo dos disparos de vários homens armados quando saía de casa para ir trabalhar. Ela teve morte imediata e o filho dela foi ferido", declarou AFP Zalmay Ayoobi, porta-voz do governador de Kandahar. "Ela foi atingida na cabeça. O filho foi gravemente ferido e está em coma", acrescentou.

O presidente Hamid Karzaï condenou o assassinato e o ministério do Interior também prestou homenagem a Malalai, considerada "heroína corajosa e modelo" para a sociedade.

Malalai Kakar, de 40 anos, era mãe de seis filhos, tinha patente de capitão e dirigia o departamento de repressão da criminalidade contra mulheres, na delegacia de Kandahar, cidade do sul do país.

O assassinato foi assumido por um porta-voz dos talibãs, que já a haviam ameaçado diversas vezes. "Mala-

lai Kakar era um dos nossos objectivos e hoje conseguimos eliminá-la", declarou Yusufu Ahmadi à AFP.

Filha e irmã de polícias, Malalai Kakar entrou para a polícia no fim dos anos 80. Com a chegada dos talibãs ao poder, fugiu do país porque as mulheres foram impedidas de trabalhar.

Quando o regime talibã foi derrotado no fim de 2001, Malalai Kakar recuperou imediatamente o seu cargo, o que lhe valeu vários artigos na imprensa afegã e internacional.

"Ela foi a primeira mulher a envolver-se na polícia em Kandahar depois da queda dos talibãs. Era muito respeitada. Sabíamos que era muito valente. Malalai nunca andava sem a sua arma e estava sempre na companhia de algum homem da família", indicou uma fonte da polícia sob anonimato.

A polícia afegã tem aproximadamente 82.000 polícias e apenas algumas centenas são mulheres.

JPS/ fonte: AFP

■ Sublinhados

Novas políticas Sociais novas: entre belas e senãos [II acto]

Com base nas parcerias, as novas políticas abrem o caminho não só para melhoradas articulações, mas para uma outra alquimia, isto é, algo que supera a soma das componentes de partida.

O prometido é devido e, por isso, o II acto sobre o tema. Sumariando: deixaram-se elencados e interrogados no texto anterior, a condição de equidade, a territorialização, o experimentalismo social como, ainda, a acentuação do interesse na avaliação e monitorização das políticas.

De entre outras vertentes, as designadas “novas” políticas sociais vêm invocando o interesse pela “activação”. Esta tem servido, quer de base para a apreciação das políticas sociais anteriores, quer como base de orientação para este outro ciclo das políticas. Respectivamente vem-se dizendo que o modelo anterior era de políticas passivas, ou seja, que dispensavam o empenho activo dos cidadãos/cidadãs na resolução dos seus problemas que, por esse facto, eram alocados à exclusiva responsabilidade das instituições estatais. Por relação às “novas” políticas, a activação anima a ideia e as práticas de responsabilização d@s destinatári@s, sublinhando a condição da sua iniciativa (e não só colaboração) para a administração de certas prestações. Várias interpelações cabem no campo da activação. Antes de mais, as razões pelas quais têm tido como destinatári@s privilegiad@s os que dependem do sector de Assistência Social. Depois ainda porque nos remete para a discussão do que é ser activo em sociedades de crescente desemprego e de exigências maiores por relação às qualificações e perfil para o emprego? Estão as sociedades preparadas para reconhecer como “actividades” de facto, as ocupações socialmente úteis, mas pouco cotadas no mercado de trabalho? Como se evita remeter um grupo significativo de cidadãos/cidadãs para um mercado de trabalho secundário (por relação a várias das suas características, desde o reconhecimento social, às condições de inserção laboral, até ao montante salarial). Uma última interrogação quanto à activação, leva-nos a ponderar sobre a natureza individualizada da activação e isto porque, em matéria de contrariar a passividade, importará também pensar como ganhar muitas das agências e actores dos sistemas de bem estar social para formas mais intervenientes de fazer acontecer o bem estar societal.

Hoje já muito se tem escrito e agido em nome das parcerias, que passaram a ser um tópico inevitável na reflexão sobre os novos modelos de intervenção social. Generalizou-se a evidência das vantagens da cooperação aos vários níveis, com propósitos múltiplos, mas onde é iniludível a invocada necessidade de uma melhor administração (sobre os recursos financeiros, o pessoal, os bens e serviços). Aqui reside, na nossa visão, uma questão central na concepção e uso das parcerias – fazê-las instrumento de designado (também) novo gerencialismo, ou seja, esperando mais do seu contributo para melhor fazer, do que da sua capacidade para fundar e abrir diferentes perspectivas e prioridades. Com base nas parcerias, as novas políticas abrem o caminho não só para melhoradas articulações, mas para uma outra alquimia, isto é, algo que supera a soma das componentes de partida. Esperar das parcerias este efeito de alquimia implica, além do mais, a capacidade de superação de modelos de pensamento e acção que rodopiam em esquemas de pseudo-modernização e fogem das virtualidades da invenção social. Pensar as parcerias pelo seu efeito de alquimia contem de saída vários desafios, i) que há corpos (individuais e colectivos) que passarão pelo caminho da mutação e, ii) o de aceitar que estamos numa fase de consolidação de bem estar de que as parcerias são uma parte (mas não a totalidade).

Inscrito no perfil das “novas” políticas sociais está ainda a focalização que se inspira nas vantagens de singularizar pú-

blicos, quer sejam indivíduos/famílias, colectivos com determinadas particularidades, quer sejam territórios. A focalização surge associada com a aplicação da chamada discriminação positiva e propõe-se chamar à primeira linha das prioridades intervenções mais ou menos extensivas à totalidade dos públicos que visa distinguir. Quando l’air du temp vai no sentido de profundas contenções de recursos, logo também de capacidade e de abrangência de focalização, caberá perguntar, como é que a focalização se generaliza aos campos múltiplos campos da discriminação? Se é verdade que há que escolher, então caberá ainda perguntar como se focaliza dentro do critério da focalização (se há condições limitadas para focalizar todas as discriminações, desvantagens, vulnerabilidades e outros nomes que têm as margens)? Vários são os alertas vindos de práticas de focalização há três décadas iniciadas nalguns países, a saber: i) o abaixamento de patamares de exigência e qualidade dos bens e serviços de bem estar (até porque apreciar e reclamar exige condições...), ii) a progressiva delimitação do que se considera dever ser focalizado, com consequências no perfil crescentemente mais desmunido dos que são abrangidos e, iii) pelo desinvestimento no património comum do ambiente de vida que (mesmo na era dos condomínios fechados) precisa de condições gerais de bem estar e civilidade.

Sem ter conseguido dar o assunto por encerrado, ocorre-me agora uma “nova” pergunta: qual será o prazo de validade (qual medicamento) destas “novas” políticas sociais? É que já há quem diga que a tremenda mudança de cenário a que assistimos (agora literalmente de hora a hora) no seio do capitalismo mundial, vai/está a exigir “novas” intervenções que, quem sabe, vão precisar do que se tem vindo a aprender das restrições de tempos de restrição social.

Fernanda Rodrigues

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

NOTA:

A primeira parte deste texto foi publicada em: Jornal “a Página”, ano 17, nº 175, Fevereiro 2008, p. 8. E pode também ser lida em: <http://www.apagina.pt/arquivo/FichaDeAutor.asp?ID=430>

USA vira USSA

As eleições presidenciais dos Estados Unidos da América decorrerão no próximo dia 4 de Novembro e, se tudo correr bem, o colégio eleitoral proclamará oficialmente os resultados no dia 15 de Dezembro para que o novo presidente tome posse no dia 20 de Janeiro de 2009.

Há oito anos, o apuramento dos resultados deu para o torto, nomeadamente na Florida, com contagens e recontagens de votos, num suspense sobre quem sucederia a Bill Clinton (se Al Gore, se George W. Bush) e com um desfecho invulgar mas possível – o vencedor foi o candidato que obteve menos votos.

Isto é possível pelo facto de se tratar de uma eleição indirecta, com o povo americano a eleger, em cada estado, os delegados do colégio eleitoral final, num processo arcaico que, no ano 2000, deu a vitória (em alguns sectores contestada) ao candidato menos votado pelos americanos.

Bush teve menos votos do que Al Gore mas conseguiu eleger mais delegados para o colégio eleitoral. Para este resultado o controverso e contestado desfecho da Florida, com suspeitas de fraudes eleitorais, foi decisivo para o então candidato republicano que viria a tornar-se no presidente que agora sai.

As presidenciais americanas do próximo mês de Novembro, entre Obama e McCain, vão ser, como já são, em termos mediáticos, o acontecimento em destaque, com a particularidade de um dos candidatos, por sinal o mais favorecido nas sondagens, ser de origem africana, o que é um teste aos próprios EUA.

Tudo isto num quadro de profundas incertezas económicas, com o espectro da recessão a pairar sobre os Estados Unidos da América com tal gravidade que até o Partido Republicano, mais conservador, aceita intervenções do Estado em empresas e na Economia, como se “fosse um Estado socialista”.

Como se por uma imensa ironia, neste tempo de ressurreições de algumas guerras frias, a sigla, em inglês, dos Estados Unidos da América (USA de United States of America) ganhasse uma nova letra, o S de socialist e passasse a denominar-se United Socialist States of America (USSA).

Júlio Roldão
jornalista

O conceito de mérito é, em termos profissionais, algo demasiado instável, o que permite que seja, muitas vezes, usado com alguma leviandade. Com origem no participio passado do verbo latino *mereor*, a palavra *meritu* – significava “que mereceu” e depois, por extensão semântica, “salário”, “ganho”, “serviço”, “conduta”.

O mérito que nós temos – e a questão só vem aqui a propósito da avaliação do desempenho dos professores e não por razões etimológicas e muito menos por considerações filosóficas – é afinal o trabalho que realizamos, o que merecemos, que fazemos com a alegria e interesse que a maior parte dos docentes tem na sua profissão. Ser um meretíssimo professor poderá ser razoável para um grande número destes profissionais. Curiosamente, na nossa língua mãe (ou avó?) a palavra *meritoriu* –, meritório, significava o que procura lucro, ganho. É aqui que a porca torce o rabo, para sermos um pouco mais vernáculos na linguagem. Porque ao conceito de mérito parece estar ligada a ideia base de pureza daquele que realizou durante anos o seu trabalho e para além dele, com todo o préstimo, sem outro interesse para além do da felicidade de si mesmo, intrínseca à dos outros em cuja comunidade se insere.

Quando começamos a falar de meritocracia a coisa complica-se verdadeiramente, no âmbito da tradição da organização e regulação das escolas portuguesas. A corrida ao mérito metamorfoseia os professores em garimpeiros cujo ouro muitas vezes não se encontra facilmente no fundo do rio e, infelizmente, se saca com alguma facilidade ao cowboy do lado entre duas pistolas. O que se pressupunha ser uma virtude, qualidade moral para alcançar o bem, para agir mais próximo de Deus, segundo o cristianismo, transforma-se em obra do senhor das trevas e mina as escolas por todos os lados.

Se voltarmos um pouco atrás na linha de pensamento, mais grave ainda é o facto de não podermos considerar



e reconhecer o mérito que encontramos ao nosso lado, quotidianamente, há muitos anos. Perante o estabelecimento de regras que hierarquizam a realização e a responsabilidade da avaliação de desempenho, entregando-a a coordenadores de departamentos, presidentes de conselhos executivos e a inspectores, somos privados de exercer o nosso conhecimento sobre o que é bom para cada indivíduo e, a

partir dele, para a sociedade; o ethos social é-nos negado, inferiorizado pela lei. Se a ética em educação se rege pelo princípio da aprendizagem da cidadania, numa vivência quotidiana, como vão os professores, amordaçados por uma lei que os impede de realizar caminhos de auto e de co-regulação educar os jovens de amanhã? Se a ética se estabelece nessa relação do indivíduo com a sociedade, quem

vai avaliar dentro de uma comunidade escolar a moral, do latim *mos*, que significava costumes?

Recomeçaram de há alguns anos a esta parte os louvores públicos e lavrados em actas. Do Latim *laudare*, louvar, até ao séc. XV “loar”, tinha o sentido de gabar alguém importante ou divindades. Era uma coisa do domínio do sagrado, do mágico e do íntimo, numa noite de luar ou em dia de festa. São ainda usadas as loas a Santa Maria ou ao Menino, sobretudo pelo Natal. Mas ultimamente parece que estamos a ser invadidos por Provençais, de quem dizia D. Dinis, o nosso rei poeta, que “*troban e saben loar sas senhores o mais e o melhor que eles podem*”. Perdoem-me os amigos da Langue d’Oc a comparação, que aqui dá jeito. O problema é que as lideranças – e não só – têm tendência, nas escolas e noutros locais de trabalho, a louvar aquilo que é demasiado público, muito visível, esquecendo serviços prestados por muitos docentes na leccionação de disciplinas novas, no acompanhamento de alunos fora das aulas e dos seus horários, no apoio a famílias, enfim trabalho menos notório. E então louvam-se a si mesmos, louvam os amigos de que viram mais facilmente o trabalho. Às vezes por coisas de nada. Vamos louvar um presidente de Conselho Executivo por ter realizado o seu trabalho normalmente? Ou um docente que realizou estritamente o seu trabalho, ainda que bem?

Louvemo-nos uns aos outros, então. O problema é que as comunidades educativas, incluindo os professores, deixaram de ter voz e opinião sobre tudo isso. Chouriço, salpicão, presunto, um anelzito de ouro, ou uma velha amizade e aí vai louvor.

Quando o louvor e o mérito perdem a honra, mal vai a Escola e pior anda Portugal.

José Rafael Tormenta

Escola Secundária de Oliveira do Douro

A NÁUSEA

Oito membros da mesma família mortos em ataque dos EUA no Iraque

Oito membros de uma mesma família, entre eles mulheres e crianças, morreram num bombardeamento aéreo americano contra Tikrit (norte), num ataque que foi confirmado pelas Forças Armadas americanas no Iraque. Segundo os militares, o alvo do ataque era a casa de um suposto membro da Al-Qaeda. “Um suposto terrorista e membro da Al-Qaeda, suspeito de participar na preparação de ataques, foi morto pelas forças da coligação numa operação na região de Tikrit”, comunicou o exército.

Informados sobre a presença do “terrorista” numa casa da localidade de Al-Dour, as forças “cercaram o lugar e ordenaram aos seus ocupantes que se rendessem. Depois, um homem apareceu na porta e as forças da coligação, sentindo uma intenção hostil, dispararam contra ele”, afirma o comunicado militar oficial. “Durante a operação, aparelhos de apoio aéreo dispararam e mataram três pessoas suspeitas de terrorismo. Três mulheres também morreram”,

acrescenta. O comunicado também fala de um menino iraquiano que ficou ferido e foi retirado dos escombros, mas não explicita se era o suspeito. O tenente iraquiano Firas al-Douri indicou, por seu lado, que oito pessoas da mesma família, cinco homens e três mulheres, morreram num bombardeamento americano contra a sua casa em Al-Dour, 180 km ao norte de Bagdad. Segundo Abdel Karim Khalil Ibrahim, primo da família atacada, a casa foi cercada pelas forças america-

nas e depois bombardeada por helicópteros. Organizações Não Governamentais cifram em centenas de milhares o número de civis mortos desde a invasão em 2003. Em Janeiro, o governo iraquiano falou de cifras que vão de 104.000 a 223.000 mortos (civis e militares) desde Março de 2003. O Mundo permanece em silêncio.

JPS/ fonte: AFP

Educação e Formação de Adultos

Valores de educabilidade social

O presente texto procura assinalar algumas inquietações natureza ético-pedagógica, tentando perspectivar as dinâmicas de educação e formação de adultos à luz do que entendemos dever ser uma «antropologia da educabilidade humana» subordinada a um paradigma de reconhecimento e valorização da alteridade, mais do que da «identidade», esse substantivo que, de modo algo paradoxal, tende a comportar-se como um verbo no plano histórico da realização pessoal e social, como mostrou o autor de «Ser e Tempo», Martin Heidegger. Situando, pois, esta reflexão no horizonte conceptual do que podemos chamar «éticas da alteridade», partimos da convicção de que existe uma relação original e originária entre «educabilidade e laço social» ligada a esse misterioso jogo de «transferência de forças» que se dá na relação intersubjectiva, como evidencia o filósofo português José Gil a propósito de «Portugal hoje, o medo de existir» (2004).

Diz-se com frequência que «aprendemos até morrer», traduzindo assim a constatação empírica de que, quer queiramos quer não, estamos sempre em processo de evolução, inapelavelmente contaminados pela exterioridade. Mas se somos perfectíveis somos também educáveis, isto é, susceptíveis de beneficiar da influência de outros e de marcar esse processo de devir histórico com uma intencionalidade, impedindo que a aprendizagem aconteça de forma aleatória e inconsequente, qual vida abandonada à fatalidade de um destino. Julgamos que é precisamente aqui, na arte de despertar o desejo de aprender, mantendo viva a intenção de ser autor e narrador da sua própria história em cenários de solidariedade, que reside o grande desafio da educação ao longo da vida numa perspectiva de pedagogia social, concretamente no plano de acção que agora nos ocupa, o da educação e formação de adultos.

No quadro de uma sociedade educativa iluminada por valores de cidadania solidária, os processos intencionais de formação ao longo da vida, «na e com a vida», requerem a existência de cenários de educação plurais e diversos, totalmente incompatíveis com os formatos tradicionais de resposta colectiva. Interpretada numa lógica neo-liberal, esta exigência tende a jus-

tificar uma espécie de «mercado livre de educação» assente na procura individual, como se tudo dependesse da capacidade electiva e performativa de sujeitos isolados, senhores de vontades bem definidas e desde sempre desejosos de aprender. Bastará então organizar uma boa oferta formativa, apoiada numa rede eficaz de angariadores aptos no arrolamento de interesses e expectativas. Este tipo de crença antropológica pode igualmente ser encontrada do lado de um certo populismo romântico, em boa medida tributário Ivan Illich, segundo o qual teríamos em situação ideal uma sociedade liberta dos «muros institucionais», vitalizada por uma imensa teia de equipamentos sociais acessíveis a todos os cidadãos e permanentemente disponíveis em regime de «self-service».

Convencidos da possibilidade de realização temporal de todas as pessoas, enquanto sujeitos capazes de desejo, de ruptura e hospitalidade subjectiva, é sobretudo no plano da «construção de procura» de mais e melhor formação que situamos o desafio de educabilidade social, chamando aqui a atenção para ao lugar da «mediação de aprendizagem» no quadro mais vasto da mediação social. A aprendizagem de relação com a alteridade do tempo não acontece de forma automática, ela carece de enquadramento, de mediação pedagógica e de labor humano. Por esta razão, os processos de «reconhecimento e valorização das competências adquiridas ao longo da vida» perderão toda a sua virtualidade socio-antropológica se ficarem confinados a uma racionalidade técnica, apoiada em dispositivos de certificação e validação meramente formal. Dessa forma, acabaremos por agravar o fenómeno que pretendemos combater, obscurecendo e perpetuando os problemas de insucesso escolar e social. Muitas das práticas relacionais ditas de atendimento e acolhimento inseridas neste esforço de reconhecimento e validação de «adquiridos» merecem uma apurada vigilância ética. Referimo-nos, por exemplo, à apetência metodológica por modelos de relação educacional invasivos e, tantas vezes, conducentes à exposição despudorada de «biografias involuntárias». Não se trata de «fazer questão de conhecer

as histórias individuais», indagando «a todo o custo», sobre razões de intimidade pessoal mas sim de promover condições para a expressão livre e autónoma. O imperativo ético ligado à experiência fundacional de enlaçamento humano – à ligação do próximo com o seu próximo – repousa no respeito por uma distância ontológica essencial, irreductível ao tipo de proximidade física e emocional que suporta as redes sociais primárias ou aos esquemas de aproximação que são hoje característicos das redes secundárias no quadro de alegadas «políticas de reconhecimento e proximidade». Por mais equipamentos ou «guichets» que coloquemos «perto» dos cidadãos e dos seus contextos de vida, em versão fixa ou móvel como acontece hoje com certos «autocarros de proximidade», enquanto nos mantivermos prisioneiros de lógicas de acção divorciadas desse sentido ético primordial, não conseguiremos atingir as metas de realização antropológica e de socialização solidária anunciadas.

Equacionada no plano pluridimensional de uma aprendizagem social, a mediação pedagógica pressupõe: a) reconhecimento da relação orgânica entre educação, vida e solidariedade; b) promoção contínua de processos de mediação de aprendizagem, diferenciados nos tempos, nos lugares e nos modos; c) garantia histórica de igualdade no acesso permanente a oportunidades de formação; d) valorização da dimensão relacional da aprendizagem segundo princípios éticos de hospitalidade cívica, cultural, geracional e profissional. Neste sentido, e explorando linhas de intersecção entre a pedagogia escolar e a pedagogia social, assume particular relevância a especificidade de uma mediação atenta à textura da vida comunitária e à singularidade de percursos pessoais, de forma a promover condições de emergência, e de perseverança, das vontades de aprender que, ao longo da vida, abrem caminhos para lá do mundo herdado, conhecido e amado. Em termos de desenvolvimento de identidades, o sentimento de autoctonia, de enraizamento e pertença comunitária, deve caminhar a par do desejo de alteridade. Para isso, precisamos de experiências de ruptura educativa que permitam «sair do comum», aprendendo a gramática e a aritmética que nos torna aptos a entrar em sintonia com um mundo que começa, mas não acaba, na nossa casa, no nosso bairro ou na nossa cidade.

Isabel Baptista

Universidade Católica Portuguesa. Porto

ibaptista@porto.ucp.pt

Incomodidades

Fichas (para memória futura) de uma agenda artística possível

6 Mostra Expositiva de Manoel de Oliveira - "o Nobel" Português do cinema

Em Serralves
Até 2 de Novembro

É a primeira mostra do trabalho do cineasta no formato expositivo e tem sido acompanhada de um ciclo de cinema que faz passar, no Auditório do Museu de Serralves, todos os filmes que Manuel de Oliveira realizou até ao momento.

Comissariada por João Bénard da Costa e João Fernandes esta mostra de um cineasta que já leva quase oitenta anos de actividade, em meia centena de filmes realizados, vai ter ainda duas visitas guiadas neste mês de Outubro, no dia 5, às 18:30h com Luis Miguel Cintra e no dia 14, também às 18:30h, com António Preto.

António Preto que concebeu o seminário MANOEL DE OLIVEIRA: O MODERNO PARADOXAL, a realizar de 7 a 10 de Outubro, das 18:30h às 21:00h, na Sala Multiusos, seminário que se propõe ser uma revisão crítica do cinema de Manoel de Oliveira, procurando analisar os mais importantes elementos formais, conceptuais e temáticos que estruturam a sua obra, (...) E evidenciando o modo como a sua produção cinematográfica dialoga com o contexto histórico em que intervém.



Serralves Museu de Arte Contemporânea
Rua D. João de Castro, 210
4150-417 Porto, Portugal

Horários

Aberto de Terça a Domingo das 10:00h às 19:00h

Preços

5 euros (inclui visita ao parque)
descontos de 50% para portadores de Cartão Jovem maiores de 65 anos.
ENTRADA GRATUITA menores de 18 anos, Amigos de Serralves, estudantes universitários e aos Domingos das 10:00h às 14:00h

www.serralves.pt

transportes

AUTOCARROS: 201, 203, 207, 502, 504 e Circuito Turístico.
METRO: Saída estação Casa da Música, com ligação dos autocarros 201, 203, 502 e 504 na Rotunda da Boavista.



Jogos paralímpicos e inclusão

Tive oportunidade de assistir em Beijing à abertura e a algumas competições dos chamados Jogos Paralímpicos. Os meus comentários são inumeráveis mas gostava de regressar a uma conversa que tive com um amigo meu antes de partir. Em síntese ele perguntava-me o que é que uma competição que se passa só entre pessoas com deficiência (e destas só com algumas deficiências dado que as pessoas com deficiência auditiva ou intelectual não participam) tem a ver com o movimento da Inclusão. Sabemos que a Inclusão valoriza a convivência e o trabalho entre pessoas com capacidades muito diferentes com a convicção que, se forem usadas estratégias que permitam atender em grupo as necessidades de cada um, os resultados serão melhores. Daí a pergunta astuta e pertinente: que têm os Jogos Paralímpicos a ver com a Inclusão. Vamos ver:

1. Antes de mais as pessoas com condições de deficiência (PCD) são rejeitadas para efectuar práticas desportivas (sejam elas de rendimento ou de simples manutenção) em estruturas “regulares” (digo “regulares” entre aspas porque uma estrutura que assim

segrega as PCD parece-me muito mais “irregular”). A não existir este movimento Paralímpico é muito provável que as PCD ficassem simplesmente impossibilitadas da prática desportiva. O movimento Paralímpico pode assim ser considerado na sua génese uma reacção à exclusão que as estruturas desportivas, activa ou passivamente, fazem às PCD.

2. Os Jogos Paralímpicos celebram a diferença e valorizam o desempenho de pessoas que em condições adversas conseguem desempenhos espantosos. Desafiava os meus leitores a se informarem qual é a marca que uma pessoa amputada do membro inferior salta em altura. Trata-se aqui não de valorizar só a performance humana (um corpo como uma magnífica máquina) mas de valorizar o que é possível fazer face a uma circunstância. Assim, o desporto Paralímpico abre novas perspectivas sobre as possibilidades humanas. Talvez antes desta organização existir não soubéssemos que se pode nadar sem braços ou sem pernas ou mesmo sem uns e outros.

3. As PCD têm aqui uma forma de mostrar até onde podem ir, de se tes-

tarem e de mostrar o resultado deste seu esforço aos outros. É uma afirmação da sua diferença e sobretudo uma afirmação positiva, enviando a mensagem que o querer e o trabalho podem fazer coisas maravilhosas mesmo face a circunstância adversas.

4. Sabemos que menos de 1% das estruturas desportivas portuguesas acolhem atletas com condições de deficiência. É provável que no seguimento deste tipo de eventos mais e mais se mostrem receptivas a criar estruturas de inclusão. Tenho testemunhado um interessante movimento de academias privadas que procuram técnicos, adaptações e formação para acolherem este novo mercado. No fim de contas o que se passa no meio desportivo não é muito diferente daquilo que assistimos no passado recente ao nível educativo: uma fase segregativa que lentamente se foi abrindo à diferença. Claro que no Desporto existem condicionalismos que podem constituir ainda maiores barreiras à Inclusão: por exemplo o culto da técnica a perfeição padronizada e a glorificação dos “perfeitos” vencedores poderá atrasar mais este processo de inclusão na área desportiva.

Mas que fique claro: não foram as PCD que se colocaram “à parte”: elas foram colocadas à parte e quando se organizaram para poderem ter acesso à prática desportiva e à competição, assim mesmo nos dão exemplos de abertura e de solidariedade.

Prática desportiva não segregada? Sim, vamos a ela, mas não esqueçamos que vai implicar um novo conceito de desporto. Um desporto que se assuma diverso como a humanidade, que recupere os valores lúdicos e que se desenvolva mais numa linha horizontal do que numa hierárquica pirâmide. Os Jogos Paralímpicos são assim uma celebração da diferença e são uma prova cabal que o termo “deficiente” (“não eficiente”) sempre foi um disparate e um anacronismo. Bem-vinda pois a mediatização dos Jogos para abrir as bocas e os corações. (E sabem que pessoas sem braços comem, na China, o seu arroz com os pauzinhos manuseados pelos pés?)

David Rodrigues

Universidade Técnica de Lisboa e
Fórum de Estudos de Educação Inclusiva
(<http://www.fmh.utl.pt/feei/>)

CRIMES DO PODER

Júri vê imagens de Jean Charles minutos antes da morte

O júri sobre a morte de Jean Charles de Menezes viu agora imagens do imigrante brasileiro viajando num autocarro para a estação de metro londrina de Stockwell, poucos minutos antes de ser assassinado pela polícia, em 22 de Julho de 2005.

O tribunal viu, no terceiro dia do inquérito judicial, um vídeo captado pelas câmaras do circuito interno do autocarro que o electricista de 27 anos apanhou em Tulse Hill, o bairro onde morava.

Nas imagens observa-se Jean Charles, vestido com

uma jaqueta jeans, entrar no autocarro, seguido de perto por um agente da Scotland Yard vestido à paisana. O vídeo mostra o momento em que o brasileiro desceu do autocarro para seguir até à estação de metro de Brixton. Porém, ao perceber que a estação estava fechada, sobe novamente no autocarro para ir até Stockwell.

Foi nesta estação que dois agentes da Scotland Yard o atingiram com sete tiros na cabeça acreditando que ele era um terrorista, um dia depois dos atentados

frustrados contra o sistema de transporte londrino e duas semanas depois dos ataques que deixaram 52 mortos e centenas de feridos em Londres.

A polícia reconheceu mais tarde que Jean Charles era inocente e que fora confundido com Hussein Osman, um supostos autores dos atentados do dia anterior. Os 11 membros do júri - seis mulheres e cinco homens - também ouviram no tribunal que pouco antes de ser morto, o brasileiro advertiu dois primos que viviam em Londres que tivessem cuidado de “não

estar no lugar errado, na hora errada”.

Vivian Figueiredo, que cresceu com Jean Charles e dividiu um apartamento com ele em Londres, disse que o jovem lhe telefonou para o trabalho, para saber como estava. “Eu tinha medo. Senti que Londres estava a tornar-se um lugar perigoso para viver”, disse a jovem, num comunicado lido no tribunal.

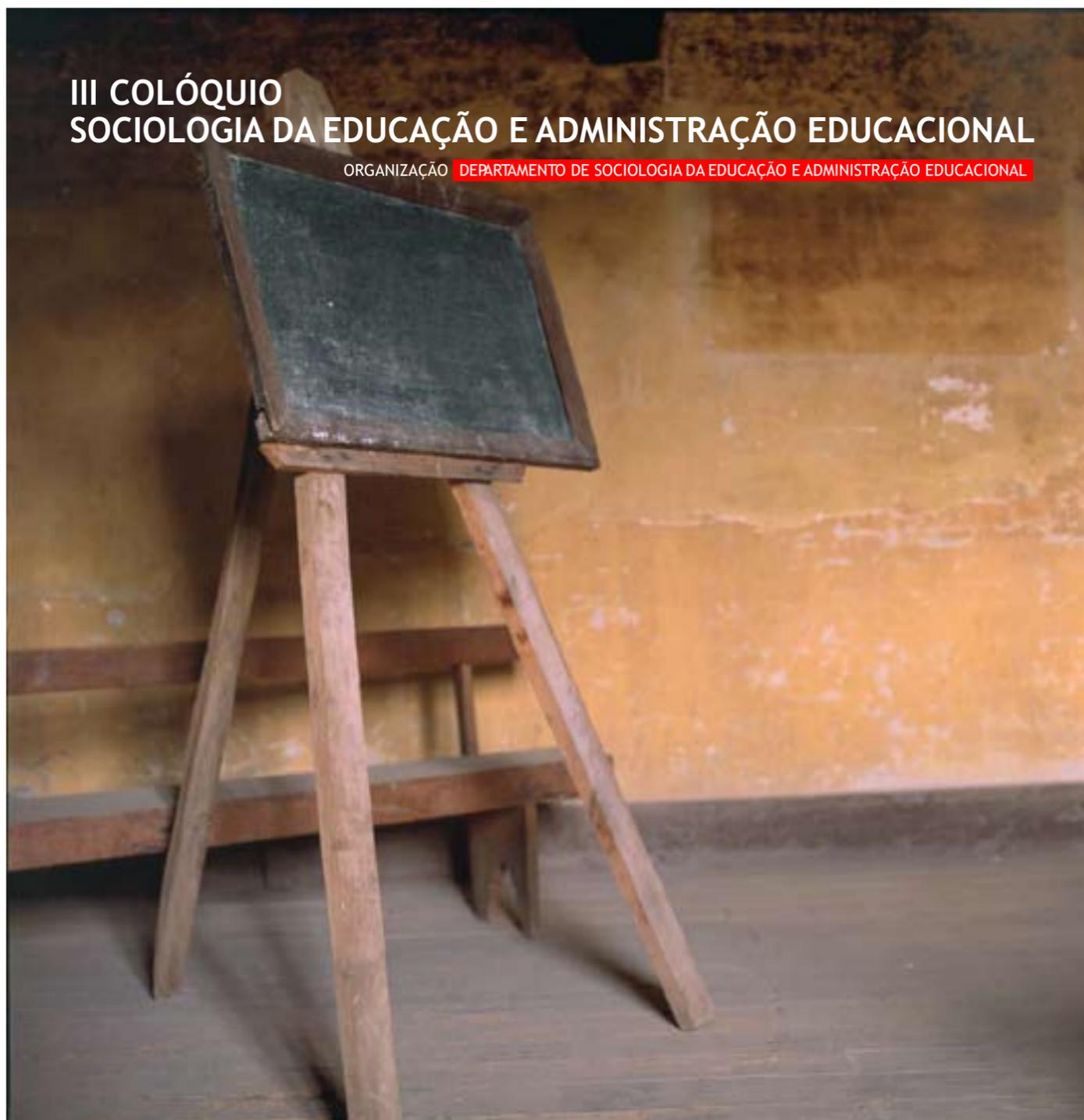
JPS/ fonte: AFP

As voltas de Magalhães

Portugal entrou, com a habitual e desmesurada pompa e circunstância governamental, na cadeia de negócios dos chamados portáteis baratos através de um contrato com a INTEL que permitirá montar em Portugal máquinas cujos destinatários são preferencialmente crianças entre os 6 e os 10 anos, baptizadas com o nome Magalhães. A notícia e a cerimónia que formalizou o contrato realizou-se no passado mês de Agosto e, como de resto foi oportunamente desmontado em vários sítios da blogosfera, assistimos a mais uma hábil manobra de marketing político onde os desejos e a propaganda se sobrepõem aos factos e à realidade. É sem surpresa que se constata que as televisões reproduzem os chavões do discurso oficial sem cuidarem em investigar mais cuidadosamente os contornos deste negócio, ao qual, recentemente, a Venezuela e a Líbia se associaram também. Já noutra crónica me tinha referido a este assunto, mas a propósito do projecto OLPC de Nicolas Negroponte, tendo na altura citado os comentários depreciativos do relações públicas da INTEL sobre a máquina, de características semelhantes, que o ex-director do MIT pretendia lançar. Nesta guerra comercial a INTEL viu em Portugal uma lança em África, ao autorizar que o seu Classmate PC fosse produzido por uma empresa portuguesa com o nome do navegador. Já afirmei neste espaço, e volto a reafirmar, que nada tenho contra a introdução precoce de ferramentas informáticas no ensino básico, bem pelo contrário. Mas, por outro lado, tenho as maiores cautelas quando meros negócios que, não duvidando poderem trazer benefícios para as empresas envolvidas, são apresentados como panaceias para a modernização do país e do seu sistema de ensino. Tente o leitor, como eu fiz, procurar informação sobre o Magalhães na internet e verá que, na miríade de resultados que vai encontrar, para além de alguns artigos e vídeos propagandísticos e uma ou outra peça de análise, não encontra uma única referência a programas de formação de professores concebidas para tirar partido do Magalhães na sala de aulas. Em contrapartida, encontrará muita informação sobre como adquirir a máquina que, de resto, e à margem do programa e-escolinha, estará também disponível em conhecidas superfícies comerciais ao preço de 285 ou 295 euros. Admito que possa estar mal informado sobre este assunto, mas nesse caso desafio, leitores e responsáveis a indicarem-me o que está a ser feito para que os milhares de computadores que, dentro de algum tempo, serão levados por crianças para a escola, sejam, de forma eficaz, usados como ferramentas de ensino e aprendizagem (entretanto, temo pelas costas das nossas crianças que, pelo menos neste ano lectivo, carregarão o Magalhães mais os cadernos e os manuais impressos; e estou para ver como vão as editoras de manuais escolares entrar, e tirar partido, deste novo negócio).

Filipe Reis

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, ISCTE, Lisboa
 filipe.reis@iscte.pt



III COLÓQUIO SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL

ORGANIZAÇÃO DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL

BRAGA | UNIVERSIDADE DO MINHO | CAMPUS DE GUALTAR | CP II | AUDITÓRIO B1

GOVERNAÇÃO E POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO

Actores, Contextos e Práticas*

* EM ACREDITAÇÃO



Universidade do Minho
 Instituto de Educação e Psicologia
 Dep. de Sociologia da Educação e Administração Educacional

Colaboração Institucional
 CENFIPE - Centro de Formação e Inovação dos Profissionais de Educação
 Das Escolas dos Concelhos de Ponte de Lima, Ponte da Barca, Paredes de Coura e Arcos de Valdevez



F I C H A D E I N S C R I Ç Ã O

Nome _____

Morada _____ Código Postal _____

Localidade _____ T _____

Forma de pagamento

(O cheque deve ser emitido à ordem do Departamento de Sociologia da Educação e Administração Educacional)

Preçário	Até 30 de Setembro de 2008	Depois de 30 de Setembro de 2008
Estudantes (de licenciatura)	15 Euros	20 Euros
Profissionais	30 Euros	35 Euros

Lacrimae Rerum

Às vezes este país dá-nos boas surpresas! Foi editado recentemente um livro do filósofo esloveno - leram bem, esloveno - Slavoj Žižek sobre cinema. O livro, da editora Orfeu Negro, é um conjunto de quatro textos sobre Krzysztof Kieslowski, Alfred Hitchcock, Andrei Tarkovski e David Lynch, em que Žižek, a propósito dos filmes, fala de tudo, desde Física Quântica até à psicanálise, passando pela Bíblia e Kant. No mínimo, uma leitura estimulante.

Na introdução ao artigo sobre Lynch, intitulado *A Arte do Sublime Ridículo*, fala sobre a cena de Casablanca em que Ilse (Ingrid Bergman) vai ao quarto de Rick (Bogart) para tentar obter os salvo-condutos que permitirão, a si e ao seu marido, fugir de Casablanca para Portugal, e daí para os Estados Unidos. Não resisto a citá-lo como aperitivo para a leitura do livro: "... Rick recusa-se a dar-lhos e ela puxa de uma pistola e ameaça-o. Ele riposta: "Vá dispara, é um favor que me fazes!". Ela vai-se abaixo e, coberta de lágrimas, começa a contar-lhe por que razão o deixou em Paris. Quando lhe está a dizer "Se soubesses como te amava, como ainda te amo" eles estão abraçar-se num grande plano. A sequência é interrompida por um fundido enca-

deado que abre para um plano de 3,5 segundos, da torre do aeroporto à noite, com os projectores a varrer o céu, a que se segue outro fundido que nos traz de novo para um plano filmado do exterior da janela do quarto de Rick, onde este está de pé a olhar para fora e a fumar um cigarro. Volta-se para o interior do quarto e diz "E depois?". E ela continua a história...

A pergunta que surge aqui imediatamente é a seguinte: o que aconteceu entretimes, durante o plano de 3,5 segundos do aeroporto - fizeram-no ou não? Maltby ⁽¹⁾ tem razão quando afirma que, quanto a isto, o filme não é simplesmente ambíguo: ele indica duas coisas muito claras, embora não se excluam mutuamente - fizeram-no e não o fizeram, ou seja, o filme oferece sinais evidentes de que o fizeram, e simultaneamente sinais evidentes de que não o podiam ter feito. Por um lado, uma série de sinais codificados sugere que o fizeram, isto é, que o plano de 3,5 segundos representa um período de tempo mais longo (o fundido do par que se abraça apaixonadamente, que simboliza geralmente que o acto vai seguir-se ao desaparecimento da imagem; o cigarro posterior, que constitui também um sinal clássico do relaxamento após



o acto" e mesmo a conotação fálica ordinária da torre). Por outro lado, uma série de sinais paralelos indica que não o fizeram, isto é, que o plano de 3,5 segundos da torre do aeroporto corresponde ao tempo diegético real (a cama por trás não está revolvida, a conversa entre eles parece prosseguir sem interrupções, etc.) Mesmo quando, no diálogo final entre Rick e Laszlo no aeroporto, eles afloram directamente os acontecimentos dessa noite, as suas palavras podem ser interpretadas das duas maneiras. (...)

A solução de Maltby é insistir em que esta cena é um bom exemplo de como *Casablanca* "se constrói deliberadamente de modo a oferecer fontes de prazer distintas e alternativas a duas pessoas que se sentam uma ao lado da outra no cinema", ou seja, que "pode tocar um público "ingénuo" do mesmo modo que um "sofisticado".

Espero que este pequeno excerto vos faça, pelo menos, sentir curiosidade de conhecer o final ... Garanto-vos que o livro é imperdível ...

Paulo Teixeira de Sousa

Escola Secundária Fontes Pereira de Melo. Porto

(1) Žižek cita Post-Theory, de Richard Maltby

BOA VIDA

Avanços na medicina e boa alimentação prolongam a juventude

Uma boa alimentação e tratamentos em rápida evolução permitem distanciar os efeitos do envelhecimento para depois dos 80 ou 85 anos, afirmaram em Paris os especialistas do fórum "Envelhecer jovem". "A velhice é um fenómeno fisiológico sobre o qual se pode actuar", salientou o especialista em genética Axel Kahn, diante de centenas de pessoas na Casa da Unesco em Paris.

Em 2015, os maiores de 60 anos serão mais numerosos do que os menores de 15 anos. A expectativa de vida mundial, que era de 46 anos em 1950, é ac-

tualmente de 67 anos, afirmou Koichuro Maatsura, director do Fundo das Nações Unidas para a Cultura, a Ciência e a Educação (Unesco).

O professor Bruno Dubois, neurologista, insistiu nos "progressos consideráveis" no conhecimento do Mal de Alzheimer, que não está "ligado à idade", mas que "tarda a manifestar-se".

Uma vacina mostrou-se "activa" em ratos, e houve novos testes nos seres humanos, mas com muitos efeitos secundários. "Estão a ser realizados novos testes com uma molécula muito menor", acrescentou.

Quanto ao Mal de Parkinson, "sabemos tratá-lo", afirmou o professor Yves Agid, director científico do Instituto do Cérebro da França.

Segundo vários oradores, os tratamentos genéticos de diversas doenças neurodegenerativas poderão apresentar resultados "nesta década".

Tanto os especialistas em coração, como os de pele ou olhos, insistiram na importância de uma alimentação que evite as gorduras animais e favoreça o ómega 3, e da manutenção de actividades físicas e intelectuais ao longo de toda a vida.

O doutor Jean Marie Bourre, especialista em nutrição, destacou a importância que o consumo de ferro tem para o cérebro. O peixe, que aparentemente reduz em 40% o risco do Mal de Alzheimer e diminui para metade o risco de doenças cardíacas, foi muito citado.

Para ter um coração jovem é preciso seguir uma dieta à base de azeite, peixes, frutas e vegetais, regados com uma taça de vinho tinto, disse o doutor Jean Mariani, neurobiólogo.

JPS/ com: AFP



Ferreira de Castro e ecologia

Nunca eu passara um Agosto tão frio como neste ano de 2008. Pelo menos assim me pareceu. Já os meses anteriores – Julho, Junho – não tinham sido de verdadeiro Verão – talvez de final de Outono ameno ou de começo de uma bonita Primavera. Também me pareceu. Ou seja, não me lembrava de um Verão destes. Mas concedo. Até me apetecia, a mim que sou um friorento dos diabos, começar a propagandear um “Global Cooling”, como outros fazem com o “Global Warming”. Mas o não o faço. E porque me sinto sempre um pouco defraudado no exercício da minha “Razão” quando faz calor, calor a sério – lá admito –, por, à minha volta, e em particular a

omnisciente e onipotente esfera mediática, invariavelmente nos atirar á cara com o “Global Warming” – eu sei, eu sei, que agora muitos seus apaniguados já mudaram de tom. De facto, verificando que “nós”, as pessoas em geral, começámos a não conseguir sentir as tais quenturas do “Global Warming”, já falam mais em mudanças climáticas, sobretudo em devastadores tornados tropicais ignorantes que fazem mal à terra do Tio Sam e que aumentam os preços da gasolina. Ainda se os tornados se ficassem por dar preocupações ao regime e ao povo de Cuba! Pois só por isso, só para não querer ter a sensação de estar a incorrer numa irracionalidade simétrica da outra, por um talvez falso pudor meu, é que não me ponho para aí a falar e a teorizar sobre um “Global Cooling”. Enquanto isto se passava, nestas “estranhas” condições de meio ambiente para o veraneio, quero dizer, nestas pelo menos “menos boas” condições meteorológicas, até porque so-prava com frequência uma nortada forte e bem fresca junto

à praias – mesmo por volta do meio do dia e do princípio da tarde sofria-se com frequência um veraneio nada agradável –, arranjei mais tempo que o usual para ler e, em particular, voltei à “A Selva” de Ferreira de Castro. Interessava-me desta vez reler esta obra, cuja acção se passa na Amazónia, sobretudo de um ponto de vista ecológico, mesmo sendo certo que esta palavra nunca é aí referida. Com efeito, pelo texto deste famoso e “clássico” romance – de um autor muito conhecido, e com razão, pela sua preocupação em por a nu a exploração dos trabalhadores e que, por exemplo, na contracapa do livro é assinalado “como precursor do neo-realismo” –, por esse livro, perpassam as passagens mais impressionantes que alguma vez li em termos de apresentação de um ecossistema – e logo a selva amazónica em que aquele autor viveu “menino e moço” nos tempos em que a Monarquia foi substituída pela República em Portugal.

A páginas tantas, escreve Ferreira de Castro (p 88): “Adivinhava-se a luta desesperada de caules e ramos, ali onde dificilmente se divisava um palmo de chão que não alimentasse vida triunfante. A selva dominava tudo. Não era o segundo reino, era o primeiro em força e categoria, tudo abandonando a um plano secundário”. E mais adiante: “A árvore solitária, que borda melancolicamente campos e regatos na Europa, perdia ali a sua graça e romântica sugestão, e, surgindo em brenha inquietante, impunha-se como um inimigo”. Ainda: “Nada a assemelhava às últimas florestas do velho mundo, onde o espírito procura enlevo e o corpo frescura; (...)”.

Assim mesmo. Na selva a árvore solitária surgia como um inimigo! No velho mundo – hoje diríamos, no Norte, no Ocidente – sentia-se a graça da árvore solitária, a sua romântica sugestão, nas nossas florestas o espírito procurava enlevo e o corpo frescura. Frescura, pois – foi por isso que aderimos tão bem à ameaça do “Global Warming”, foi por isso que os caminhos da ciência meteorológica se acabaram por afunilar para esta ameaça? É por isso que o nosso sentimento ecológico endeu-sa o plantar das árvores singulares, uma a uma?

Estes e tantos outros exemplos dos entrelaçamentos culturais das nossas percepções com o fazer do conhecimento científico a darem que pensar...

Francisco Silva

Engenheiro, Portugal Telecom. Lisboa

■ Foto ciência com legenda

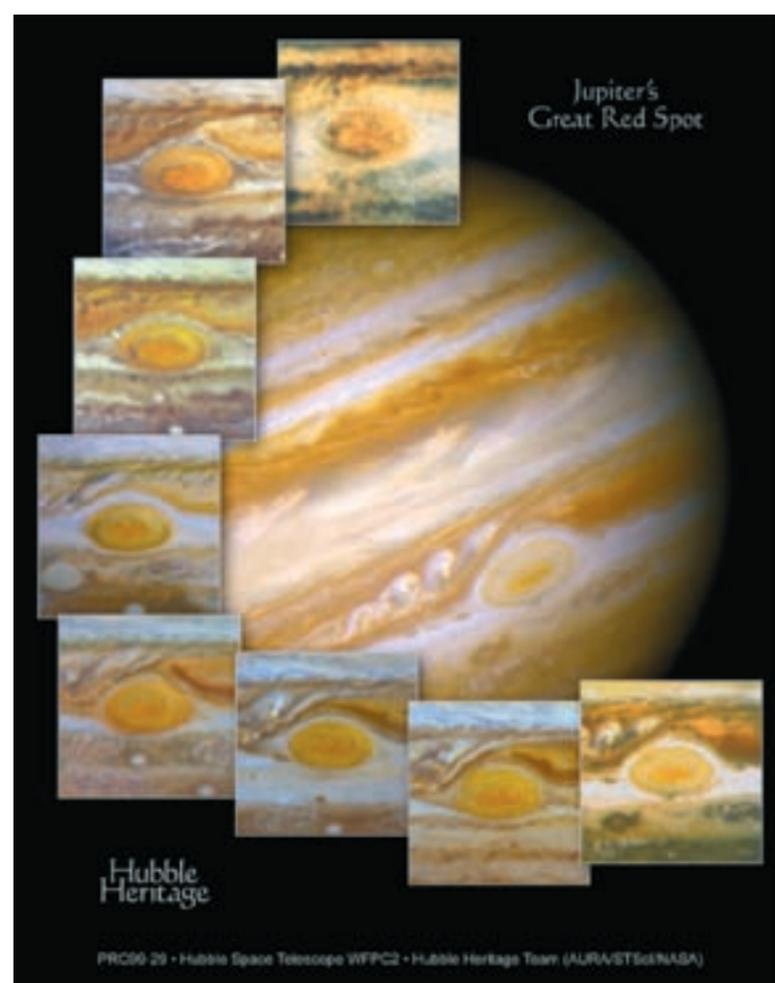
Júpiter O rei do céu deste verão

Quem ocupou alguns minutos do seu tempo a olhar para o céu neste Verão reparou decerto num ponto muito brilhante no céu, a Sul, que se destacava em relação às estrelas circundantes; era – e continuará a ser até ao final do ano – Júpiter, o maior planeta do Sistema Solar.

Júpiter é tão grande que, se fosse oco, poderia conter mais de mil Terras no seu interior. Possui 63 satélites, tendo os quatro maiores (Io, Europa, Ganimedes e Calisto) sido descobertos a 7 de Janeiro de 1610 por Galileu Galilei. Tem ainda um conjunto de anéis muito ténues e invisíveis a partir da Terra, fotografados pela primeira vez pela sonda Voyager 1, em 1979.

Ainda no século XVII, em observações posteriores, foram descobertas as faixas alaranjadas na sua atmosfera e a famosa Grande Mancha Vermelha, com cerca do dobro do diâmetro da Terra, que corresponde a uma tempestade permanente semelhante a um ciclone gigante, com ventos que podem ultrapassar os 400 km/h. Nesta composição de imagens pode-se ver que a Grande Mancha Vermelha, apesar de existir há mais de 300 anos, é uma zona dinâmica, em permanente mutação.

Carla Pereira



PRC99-29 • Hubble Space Telescope WFFC2 • Hubble Heritage Team (AURA/STScI/NASA)



Premiar o mérito: Porquê e para quê?

A institucionalização do Dia do Prémio é uma decisão cuja importância é mais de carácter ideológico do que de carácter instrumental. Deste ponto de vista, pode considerar-se até que o prémio de 500 € e o respectivo certificado são uma medida desnecessária, já que aqueles que os vão receber são os mesmos que, desde sempre, têm tido a felicidade de ver o seu trabalho reconhecido todos os dias nas escolas que frequentaram. São eles também que, felizmente, vão poder optar, sem constrangimentos, pelo curso e pela universidade que desejaram. São eles que, felizmente, tiveram ao seu dispor todas as condições e os recursos que necessitavam para atingirem o patamar de sucesso onde se situam. O prémio que vinte e três ministros andaram a distribuir pelas escolas deste país seria, devido a este conjunto de razões e de uma perspectiva meramente instrumental, uma acção redundante, se não permitisse revelar o sentido político das iniciativas que o Ministério da Educação tem vindo a assumir. O Dia do Prémio é, deste ponto de vista, uma medida que nada tem a ver com os valores e os compromissos ideológicos que caracterizam aqueles que

se situam no campo da esquerda. Um campo que, do ponto de vista das políticas educativas que inspira, pode ser configurado em torno do papel crucial que atribui à Escola Pública não como um fim em si mesmo, mas como um instrumento de construção de uma sociedade democrática. Uma sociedade onde o reconhecimento das singularidades dos indivíduos são uma das dimensões que contribuem para a sua afirmação como membros activos de uma comunidade em cujo destino terão que aprender a participar, aprendendo, por isso, a lidar com os acontecimentos da vida pessoal que os conduzem a gerir situações de tensão entre os seus desejos e necessidades individuais e a preservação do que consensualmente se define como o bem comum, o qual, neste caso, pode ser entendido de forma sucinta como o património de coisas e de factos que não poderão ser sacrificados àqueles desejos e àqueles necessidades.

É de acordo com esta perspectiva que a exaltação do narcisismo individual nas escolas, incentivada por uma organização competitiva desses contextos educativos, é um procedimento contraditório com os princípios e os

pressupostos atrás enunciados. Até porque, numa perspectiva democrática, a função das actividades escolares não é, ao contrário, por exemplo, das actividades desportivas, a de promover a vitória dos mais capazes, mas a de contribuir, ao seu modo, para que cada um consiga um desempenho escolar o mais capaz possível. Por outro lado, uma tal organização competitiva investe numa concepção de mérito excessivamente circunscrita que acaba por determinar o desenvolvimento e a organização do trabalho das escolas em função de dinâmicas pedagógicas selectivas que contribuem para que não se reconheça nem o mérito daqueles alunos que vêm sacrificados os bons resultados que obtêm devido à necessidade insensata de escolher o primeiro entre os seus pares, nem, muito menos, o mérito de todos os outros que também se esforçam, investem e trabalham, mesmo que fiquem aquém dos resultados obtidos pelos primeiros. Estes, pelas mais diversas razões, nunca poderão ser competidores à altura, daí que o prémio não tenha nenhum tipo de impacto no seu desempenho académico.

A inutilidade pedagógica desta medida

só é justificável, então, por via do seu significado político, quando visa contribuir quer para a difusão da imagem de um governo que toma decisões, mesmo quando estas, como é o caso, visam responder a problemas que, de facto, não existem, quer quando este mesmo governo afirma a sua competência face aos partidos situados à sua direita, fazendo suas algumas das medidas emblemáticas que esses partidos invocam como património dos programas de acção política que propõem ao país.

Seja quais forem as razões que posamos descortinar para justificar esta medida do Ministério da Educação não é possível deixar de estranhar o facto de se defender a credibilidade da Escola Pública em função da adopção de medidas que manifestamente contribuem para trair o carácter público desta escola, quando não fazem mais do que contribuir para que esta continue a ser uma escola de massas elitizada. É adoptando medidas de sentido contrário àquelas para que o Dia do Prémio aponta que essa Escola Pública pode vir a ser uma escola cada vez mais pública. Dessas medidas, falaremos em próximos artigos, tentando demonstrar, num primeiro momento, que é por via da valorização da organização cooperativa do trabalho na sala de aula que um tal percurso poderá vir a ser trilhado, para, num segundo momento, demonstrar, também, que esta não é uma finalidade que possa ser circunscrita, apenas, ao domínio da Educação Básica.

Numa sociedade democrática, a acção educativa das escolas deveria assemelhar-se mais a um jogo de *frescobol*, do que propriamente a um jogo de ténis. Quer num jogo, quer no outro, para se obter sucesso, é necessário assumir-se um certo nível de destreza física, empenho, rigor e treino, ainda que, no caso do primeiro, a diferença de nível entre os competidores em jogo.

Passo a passo um governo do Partido Socialista coloca a Direita em dificuldades, quando faz suas algumas das medidas emblemáticas que essa Direita desejaria ter assumido, mas

Ariana Cosme
Rui Trindade

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da
Universidade do Porto

VENDER OS PODRES

Maior sindicato italiano aceita venda da companhia Alitalia

A CGIL, primeira central sindical italiana, que vinha resistindo à compra da companhia aérea Alitalia por accionistas italianos, aprovou a operação em 26 de Setembro, afirmou a agência de notícias Ansa.

O sindicato deu o seu acordo durante uma reunião com o governo, na qual participaram também três outras confederações sindicais da Alitalia (UIL, CISL e UGL) que já tinham aceite a venda da empresa, à beira da falência. O acordo deve ainda ser assinado pelas quatro confederações.

Os cinco outros sindicatos da Alitalia, que representam os pilotos e o pessoal de navegação, não estavam presentes nesta reunião, o que gera incertezas sobre a aplicação do plano.

Os empresários italianos interessados na compra da empresa, reunidos na Companhia Aérea Italiana (CAI), tinham retirado a sua oferta devido à hostilidade da CGIL e dos sindicatos de pilotos e pessoal de navegação.

Mas eles aceitaram voltar atrás, após mediação do governo italiano, que conseguiu relançar as negociações. O comissário extraordinário da Alitalia, Augusto Fantozzi, já tinha lançado na internet uma licitação pública para a venda da companhia aérea italiana, que está à beira da falência.

Segundo o anúncio, os eventuais compradores poderão adquirir as actividades do seu interesse, sem que tenham que assumir a dívida da empresa, que acumula prejuízos diários de quase três milhões de euros.

A dívida da Alitalia, que pertence em 49,9 por cento ao Estado italiano, é de 1,2 mil milhões de euros.

Desde o fim de Agosto a empresa está a ser administrada por um comissário extraordinário.

JPS/ fonte: AFP

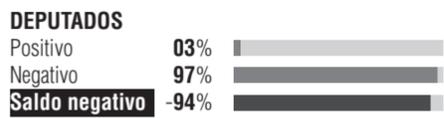
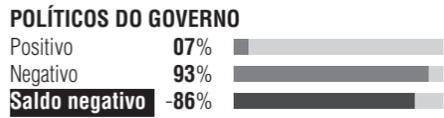
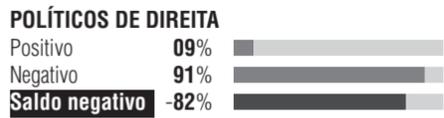
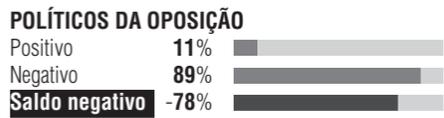
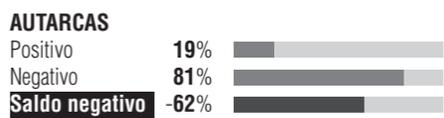
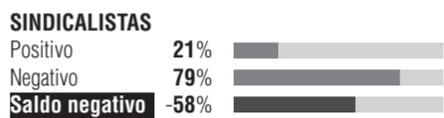
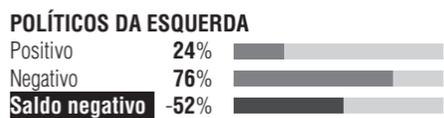
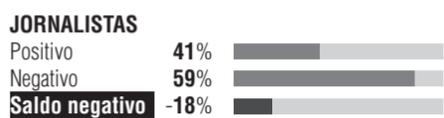
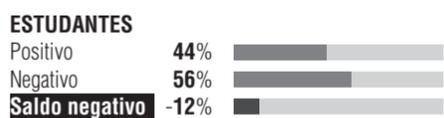
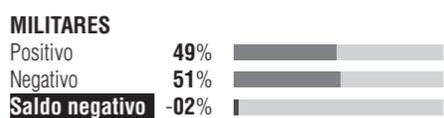
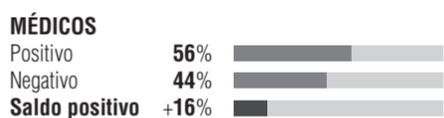
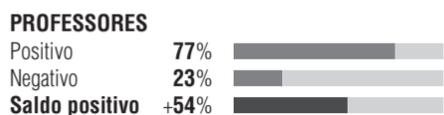
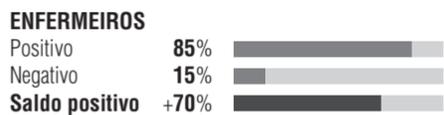
Barómetro das profissões

Registo online em Agosto e Setembro

Visão positiva e negativa junto da população

Número de participantes: 1.092

DOS MELHORES AOS PIORES



O pão suado mata a fome

Dar e receber: o segredo de viver

José Francisco está há dois anos em Natal, Brasil. Tem 50 anos e três filhos: o mais velho será policial já no próximo ano, como ele diz, “se Deus Nosso Senhor deixar”. A do meio entrará nos estudos de Medicina Veterinária no próximo ano. O “caçula” está no colégio com o auxílio do “doutor”, o vereador que tem ajudado José Francisco desde que aí chegou.

Na escola primária José Francisco não vingou porque não tinha interesse no conteúdo e na forma escolar. Trabalhou muito na agricultura no interior. Hoje, aos 50 anos, sabe que é vital o sucesso escolar para vencer na sociedade brasileira. Por isso procura fazer tudo com rigor para que os outros o reconheçam como trabalhador metódico, disciplinado e empenhado. Tem sido essa a sua arma de combate: a entrega. Em parte, tem sido esse dom de dar, como diria Marcel Mauss, que lhe tem aumentado o haver económico e social, capital de que se orgulha ter para viver.

Quando chegou a Natal dormiu primeiro muita noite no chão. Mais tarde, conseguiu um emprego como guarda de um condomínio, onde veio a semear ainda mais e a colher o respectivo fruto. Tem uma casa alugada próximo da praia e tem cama de casal, fogão, televisão, etc. e, como refere, “sem gastar um tostão” nesses bens. Todos os condóminos respeitam o seu modo de trabalhar e, de alguma forma, procuram retribuir com um olá, um sorriso, ou, de quando em quando, com outras dádivas materiais que muito têm ajudado a família.

Conheci este “Senhor”, senhor da palavra, senhor da amizade e da interacção humana, vendendo cocos na praia. Em troca de um real, colhi uma lição de vida fenomenal. Mal paguei recebi, Um “muito obrigado. Que Deus lhe pague, volte sempre a Natal”.

Sentei-me no areal de brancura imensa, soprada por um vento que varria as irregularidades e transformava a praia quase num manto de neve bem natalício. Ele olhou para mim e disse: “sabe, eu vendo a um real; se você for ali, será um real e meio. Se for lá acima, será mesmo dois reais. Mas eu não penso só para hoje não. Eu penso em ter cliente também amanhã”. Do meu lado, a comunicação passara já a ser quase simples-

mente gestual. Bebia daquela água de coco, maravilhosa, e o simples olhar que centrava no senhor José Francisco era suficiente para ele me continuar a ensinar. Para me continuar a contar a sua história de vida, o seu passado, o seu presente e o seu futuro que “se Deus quiser” será promissor.

Depois descreveu o modo como negoceia o coco, que lhe fica a 40 centavos, que, logo, “ainda” ganha 60 em cada um. E que vende a cerveja mais barata, que há pessoas que vendem muito mais cara. Que na concorrência da praia, onde passam dezenas de vendedores ambulantes, com Cds de música, milho assado, coco, pinturas, artesanato diverso, chapéus, bonés, queijo grelhado, etc. ele tem de encontrar uma forma de vencer e vender. E como? Sendo amigo, simpático, grato e vendendo mais barato.

Vem para a praia pelas 10 horas. Regressa a casa pelas 15. Dorme um pouco. Depois fica toda a noite de guarda no condomínio que lhe garante um ordenado de 800 reais. Contudo, um ordenado insuficiente para a economia doméstica. Os filhos precisam de comer e de estudar. Há a luz, a água para pagar, etc.. Por isso recorre à venda ambulante na praia. “Sem esta ajuda não era possível não. Mas..., vou-lhe contar aquilo que eu digo aos meus filhos... Há muito tipo de pão: um sabe mal, outro não. Aquele que eu quero comer tem de resultar do meu trabalho. Então eu digo em casa: minha gente, este pão mata a fome. Mata a fome porque é suado, o outro não”.

Autêntica lição de economia em toda a sua extensão conceptual. Aula de economia social e de relações humanas que recebi quando visitei pela primeira vez a praia de Natal com o Professor Gaston Pineau, um amigo da Universidade de Tours, França.

Vidas vividas e (re)vividas num tempo de discussão de “Histórias de Vida e Formação” no III CIPA - Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)Biográfica, Natal, Brasil.

De novo, a vida que nos ensina. De novo a aprendizagem para além da escola. De novo a educação em cada momento vivido mesmo para além dos espaços formais da lógica escolar. É caso para perguntar, de novo, “E agora Professor?”

Aeroporto de Natal, 19 de Setembro de 2008

P.S. Haverá mesmo “Não lugares” Mr. Marc Augé?

Ricardo Vieira

Investigador do CIID-IPLeia

Professor da ESE-IPLeia



Meu filho me ensinou

Boaventura de Souza Santos, em sua Teoria das Ausências, nos fala que há coisas que existem apesar de invisíveis aos nossos olhos. O fato de não as percebermos não nega sua existência. Tais coisas, segundo ele, são invisíveis porque fogem à lógica, digamos, convencional do sistema ou, mesmo, à lógica do observador. Ele fala da necessidade de abrir espaço para os saberes oriundos de outras lógicas como a dos camponeses, indígenas, operários, que envolvem inclusive uma maneira diferente de compreender e fazer uso do tempo, o que ele chama de ecologia dos saberes. Eu li isso num de seus livros, mas quem de fato me fez entender isso foi meu filho de dezessete anos.

Numa manhã eu o acordei para que se dedicasse aos estudos, uma vez que este é ano de vestibular para ele. Eu o matriculei no mais conceituado colégio de minha cidade, para cursar uma turma especial com professores cujo currículo é invejável. Assim, minha esperança é que tudo isso o prepare da melhor forma para encarar o vestibular e que ele ingresse numa universidade federal. Então, para mim, é óbvia a necessidade de que ele mantenha um horário de estudos regulares diariamente. Num determinado dia, após o meu discurso matinal de valorização do estudo, deixei-o em seu quarto, estudando. Após meia hora, de absoluto silêncio e suposto estudo, ouço o som do Legião Urbana. Chego de mansinho, olho pela porta do quarto e vejo o “moleque” sentado na cadeira de frente para o computador, a tela aberta em links com questões das provas dos últimos vestibulares, o caderno no colo (onde ele “supostamente” parecia estar resolvendo alguma questão), livros e apostilas espalhados por cima de sua cama e ele ainda cantarolando um trecho da música, fazendo um dueto com Renato Russo. Estava tão absorto, que não percebeu que eu o observava. Pensei comigo mesma: “Que danado! Ele está me enganando, fingindo estudar”. Resolvi não dizer nada, só observar o “ladino”. Após longos trinta minutos, vendo-o escrever no caderno, olhar a tela, abrir hipertextos, procurar algo nas apostilas, mudar de faixa de música, continuar cantarolando e ainda conversar com alguém no MSN, não me contendo mais, falei indignada: “Menino, eu mandei você estudar e você está aí de brincadeira?” Ele me olhou com a cara mais calma do mundo e retrucou: “E eu estou estudando.” Repliquei: “Estudando? Como, nessa mais perfeita balbúrdia?” Ele retrucou: “Pergunte qualquer coisa do assunto, que eu respondo”. Não resisti à possibilidade de provar minha tese de mãe. Vi que o assunto era história, que beleza! Tasquei perguntas que requereriam respostas ela-

boradas e críticas. E não é que o rapazinho deu um show em cada uma delas! Quando me dei por satisfeita, após a sabatina, o danado retrucou: “Mãe, você achou que eu não estava estudando, é? Mas é assim que eu estudo. Não tenho ‘saco’ pra fazer uma coisa só. Não consigo me concentrar, fico entediado. Esse é o jeito que eu consigo me concentrar e estudar mais.” Eu retruquei: “Mas como você consegue se concentrar em tantas coisas ao mesmo tempo?” Ele argumentou: “É que, no seu tempo, a lógica era fazer uma coisa de cada vez; no meu, é tudo junto. A gente faz mil coisas em um minuto. É tudo em tempo real.”

Aí entendi Boaventura em sua Teoria das Ausências. Só porque uma coisa foge da minha lógica, da forma como vejo e processo o mundo, não quer dizer que não exista. Muitas outras lógicas convivem com a lógica que eu uso para compreender o mundo. É necessário diálogo, respeito e tempo para entender a lógica do outro como uma das formas possíveis e válidas de agir e buscar soluções para os problemas. Há muitas lógicas convivendo num mesmo tempo, de acordo com o contexto cultural ou de cada “tribo”, como diriam os mais jovens; há uma lógica distinta, tão válida e eficaz para outros como a minha o é para o meu mundo, minha geração e minha cultura.

Eu, mãe, professora, também sou aluna de um adolescente de 17 anos, que tem me ensinado muito sobre várias maneiras e possibilidades de ver e agir sobre o mundo. Com ele aprendo todos os dias sobre uma verdade que os sábios egípcios já diziam há milhares de anos: “Todos ao nosso redor são nossos mestres”. A ecologia dos saberes pode começar nos lugares mais inesperados, a partir de uma escuta atenta de nossa parte para com o outro. Este outro pode ser nosso filho, nosso aluno de 4 ou 5 anos, um adolescente rebelde, aquele jovem rasta-fári, um operário, aquele adulto marcado pela vida e fracasso escolar que volta a procurar a escola, trazendo uma experiência de vida riquíssima e bela, aquele camponês analfabeto e tantos outros, que encontramos pela vida e que podem se tornar nossos mestres, se tivermos a humildade e sagacidade de reconhecer que o conhecimento está em todo lugar e que nós aprendemos com a diversidade e heterogeneidade de saberes e fazeres das pessoas.

Sandra Neri Brito de Freitas

Professora da rede pública. Participante do GRUPALFA - “Alfabetização dos alunos das classes populares”.
Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro.

NATUREZA

Luminosidade excepcional de explosão estelar foi perceptível a olho nu

O satélite Swift, da NASA, captou em Março uma poderosa emissão de raios gama provenientes da explosão de uma estrela, cuja excepcional intensidade luminosa foi perceptível a olho nu, informou a agência americana.

Essa observação do Swift deu aos astronautas as imagens mais detalhadas, até hoje, de um evento cósmico dessa natureza. O fenômeno também foi capturado por outros satélites e telescópios na Terra.

Swift detectou a explosão da estrela a 7,5 bilhões de anos-luz, na constelação de Bouvier, às 6h13 GMT (3h13 de Brasília), de 19 de Março. A emissão de raios gama esteve quase diretamente orientada para a Terra. “Swift é conhecido por detectar explosões excepcionalmente potentes de raios gama e, com essa explosão, realmente capturamos uma grande quantidade”, confirmou o astrônomo e principal cientista da missão, Neil Gehrels, do Centro de Voos Espaciais Go-

ddard, da NASA, em Maryland (leste dos EUA).

Uma explosão dessa intensidade na direção da Terra é um evento raro, que acontece aproximadamente uma vez em cada década, disseram os astrônomos, que o nomearam GRB 080319B.

Num estudo que apareceu na última edição da revista britânica “Nature”, a astrônoma Judith Racusin, da Universidade da Pensilvânia (leste), e uma equipe de 92 pesquisadores descrevem todas as observações

do Swift iniciadas 30 minutos antes da explosão da estrela e durante os meses seguintes, para analisar os seus efeitos.

Os cientistas concluíram que a extraordinária luminosidade resultou de uma emissão de materiais estelares projectados directamente para a Terra, quase à velocidade da luz.

JPS/ fonte: AFP

■ Erva daninha

Exemplos de violência sobre crianças

JUIZ ARGENTINO NEGA ABORTO A MENINA DE 12 ANOS GRÁVIDA POR VIOLAÇÃO

A justiça da província argentina de Mendoza (oeste) negou o aborto a uma menina de 12 anos, engravidada por violação, por considerar que isso provocaria um grave dano psicológico.

“A interrupção da gravidez poderia produzir nesta criança um transtorno da sua personalidade, que poderia levá-la a patologias psiquiátricas irreversíveis como a psicose”, afirmou o juiz de família Germán Ferrer, explicando a sua decisão à imprensa. Segundo o senhor juiz, a menina expressou o seu desejo de continuar com a gravidez!

A justiça comprovou que a menina foi sexualmente abusada quando vivia com a mãe e com o padrasto, que se encontra detido. O pedido de aborto foi feito pela mãe.

CINCO PAÍSES AINDA APLICAM A PENA DE MORTE PARA MENORES DE IDADE

Cinco países, liderados pelo Irão, são responsáveis pelas 32 execuções de menores de idade condenados pela justiça e registadas desde Janeiro de 2005, segundo um relatório divulgado pela organização Human Rights Watch (HRW).

Irão, Paquistão, Arábia Saudita, Sudão e Iémen são os únicos países que ainda aplicam a pena capital a menores de 18 anos quando eles cometem crimes. Os Estados Unidos proibiram esta pena em 2005. A Human Rights Watch pediu às Nações Unidas que pressione estes países a protegerem mais estes meninos. “Estamos dependentes apenas de cinco países para que ocorra a proibição completa da pena de morte para jovens”, lembrou Clarisa Bencomo, da HRW. “Estes poucos deveriam abandonar esta prática bárbara para que ninguém seja executado por um crime cometido quando criança”.

Segundo a organização, o Irão executou 26 dos 32 adolescentes sentenciados à morte desde Janeiro de 2005, duas execuções na Arábia Saudita, a mesma quantidade no Sudão, uma no Iémen e uma no Paquistão, revelou a organização. Nestes países, mais de 100 jovens condenados esperam no corredor da morte.

PRISÃO PERPÉTUA NOS EUA PARA MÃE QUE TORROU BEBÉ NO MICROONDAS

A americana China Arnold, de 28 anos, foi condenada a prisão perpétua por ter colocado o filho, um bebé de menos de um ano, num forno microondas e, em seguida, ter ligado o aparelho.

“Não existe um adjectivo que possa descrever essa desprezível atrocidade”, declarou a juíza Mary Wisemann, do tribunal do condado de Montgomery, que considerou que esse crime vai “além de qualquer compreensão humana e moral”.

No termo de mais de três semanas de processo, China Arnold foi considerada culpada por ter matado a filha, Paris, em Agosto de 2005, colocando-a no forno microondas, após uma briga com o namorado sobre a questão de saber se ele era o pai da criança. China Arnold alegou inocência.

CRIANÇAS TOMADAS COMO REFÉNS EM ESCOLA NO CANADÁ

Um jovem armado fez cerca de 300 crianças reféns num colégio particular de Regina, no oeste do Canadá. A polícia controlou a situação. “Recebemos uma ligação às 10h20 anunciando a presença de um jovem armado na escola. Prendemo-lo às 11 horas e estamos, neste momento, a evacuar o estabelecimento”, declarou uma porta-voz da polícia na ocasião.

Um jornalista no local afirmou que nenhum tiro foi disparado. O jovem teria feito os reféns no ginásio, apontando a sua pistola à cabeça do director do estabelecimento. Este acto ocorreu no mesmo dia em que um estudante matou dez pessoas numa escola na Finlândia. Os Estados Unidos, o Canadá e a Finlândia encabeçam a lista dos países com mais armas por habitante.

JPS/ com: AFP

O nome da rosa

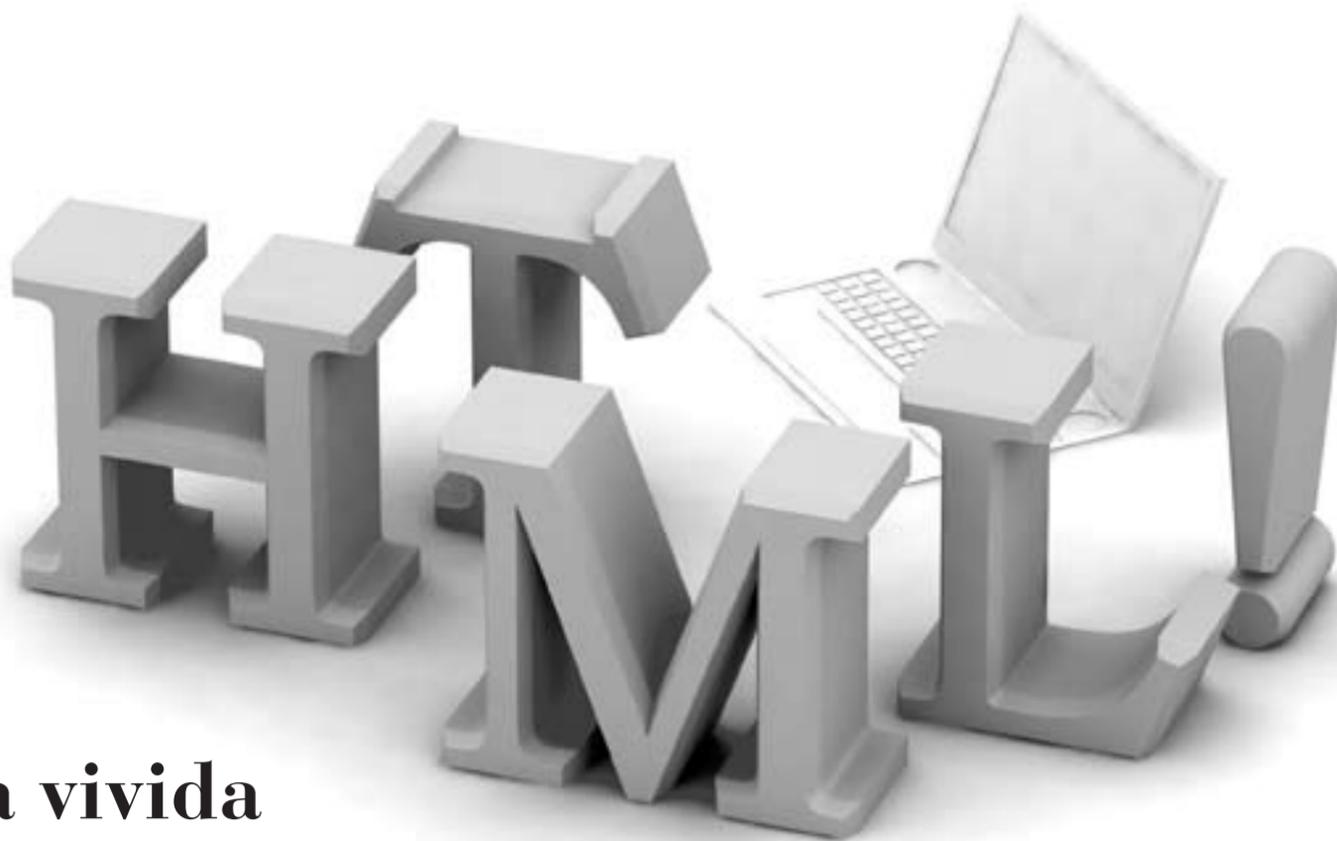
Li, como toda a gente, **O nome da rosa** de Umberto Eco. A história passa-se na Idade Média e o autor conta-nos como um monge de nome Guilherme de Baskerville, acompanhado do jovem Adso (que só depois de velho narra o que viu) quer descobrir uma morte estranha, numa abadia do norte da Itália, – morte que é a primeira de uma série de sete, que Baskerville interrompe ao desmascarar o culpado. No centro da abadia, levanta-se uma enorme biblioteca, considerada a mais importante e completa de toda a cristandade. Durante a investigação, Guilherme de Baskerville encontra-se em concorrência com a Inquisição e com o seu incontornável representante Bernard Gui, o qual defende que os hereges são os homicidas que Guilherme procura, designadamente os seguidores de Dolcino, o criador de uma seita hostil ao papado. Consegue, através de horrendas torturas, arrancar confissões, favoráveis à sua tese, a vários monges. Mas não convence Baskerville. Este a conclusão a que chega é bem diversa: conclui que as mortes não são obra de hereges e que os monges morrem, ao tentarem ler um livro misterioso, ciosamente guardado na biblioteca. A cena final do livro põe frente a frente Baskerville e o assassino, um cego que era um dos monges mais velhos da abadia. Desmascarado, o assassino faculta ao investigador o livro que já havia provocado sete mortes. Tratava-se do segundo volume da Poética de Aristóteles (384-322 a. C.), uma obra desconhecida até então e na qual o Estagirita faz uma profunda reflexão, chegando mesmo a abordar a questão do riso. Acusado por Baskerville, Jorge, o assassino, tem um comportamento estranho e, em vez de esconder o livro, aconselha ao investigador a sua leitura. Baskerville começa a leitura do livro, mas munui-se de um par de luvas, pois que descobriu que as páginas do livro se encontravam envenenadas, com um líquido que nelas deitara o monge criminoso. E não escondeu a questão seguinte: por que pretendia ele matar os monges que lessem a Poética de Aristóteles? Porque o livro falava do riso e o riso é o contrário da fé. Pergunta-lhe Guilherme: Mas quais são os efeitos perniciosos do riso?... Responde Jorge: “O riso é a fraqueza, a corrupção, o amolecimento da nossa carne. É a diversão para o camponês, a licença para o alcoólico e até a Igreja instituiu o Carnaval, paço de muitos crimes e vícios. Portanto, o riso não passa de uma coisa vil (...)”. Mas Baskerville queria saber mais: “Se há tantos livros que falam do riso,



da alegria. Por que só este lhe inspirava tamanho terror? Declara o criminoso: “Porque era do Filósofo (Aristóteles). Cada um dos livros desse homem destruiu uma parte da ciência que a cristandade tinha acumulado, ao longo de séculos. Os primeiros Padres transmitiram-nos o que era preciso saber sobre o poder do Verbo e bastou que Boécio comentasse o Filósofo para que o mistério do Verbo divino pudesse ser questionado e parodiado. O livro do Génesis diz-nos o que é preciso saber sobre a composição do cosmos e bastou a Física do Filósofo para tudo o que nos foi ensinado fosse repensado. Cada palavra do Filósofo, em que (pasma bem!) há bispos e papas que acreditam é um perigo para a cristandade”. Jorge faz do livro de Aristóteles o pretexto das suas angústias, diante dos problemas da Igreja. Baskerville, ao invés, não teme o riso, nem a crítica, pois que chega mesmo a pensar num cristianismo sem igreja. Como se vê, o riso dos dissidentes, dos críticos, dos resistentes, que se opõem a qualquer cartilha ortodoxa, é considerado um perigo, pelos instalados, pelos carreiristas, pelos conservadores, pelos reaccionários. Há muitos séculos, como hoje...

Manuel Sérgio

Universidade Técnica de Lisboa



Experiência vivida num processo de ensino online

Confesso que o primeiro contacto com um curso sobre ensino online foi de insegurança - sensação talvez não muito diferente da que tenho quando faço alguma operação de maior responsabilidade na Internet. Não tinha, à partida, qualquer experiência de ensino online. O desenvolvimento das actividades, sobretudo o módulo de ambientação, foi-me dando alguma confiança e a confirmação de que os percursos anteriores, de professor e de utilizador da Internet, eram compatíveis com as propostas que iam sendo feitas pelo formador. Começava então a sentir-me interlocutor com os restantes colegas e com o formador e a viver as primeiras práticas sociais online, numa situação de aprendizagem - a aprendizagem do sentido dos silêncios online, o debate, as formas de construção de identidade de cada um dos participantes, as redes de construção do poder, o surgimento e resolução de conflitos, a aprendizagem e construção colaborativa de saberes, as diversas formas de generosidade e entusiasmo.

Interrogava-me sobre a natureza deste lugar: Como realizar aí as aprendizagens que me eram propostas? Como

construir uma atitude de observação-participação igualmente necessária às actividades de formação em que estava envolvido e às que teria de preparar no final do curso? A participação era-me exigida mas constituía também um treino, num ambiente específico, para a investigação antropológica. Foi sobretudo a observação que me levou a adoptar a forma de o fazer. A aprendizagem deu-se pois através de um processo de imersão no ambiente criado e a partir deste a procura de ferramentas teóricas de fundamentação desta prática. Esta foi-se tornando aliciante e não menos a fundamentação epistemológica que exigia. Comecei a aperceber-me que o e-learning não é um mero repositório de receitas para que pareciam apontar alguns documentos fornecidos ou bibliografia consultada. Parecia possível desenvolver-se aí uma perspectiva coerente de interrelação entre o carácter cooperativo (social) e construtivista (cognitivo) de uma acção educativa e integrar as características específicas do e-learning.

Algumas situações de ambiguidade ou de penumbra fizeram-me reflectir sobre a natureza desta prática de ensino: 1)

“orquestração” das actividades e a sua importância no processo remeteram-me para o ensino programado; 2) a acessibilidade dos meios (baratos e fáceis de experimentar e de alterar) aos professores parecia ser uma consistente oportunidade/possibilidade de conceber actividades de ensino adequadas às sociedades fragmentadas - diversidade de interesses, aprendizagem a partir de fragmentos, de pedaços aparentemente soltos de conhecimento partilhado e usado (citado, criticado, ignorado); 3) a simplicidade das ferramentas disponíveis e utilizáveis constituía, em meu entender, instrumento de criatividade e interacção importantes para esta prática social de aprendizagem.

Particular importância em todo o processo foi a performance virtual do formador, ou seja, como o formador organizou a formação, que comentários fez, que formas de ajuda e feedback utilizou, como formulou a avaliação, que sistematização fez dos conteúdos no final de cada actividade. A imersão no ambiente foi conseqüentemente uma experiência de uma imersão orientada e direccionada por um sentido preciso. Realizei as primeiras práticas que me

foram pedidas com base no modelo em que participava e que me orientava. Optei por uma “navegação de cabotagem”, muito próxima da terra firme, das práticas em que participei como formando, do guia de orientação evitando assim a insegurança.

Como em qualquer percurso iniciático as esperanças o ensino online são frequentemente excessivas (fascinantes ou fantasiosas). As práticas, por vezes, modestas para quem inicia um percurso autónomo, sem guia. Por isso durante o percurso alguém (vários colegas e eu próprio) referia (referíamos) a necessidade de continuar a formação, o debate, a discussão, de conhecer a prática que cada um desenvolveu, de solidificar o muito que foi tratado num curto espaço de tempo e com profundas implicações no desenvolvimento profissional - talvez a mais radical mudança que está a decorrer na nossa vida profissional (como na sociedade) e um desafio de formação contínua.

José da Silva Ribeiro

Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais. Laboratório de Antropologia Visual. Universidade Aberta

VIOLÊNCIAS CONTINUADAS

Relatório da ONU acusa Israel de crime de guerra em Beit Hanun

O Conselho de Direitos Humanos da ONU aprovou o relatório de uma investigação dirigida por Desmond Tutu sobre o bombardeio do povoado palestino de Beit Hanun (Gaza), em Novembro de 2006, o qual conclui que a operação israelita pode ser considerada um “crime de guerra”.

“Na ausência de explicações detalhadas do Exército israelita (...), a missão deve concluir que há uma possibilidade de que o bombardeamento de Beit Hanun constitua um crime de guerra”, afirma o documento,

apresentado ao conselho pelo arcebispo sul-africano. A investigação sobre o bombardeamento que matou 19 civis foi dirigida por Tutu, Prémio Nobel da Paz, a quem Israel proibiu o acesso a Gaza. Ele conseguiu realizar as investigações no terreno, porém, entrando no território palestino pela fronteira egípcia.

Segundo uma investigação interna, as autoridades israelitas concluíram que o bombardeamento de alvos civis resultou de “um raro e grave erro técnico do sistema de radar da artilharia” e não tomaram qualquer

medida contra as unidades militares envolvidas.

A resolução recebeu 32 votos a favor, nove contra e cinco abstenções.

Votaram a favor: Brasil, África do Sul, Angola, Arábia Saudita, Argentina, Azerbaijão, Bahrein, Bangladesh, Bolívia, Burkina Faso, Chile, China, Cuba, Djibouti, Egito, Rússia, Gabão, Gana, Índia, Indonésia, Jordânia, Malásia, Ilhas Maurício, México, Nicarágua, Nigéria, Paquistão, Filipinas, Qatar, Senegal, Uruguai e Zâmbia.

Pronunciaram-se contra: Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão, Holanda, Grã-Bretanha, Eslováquia e Eslovénia. Bósnia-Herzegovina, Camarões, Coreia do Sul, Suíça e Ucrânia abstiveram-se.

Agora, o Conselho pedirá ao secretário-geral da ONU que preste contas da aplicação das recomendações que figuram no relatório da missão.

JPS/ fonte: AFP



ANA ALVIM

ABERTURA DO ANO LECTIVO

Da curiosidade das crianças ao pessimismo dos mais velhos

Seja pelos jornais, pela televisão ou pelas conversas que se vão ouvindo aqui e ali, os comentários parecem ser praticamente unânimes: o panorama geral do país não anda famoso. A performance da economia vai de mal a pior, o sentimento de insegurança cresce com a “vaga de criminalidade” que varre o país e até a selecção nacional de futebol parece deixar contagiar-se pelo desânimo perdendo com a sua congénere dinamarquesa nos últimos minutos de jogo. Perante o espírito pessimista que atinge o país, que expectativas têm alunos, professores, funcionários e pais face ao ano lectivo que agora se inicia? De regresso ao quotidiano após as férias de Verão, fomos ouvir as opiniões dos diferentes elementos da comunidade escolar.

Impaciente por aprender a ler mais depressa

Com apenas sete anos, Carina Gomes não sabe ao certo o significado do termo “expectativa”, palavra que a própria confessa considerar mais própria do vocabulário dos adultos. Quando lhe explicamos o conceito através de palavras mais adequadas à sua idade, exclama um “Ah!” e afirma estar impaciente por aprender a “ler mais depressa” de forma a poder desfrutar de todos os livros que guarda na estante do seu quarto. “Gosto muito de ler, mas ainda preciso da ajuda da minha mãe para as palavras mais difíceis. Quando passar de ano espero já poder fazer isso sozinha”.

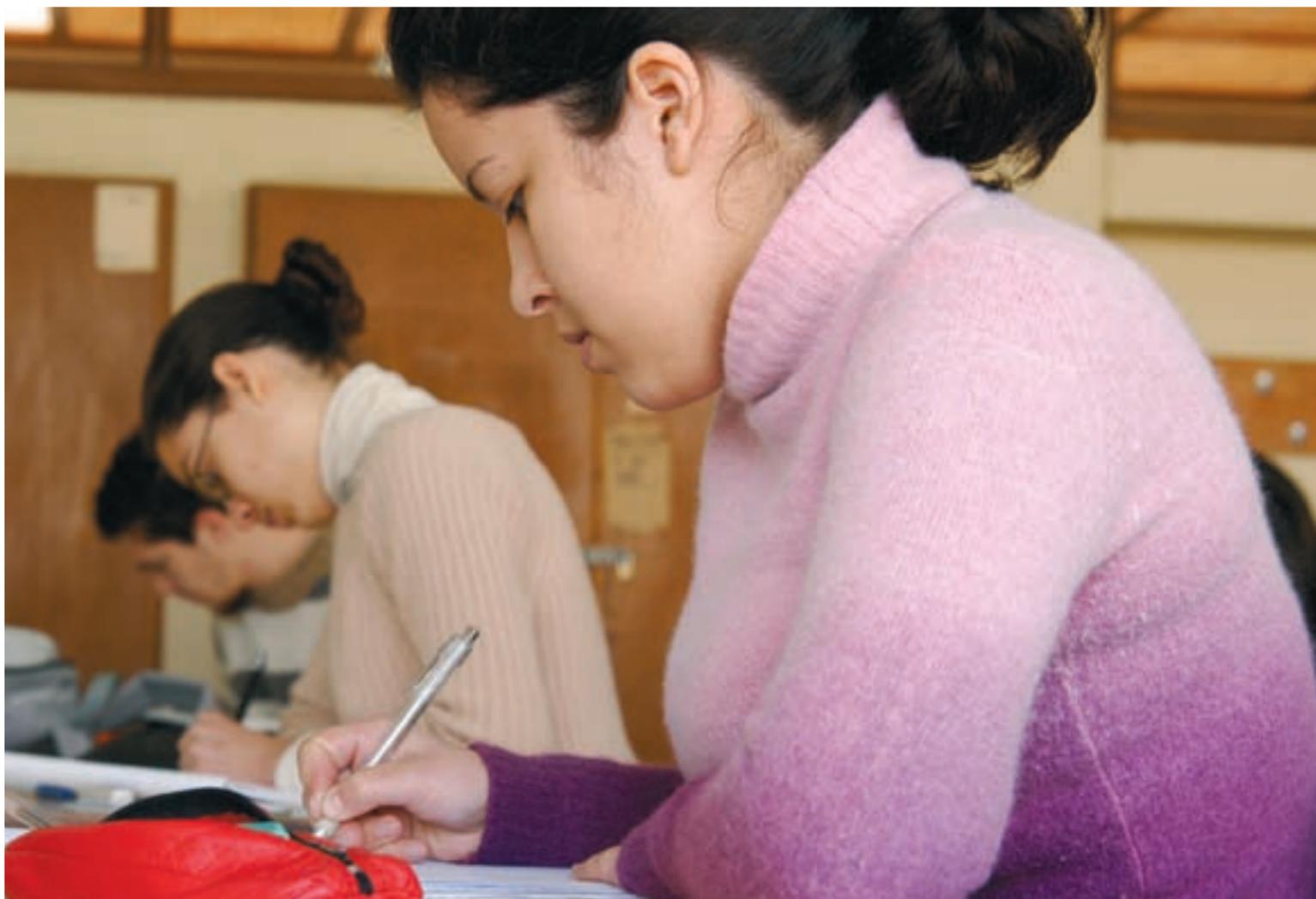
Elisabete Cardoso, com a mesma idade e colega de turma da Carina, quer acima de tudo aprender a tirar melhor partido do computador, que admite ser aquilo que mais gosta de fazer nas aulas. Na sua escola, porém, existem poucos e o tempo de utilização que cabe a cada aluno é escasso. Como já ouviu falar dos computadores “Magalhães” na televisão, tem esperança de que a sua escola possa vir a ser uma das contempladas com o programa do Governo. “Era muito bom, porque assim podíamos ter computadores para todos...”, diz com um sorriso tímido.

A professora das duas miúdas, Fernanda Tavares, 43 anos, professora do 1º ciclo com vinte anos de carreira, confessa, por seu lado, que após um “ano conturbado” marcado pela deterioração das relações entre a classe e a ministra Maria de Lurdes Rodrigues, as expectativas de um ano mais tranquilo “não são muitas”.

“Temos sempre esperança que algumas das medidas aprovadas pela tutela possam vir a ser renegociadas, mas mesmo com a pressão dos sindicatos penso que será muito difícil”. A passagem de competências para as autarquias ao nível do 1º ciclo prefigura um futuro ainda mais incerto. Na opinião desta docente, as assimetrias entre os vários municípios poderão vir a acentuar-se. “A não ser que se crie um mecanismo de compensação, as autarquias mais pobres, em particular as do interior do país, terão mais dificuldades em prestar um serviço educativo de qualidade. Tudo passará pela forma como cada câmara municipal encare a importância do sector educativo”.

Aproveitando a hora de saída dos alunos, a PÁGINA falou também com dois dos encarregados de educação que aguardavam no exterior os respectivos filhos. André Tavares, 35 anos, designer, espera sobretudo que este ano lectivo seja mais tranquilo que o anterior. “No ano passado os professores andavam em polvorosa com toda a alteração legislativa que foi introduzida. E isso sentia-se nas reuniões de pais, onde eles se queixavam que estava a ser muito difícil trabalhar com tranquilidade”. Admitindo estar particularmente bem informado sobre estas e outras questões pelo facto de a sua mulher ser também ela professora, Tavares diz compreender “até certo ponto” o desagrado dos docentes mas afirma que “algumas das medidas eram necessárias”. Isto porque, na sua opinião, “era indispensável criar regras mais transparentes sobre a prestação profissional dos professores” e elevar a “exigência do ensino em geral”.

Mais preocupada com questões de ordem material, Susana Meireles, 32 anos, secretária, queixa-se sobretudo do preço do material escolar. Com dois filhos a frequentar a escola – um com oito e outro com doze anos –, esta mãe considera que é “muito difícil” fazer face a todas as despesas. Apesar de afirmar que “a escola deveria ser gratuita pelo menos até ao 9º ano” de escolaridade, prefere encarar



ANA ALVIM

este esforço como um “investimento no futuro” das suas crianças e encerra expectativas de que ambas possam vir a frequentar a universidade. “Apesar de ouvir cada vez mais pessoas dizer que hoje em dia os estudos já não garantem emprego a ninguém, uma qualificação é sempre necessária”. Quando questionada sobre a contestação dos professores, admitiu não estar muito informada sobre o assunto. Garante, no entanto, ter “confiança” no trabalho que é desenvolvido na escola.

“O sentido da nossa profissão perdeu-se no meio de tanta burocracia”

A PÁGINA visitou também uma escola do 2º e 3º ciclo situada nos arredores do Porto - mais concretamente em Matosinhos - e ouviu vozes de desânimo entre os professores. “Penso que, em maior ou menor medida, os professores se sentem cada vez mais pessimistas relativamente ao futuro da profissão. Não há muitas razões para se terem expectativas positivas sobre a carreira”, diz Célia Monteiro, 34 anos, professora em situação de contratação provisória desde o início da carreira. E explica os seus motivos: “Nem em termos educativos, porque considero que a política que tem vindo a ser traçada pelos diferentes governos não valoriza nem as escolas nem os professores; nem em termos económicos, já que a situação financeira dos professores, e dos funcionários públicos em geral, tem-se vindo a deteriorar sucessivamente”.

Ao seu lado, Mafalda Mota, 37 anos, professora de Português, vai acenando com a cabeça em sinal de concordância e acrescenta que as expectativas políticas que chegou a ter deste Governo estão agora “completamente desfeitas”. E não é a situação económica ou de carreira dos professores que pesa na sua opinião. “O sentido da nossa profissão perdeu-se no meio de tanta burocracia. O tempo dedicado àquilo que realmente é importante, a relação de ensino-aprendizagem entre professores e alunos, é cada vez mais escasso”, diz, concluindo que, por este caminho, “a qualidade do sistema educativo irá ressentir-se”.

Funcionária não docente há 23 anos, F.T. aceitou também falar à PÁGINA na condição de mantermos o seu testemunho sob anonimato. Contando que já passou por três escolas e que assistiu a “muitas mudanças”, garante, porém, que nada que se compara aos últimos anos. “Os alunos deixaram de ter qualquer respeito, seja pelos funcionários seja pelos professores. O comportamento de alguns chega mesmo a assustar-me...”, refere F.T., afirmando ser necessário mais do que nunca reforçar as medidas de coação aplicadas aos estudantes.

Mas as suas preocupações não se centram apenas na indisciplina dos alunos. O recente anúncio da dispensa de cinco mil funcionários nas escolas deixou-a particularmente apreensiva. “Não sei como é possível. Já somos tão poucos para dar conta de todo o serviço que não percebo como querem tirar funcionários das

escolas. A mim já não me falta muito tempo para a reforma, mas inquieta-me o futuro das minhas colegas mais novas”, diz com um certo ar de desalento. Razões suficientes, em sua opinião, para dizer que “com a minha idade e por aquilo que vou vendo já deixei de ter expectativas de que as coisas possam melhorar”.

Na mesma escola, no entanto, há quem tenha uma visão mais optimista. Manuel Pereira, 46 anos, professor de Matemática, acha que “mais tarde ou mais cedo o poder político irá aperceber-se que não vale a pena estar contra os professores e que o único caminho viável é reconhecer e valorizar o seu trabalho”. Espera, por isso, que ao contrário da maioria das expectativas, Maria de Lurdes Rodrigues recue em algumas das impopulares medidas que implementou no ano passado. “De outra forma não auguro muito tempo de permanência no Governo para a ministra, porque acredito que os sindicatos não lhe irão fazer a vida fácil”, conclui.

Arredados destes e outros assuntos que interessam sobretudo aos adultos, os miúdos que frequentam o 2º e o 3º ciclo do ensino básico têm outro tipo de preocupações. É o caso de Filipe Leite, onze anos, recém “promovido” à categoria da “escola dos grandes”. Para este miúdo franzino, é grande a expectativa de iniciar uma nova etapa na sua vida escolar. “Estou com vontade de começar a escola porque agora vou ter mais disciplinas para estudar e aprender coisas novas e diferentes”. Além disso, confessa estar radiante por poder aprender e praticar desportos, algo porque ansiava desde que andava no quarto ano.

“... dou por mim a pensar se a vida não será mais difícil para eles amanhã do que é para nós hoje em dia...”

Aproveitamos também a presença da mãe, Albertina Leite, 38 anos, empregada do comércio, para a questionarmos sobre o que espera ser o papel da escola no futuro do seu filho. “A escola é sempre importante para a formação de qualquer pessoa. Mas hoje em dia a escola, por si só, já não garante uma vida melhor. Às vezes dou por mim a pensar se a vida não será mais difícil para eles amanhã do que é para nós hoje em dia...”.

Ao contrário do Filipe, Magda Rodrigues, de treze anos, vai transitar para o oitavo ano mas não se sente particularmente entusiasmada por esse facto. “Tenho uma amiga que já andou no oitavo ano e disse-me que era mais difícil. Tenho medo de não conseguir passar de ano”, diz com um ar tímido. Por outro lado, vê com bons olhos a oportunidade de conhecer novos colegas e, quem sabe, poder “fazer novas amigas”.

Nessa mesma tarde, no átrio da Escola Secundária Rodrigues de Freitas, no Porto, um grupo de amigos conversa animadamente sobre o regresso às aulas. A oportunidade perfeita para introduzir o tema que ali nos levou. Paulo Correia tem dezasseis anos e pinta de “Morangos com Açúcar”. Todo o grupo, aliás, parece saído de um episódio daquela popular série da TVI: eles com o cabelo cuidado-



ANA ALVIM

samente despenteado e calças dois números acima do tamanho do corpo; elas uma cópia muito fiel das “Just Girls”. Depois de reflectir por um momento, Paulo afirma ter esperança de conseguir melhores notas relativamente ao ano passado. Reconhecendo não se ter esforçado tanto quanto podia, atribui parte do desaire a “muita matéria desinteressante” e à forma como muitos professores dão as aulas, que classifica como “monótona” e “repetitiva”.

Ana Teles, quinze anos, concorda em parte com o colega mas sublinha que é um “sacrifício necessário”, pelo menos “para quem quer ser alguém na vida”. A par da atitude de sacrifício, defende ser necessário “apostar mais numa educação de qualidade para todos os jovens”, sem, no entanto, saber especificar concretamente o alcance do seu argumento.

A propósito desta afirmação, Clara Ferreira, também com quinze anos, lembrava que a escola Rodrigues de Freitas havia beneficiado de obras de renovação durante este Verão no âmbito do plano de modernização das escolas portuguesas levada a cabo pelo Ministério da Educação. Uma razão acrescida para se sentir entusiasmada com o novo ano lectivo. Para quem como ela pretende seguir a área de ciências, isto significa um novo alento. “Ouvi dizer que os laboratórios foram modernizados. Os antigos não davam muita vontade de entrar. Pareciam saídos do século passado...”, diz, perante a concordância e o sorriso cúmplice dos colegas. Timidamente arredada do debate, Clara Menezes, dezasseis anos, refere que as suas expectativas se projectam não tanto no curto mas sobretudo no médio prazo. “O meu objectivo é tornar-me investigadora na área da medicina, e sei que para isso vou ter de me aplicar seriamente. No entanto, é preciso que o país crie condições para que os investigadores portugueses possam exercer a sua actividade aqui e não no estrangeiro, como tantas vezes acontece. As minhas expectativas é que no futuro existam condições para que isso se concretize”.

De cada vez que abordamos os professores, as expectativas face ao novo ano lectivo centram-se quase invariavelmente na esperança de que algumas das medidas tomadas pela tutela possam vir a sofrer um retrocesso e que o ano conturbado que se viveu não volte a repetir-se.

Eugénia Santos, 44 anos, professora de Português do ensino secundário, confessa estar “saturada” de tanta mudança. “Penso que o ministério tem apostado em medidas acessórias e não no essencial, isto é, em criar condições para que possamos cumprir o nosso papel de educadores com a qualidade que as crianças e os jovens merecem”. Dos muitos exemplos que poderia citar, explica, destaca sobretudo o novo modelo de avaliação que, na sua opinião, é “contraproducente”. “São reuniões e mais reuniões que não contribuem em nada para a melhoria das práticas dos professores e, sobretudo, não elevam a qualidade das aprendizagens dos alunos”. Em conversa com colegas, refere que uma parte significativa admite ter perdido a paixão pelo ensino e que a maioria anseia agora pela reforma. “Perante este quadro, não penso que haja lugar a grandes expectativas...”.

Fernando Tavares, 42 anos, professor de Inglês, alinha pelo mesmo discurso e afirma que nos últimos anos os responsáveis pela tutela da educação têm vindo a

“perder a noção daquela que é a verdadeira natureza do acto educativo e do papel dos educadores”. De outra forma, explica, não o teriam praticamente reduzido a “um acto burocrático” cuja finalidade última é “controlar do princípio ao fim a actividade dos professores” e transformar a educação num mero “instrumento de avaliação”. Em trinta anos de democracia, diz, “este é o momento mais pessimista que a educação vive”, razão pela qual admite não ter “particulares expectativas” para o ano lectivo que se inicia.

Seja porque o ambiente económico e social do país não está propício a grandes entusiasmos, seja porque de facto os portugueses são imbuídos de um espírito pessimista, a verdade é que a maioria das opiniões que tivemos oportunidade de ouvir não diferem muito entre si, mostrando até que ponto o pessimismo parece instalado na comunidade educativa. E o ensino superior parece não escapar a esta tendência.

O ministro Mariano Gago ... “foi uma completa decepção”

Teresa Rocha, professora da Universidade do Porto, diz nunca ter assistido a um período tão negro como o que se atravessa. “Não tenho memória de o ensino superior viver tantas e tão graves dificuldades financeiras, que em muitos casos põem em causa o próprio funcionamento das instituições”. Na sua opinião, é necessário que o Governo assuma este sector como prioritário para o desenvolvimento do país e invista nele em conformidade. De outra forma, explica, “não vejo de que forma poderemos recuperar o atraso que ainda nos separa dos países ocidentais em matéria de formação”. Admitindo que o regresso do ministro Mariano Gago à tutela do ensino superior lhe augurou boas perspectivas, quatro anos depois a sua opinião mudou radicalmente: “foi uma completa decepção”.

À semelhança dos professores, os alunos também não parecem muito confiantes. Alberto Raposo, 22 anos, estudante de Letras, avança precisamente com um argumento semelhante para justificar a falta de expectativas que, na sua opinião, atravessa de forma transversal o espírito dos jovens da sua geração. “Não é apenas o facto de ser difícil a situação que vivemos hoje, mas sobretudo a falta de perspectivas de que a situação do país vá alguma vez melhorar significativamente. E isso é arrasador para a sentimento colectivo de um país”, explica este jovem, que admite temer pelo seu futuro. “É frustrante ver colegas do meu curso a trabalhar em empregos que não se relacionam minimamente com a nossa área de formação, apenas porque precisam de garantir de qualquer forma a sua subsistência. Não é de estranhar que muitos acabem por ficar a viver com os pais e adiem a sua vida indefinidamente”, conclui.

Ricardo Jorge Costa

O nível de vida que entendemos justo e a justiça dos equilíbrios sustentáveis

Quando todos peamos por causa da evolução desenfreada dos preços do petróleo ou, questão mais quotidiana (certamente para todos), dos preços de bens alimentares essenciais, é em função de um determinado patamar de conforto e de nível de vida, que vemos posto em causa, que fundamentalmente reagimos. Temos legítimas expectativas de não desejar que, aquilo que é um patamar de bem-estar a que conseguimos aceder, seja posto em causa. Aquilo que não nos será tão próximo no nosso raciocínio, na nossa reacção, é que, em grande medida, o que poderá parecer estar em causa seja a impossibilidade de salvaguardar esses padrões, se entendermos, solidária ou humanamente, considerar o direito de todos os cidadãos do planeta que habitamos terem acesso a esses mesmos padrões, já não de luxúria, de excesso, mas tão simplesmente, de dignidade, aquilo que, ainda segundo os nossos padrões, passa pelo direito ao essencial à vida humana; o direito à educação, à saúde, a um nível de bem-estar que permita a afirmação de cada um e de todos.

A explicação da subida dos preços do petróleo, dos preços dos cereais, é em grande medida sustentada nas novas economias emergentes (China, Índia, Brasil, África do Sul, ...), ou seja, na capacidade desenvolvimentista destas novas economias e, conseqüentemente, no acréscimo de cidadãos capazes de aceder a níveis de consumo, distantes embora mais próximos daquilo a que nós, nas sociedades ocidentais estamos habituados. Seria o crescimento sustentado destas novas economias que, ao inflacionar a procura de bens, se confrontaria com uma oferta desses mesmos bens impreparada para tão grande procura e, desse modo, segundo o mais clássico princípio do funcionamento do mercado, geraria um súbito acréscimo de preços dos produtos e o seu mais difícil acesso. Não será tão simples a explicação – as virtudes do mercado não são assim tão

inconsequentes – mas ela levanta uma questão essencial, que é a de saber se, em definitivo, aquilo que nas nossas sociedades ocidentais entendemos ser o diapasão mínimo da qualidade de vida, uma vez extensível a toda a humanidade, permite garantir a sustentabilidade do planeta em que vivemos? Ou será mais fácil alimentar todos os modelos de solidariedade dos “ricos” relativamente aos “pobres” – porque o mal dos outros, à distância, não nos atinge – conquanto este exercício sossegue as nossas consciências?

Se se tomar, a título de exemplo, a produção mundial de bens alimentares, são inúmeros e suficientes os estudos que demonstram que, a actual produção alimentar mundial é mais do que a necessária para alimentar condignamente toda a população do globo. E este é, tão só, o ponto de partida. Mas será inaceitável admitir que, aqueles que sempre viveram na miséria, uma vez ultrapassada essa condição, alimentem o legítimo direito de aceder a mais do que isso? Será impensável, a título de exemplo, que todos os africanos (lembro aqui todos aqueles que correm risco de vida para arribar às nossas costas europeias) venham um dia, ultrapassada a fome e as doenças, a desejar dispor de um automóvel, de uma casa com água potável e energia, de electrodomésticos e conforto, de uma vida que vá além do limiar da sobrevivência?

A proclamada globalização, para não passar de proclamada a proscrita, não pode ser apenas o sinal da mais plena usurpação do mundo desenvolvido sobre o mundo em desenvolvimento (aceitemos estes chavões porque estão cifrados), tem necessariamente um reverso que é, justamente, a discussão da inaceitabilidade das gritantes diferenças, que é, justamente, todo o esforço no sentido de as superar. Se, antes daquilo que alguém designou por globalização, a equação se definia pela miséria de muitos para garantir a tranquilidade de alguns (quando não,



o excesso de alguns), a noção de globalização, oportunisticamente mobilizada pelos mercados financeiros (mas “sexto sentidamente” apropriada pelas tecnologias de comunicação, para não dizer ainda, “sétimo sentidamente”, imposta pela precariedade dos próprios recursos naturais e ambientais), impõe compreender a sustentabilidade do mundo em que vivemos, impõe problematizar o modelo de desenvolvimento que tem sido perene. Não faz mais sentido falar em globalização - a visão do nosso planeta, da humanidade como uma e interdependente - e manter um modelo de desenvolvimento tão insistentemente assimétrico. Não se tratará, necessariamente, de abdicarmos daquilo que conquistamos, individual e colectivamente. Trata-se, provavelmente, de construir um outro olhar, menos egocentrado, mais cidadão na medida em que tal encerre a ideia de uma cidadania global, trata-se de perceber o significado da expressão “cidadão do mundo”, e trabalhá-la conseqüente-

mente, não necessariamente para além da extensão do bairro (porque é sempre o mundo próximo e significativo), mas seguramente para além da extensão do exercício cidadão (esse sim, muito para além do espaço do bairro). Dir-me-ão, que espaço para esta reflexão num jornal sobre educação? Todo. Todo sem pestanejar. Seria certamente inconsequente não conter no espaço educativo, no acto educativo aquilo que, embora o possa transcender, seguramente o determina. Esta questão não é do domínio “então estás para aí com essas moralidades, e o que é que tu já fizeste?”, abordagem muito judaico-cristã do “exemplo”; esta questão coloca-se no tempo, numa temporalidade que transcende a(s) nossa(s) vida(s), mas que é, pode ser provavelmente determinada por ela(s).

Henrique Vaz

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

DESCARAMENTO

É preciso regulamentar os mercados financeiros, diz director do FMI

O director-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), o francês Dominique Strauss-Kahn, considera que a crise financeira actual pede um controle rígido dos mercados financeiros, que deve ser feito pelo FMI.

Em entrevista publicada na edição do “Journal du Dimanche”, Strauss-Kahn garante que, “até agora, apagamos o fogo”.

“É o mais imediato, e é o que está a ser feito pelas autoridades americanas. Mas, depois, devemos tirar

as necessárias conclusões do que acabou de acontecer: regulamentar, detalhadamente, as instituições e os mercados financeiros”.

O plano destinado a salvar o sistema financeiro americano é “bem-vindo, mas deve ser o primeiro acto de uma acção política internacional”, disse Strauss-Kahn.

“Os políticos injectam dinheiro público para evitar que todo o edifício financeiro caia, porque disso depende a estabilidade de nossas economias. Mas depois é preciso reformar. Caso contrário, vencerá

a ideia do poço sem fundo, do Estado que socorre directores incompetentes e especuladores gananciosos”, acrescentou o director do FMI, para quem “o mercado não saneia o mercado”.

Strauss-Kahn reivindica o papel de reformador e controlador para o FMI [!].

“Actualmente, enfrentamos a anarquia financeira: a falta de transparência, a cobiça, a irresponsabilidade de um sistema que se desenvolve sem relação com a economia real (...) As finanças devem ser controladas”.

“A questão das remunerações não é marginal: controlemos os lucros dos financeiros e controlaremos também as finanças”, concluiu.

Strauss-Kahn não diz, mas lembre-se que se chegou ao que se chegou com as políticas e orientações ferozmente neoliberais emanadas do FMI. Descaramentos.

JPS/ fonte: AFP



ANA ALVIM

Ana Paula Marques é Professora Associada do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências da Universidade do Minho (UM). Licenciou-se em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tendo mais tarde, em 1996, concluído o Mestrado em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Área de Especialização de Sociologia do Trabalho. Doutorou-se posteriormente, em 2003, com a tese intitulada “Entre o Diploma e o Emprego. A inserção profissional de jovens engenheiros”.

É investigadora permanente do Centro de Investigação em Ciências Sociais da UM, onde exerce funções de coordenadora da linha de investigação “Sociologia das organizações, trabalho e qualidade”. O seu domínio de especialização incide na área da Sociologia do Trabalho e das Organizações, centrando os seus actuais interesses de investigação em temas como Trabalho, Emprego, Empreendedorismo e Inserção Profissional, Grupos Profissionais, Relações de Género e Identidades Socioprofissionais.

Mantém, neste domínio, diversos projectos de investigação em curso, tanto no âmbito do Programa Operacional e Emprego, Formação e Desenvolvimento Social; Fundação para a Ciência e Tecnologia; e União Europeia. Em 2006/2007 coordenou um projecto de investigação intitulado “MeINTEGRA – Mercados e estratégias de inserção de jovens licenciados”. Antes disso, em 2004/2005, havia sido a investigadora responsável pelo projecto “Trajectórias quebradas. A vivência do desemprego em dois concelhos: Guimarães e Espinho”, que pretendia contribuir para o aprofundamento do conhecimento da vivência subjectiva do desemprego de longa duração, no qual privilegiou uma metodologia biográfica.

Foi precisamente este trabalho, que viria a dar origem ao livro com o mesmo título que será brevemente publicado pela Profedições, que serve de introdução a esta entrevista, onde a PÁGINA questiona esta investigadora sobre temas como a percepção pessoal do desemprego, as suas implicações individuais e sociais, o papel da família na manutenção da coesão social, o desemprego juvenil ou até que ponto as instituições de formação trabalham em função de um mercado de trabalho idealizado.

Ana Paula Marques, investigadora do Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho

“O desemprego não é uma inevitabilidade”

O que a motivou a escrever o livro “Trajectórias Quebradas - Vivências do Desemprego de Longa Duração”, que será em breve publicado pela Profedições?

Há cerca de dois anos ocorreu uma discussão num café de uma freguesia de Guimarães que degenerou em conflito envolvendo amigos e elementos de uma mesma família. A contenda teve como pano de fundo uma troca de argumentos onde se acusavam determinados elementos de estarem a viver à sombra do desemprego e à custa daqueles que trabalhavam.

Nesse dia, a comunicação social contactou o Gabinete de Comunicação e Imagem da Universidade do Minho para indicar um docente para comentar os motivos que poderiam ter estado na origem da agressão do ponto de vista social.

Redigi também na altura um artigo para o jornal Público com o título “Trajectórias quebradas”, no qual procurava ver esta questão de uma perspectiva mais subjectiva, não imediatista, porque o desemprego é habitualmente olhado pelo seu lado mais quantitativo, economicista, e não tanto pela perspectiva dos conflitos sociais que podem daí emergir de forma latente.

Na sequência destes acontecimentos, pensei que este tema merecia um aprofundamento das suas causas mais subjectivas, procurando perceber de que forma as pessoas vivem o desemprego, desmontar alguns mecanismos que estão presentes nas representações que se fazem das pessoas em situação de desemprego. Decidi, assim, aprofundar esta temática, dando-lhe um enfoque sobretudo qualitativo, com histórias de vida, embora com a preocupação de a enquadrar devidamente, procurando, nomeadamente, contextualizá-la a nível estatístico.

Dos testemunhos que recolheu que impressão ficou sobre a forma como as pessoas perspectivam a sua situação pessoal do desemprego?

O livro tem uma componente biográfica - que, na minha opinião, constitui eventualmente a parte mais rica e interessante da obra - baseada em cinco testemunhos, em cinco histórias de vida, cada uma delas com um título próprio. Uma delas, intitulada “Eu não sou mulher de ter medo”, conta o percurso de vida extremamente complicado de uma mulher que começou a servir como criada - a expressão é da própria entrevistada - numa família burguesa da cidade, que mais tarde veio trabalhar para uma indústria têxtil da zona de Guimarães. A partir dessa altura, o seu percurso fica marcado por um ciclo de despedimentos e de desemprego. Curiosamente, esta mulher assume não ter medo porque entretanto se sindicalizou e, ao contrário dos outros cinco testemunhos, que retratam vivências muito diversificadas de desemprego, é a única que enfrenta a sua situação e procura encontrar alternativas ao desemprego - ainda que neste momento se encontre numa situação de desemprego de muito longa duração.

A situação de desemprego de longa duração (dois, três anos e mesmo mais) foi um critério importante na recolha dos testemunhos, porque permitiu aferir a vivência de uma experiência de desemprego e a sua estruturação na percepção que as pessoas têm da sua própria vida.

Outra das expressões escolhida como título foi, por exemplo, “O pobre não pode, tem vergonha”, mostrando que, embora sejam pessoas com poucos recursos profissionais e escolares e numa situação difícil, têm, contudo, um sentimento de auto-estima que as leva a ter relutância em pedir ajuda ao Estado ou à Segurança Social. E relutância, sobretudo, em pedir ajuda à própria família. Em muitos destes casos, a família é um espaço de sofrimento para as pessoas em situação de desemprego.

Li recentemente uma notícia sobre um estudo que dava conta do aumento da taxa de divórcios em casais onde pelo menos um dos elementos se encontra em situação de desemprego de longa duração. Conseguiu de algum modo confirmar esta informação?

Essa foi uma das hipóteses que coloquei no início deste estudo, mas não me é possível afirmar que se pode estabelecer uma relação directa. Verificam-se, de facto, alguns divórcios ao longo destes processos de desemprego, mas sobretudo pessoas com problemas psíquicos, de depressão, de alcoolismo... Por vezes é difícil estabelecer relações causais, mas há um conjunto de circunstâncias que permitem explicar a maior vulnerabilidade psicológica destas pessoas que, ao longo da entrevista, acabavam por admitir que tinham consultado um psiquiatra ou um psicólogo, que tinham tomado anti-depressivos, etc.

No conjunto destes testemunhos - que correspondem na sua maioria a perfis de pessoas com poucas qualificações escolares, já com alguma idade -, de referir um exemplo que reflecte bem uma situação cada vez mais comum nos dias de hoje: o de uma licenciada em Línguas e Literatura Moderna, também ela desempregada de longa duração, que admite sentir-se um fardo para a família por já ter mais de trinta anos e continuar a viver com os pais. Este é também um factor novo e relevante o facto de se prolongar ou regressar a casa dos progenitores.

Essa percepção que testemunhou inclui o sentimento de falhanço pessoal?

Sim, sem dúvida. É preciso ter em atenção que quando fazemos uma investigação deste género temos de definir os nossos enfoques, e neste caso o meu objectivo foi explorar a dimensão mais latente do desemprego, a percepção que as pessoas têm da sua vivência enquanto desempregados e dos desequilíbrios que isso acarreta ao nível das relações pessoais, familiares e de amizade. E o que prevalece no discurso destas pessoas é justamente um sentimento de inutilidade e o questionamento sobre a forma de como poderá novamente ser encarada como alguém com valor. Porque se trata de pessoas que tiveram um percurso de vida pleno, com objectivos, muitas delas com família, que de repente ficam sem isso. E aqui há uma divisão curiosa entre homens e mulheres: eles têm maiores dificuldades em responder a esta pergunta, em encarar este processo, encarando-o mais facilmente como um falhanço pessoal, nomeadamente pelos estereótipos do género, que sabemos que persistem. As mulheres assumem o papel de donas de casa e sentem-se úteis. Não é um sentimento tão frustrante.

Desemprego não é uma inevitabilidade

Uma das dimensões que procurou abordar foi o papel da família. Qual é o papel da família e das redes de solidariedade familiar na manutenção da coesão social, tendo em conta que a família está cada vez mais em crise?

Sim, de facto. A Sociedade Providência tem sido usada como uma expressão chave por analogia ao Esta-



ANA ALVIM

do Providência, como um factor explicativo para atenuar a tensão social, quer interpessoal quer familiar. No entanto, a verdade é que essa dimensão explicativa começa ela própria a falhar.

Para este livro elaborei dois estudos de caso, um incidindo numa freguesia em Guimarães outro numa freguesia do concelho de Espinho, com realidades sociais diferentes. Ao passo que a pluriactividade na região do Vale do Ave, associada a uma rede familiar informal, permitia que as pessoas pudessem fazer face ao desemprego a partir do desenvolvimento de actividades paralelas, como a agricultura, absorvendo muitas destas tensões, nos centros urbanos isso torna-se mais difícil, já que a pluriactividade não tem tanta penetração, as famílias são mais desagregadas, em muitos casos monoparentais. É este tipo de famílias que, aliás, está sinalizado neste estudo como beneficiando do rendimento social de inserção. Nestes contextos, e de forma crescente, as famílias têm dificuldade em servir como factor de coesão social.

Partindo das suas impressões, acha que as pessoas ainda vêem o emprego como um direito, tal como se encontra inscrito na Constituição?

Sim. E é, de facto, um direito. Por essa razão são ainda mais graves os efeitos que resultam da sua privação, em particular quando se trata do desemprego de longa duração, porque isso obriga a reestruturar toda a percepção em torno de um conjunto de dimensões importantes da nossa vida.

Ouçó frequentemente dizer que não vale a pena estudar porque isso já não livra ninguém do desemprego, porque hoje em dia o emprego já não é um direito consagrado. Penso que se misturam aqui conceitos: um que se concretiza na modalidade como o emprego tem sido vivido até agora, que está a ser transformado radicalmente, e outro que se concretiza no trabalho em si, na actividade profissional, no conteúdo dessa actividade.

De facto, quando as pessoas falam de emprego referem-se ainda geralmente a uma modalidade que tem vindo a perder força, a do trabalho dependente, assalariado, com base num contrato permanente, por oposição a outras modalidades como os contratos a termo, os contratos de prestação de serviços ou o trabalho temporário. Portugal apresenta, no contexto da UE, um comportamento singular, com picos muito fortes de mudança, que não são acompanhados ao nível das percepções. Daí as grandes dificuldades em

passarmos as mensagens mais certas. Portugal tem hoje uma taxa de formas diferenciadas de emprego e uma proliferação de estatutos extremamente diversificada muito elevada face à média da UE.

De que forma têm os vários governos equacionado o problema do desemprego? Encaram-no como uma inevitabilidade ou têm de facto promovido políticas que permitam inverter estes números?

Uma inevitabilidade não é, certamente, mas antes um sinal claro de que há grandes mudanças a ocorrer no mercado de trabalho. Infelizmente, as pessoas não têm sido preparadas para elas, inclusivamente ao nível da formação no ensino superior. É preciso fazer ver aos jovens licenciados o que está a mudar no mundo, na economia, quais são as novas exigências, etc.

Julgo que muitas das políticas de combate ao desemprego que têm sido implementadas não passam muitas vezes, na prática, de medidas passivas, como o subsídio de desemprego, ou, mais recentemente, o Programa Novas Oportunidades, que, na minha opinião, será insuficiente a médio prazo. Este programa é uma das prioridades políticas do Governo em termos de emprego, mas destina-se essencialmente a pessoas com percursos profissionais interrompidos. Está em larga medida desfasado das competências necessárias a um novo emprego e parece-me sobretudo destinado a corrigir um défice do ponto de vista estatístico, que será óptimo para a nossa imagem no exterior. No entanto, questiono-me se valeria a pena gastar tanto dinheiro para se conseguir isso, porque seria possível reconhecer as mesmas competências conferindo um diploma equivalente ao 9º ano de escolaridade.

Onde é preciso apostar, então, para tentar inverter a situação?

Como disse há pouco, é fundamental aumentarmos o nível de qualificação da nossa população activa. Isso é indiscutível. E não estou a falar de pessoas na faixa etária dos 40 ou 50 anos, refiro-me a pessoas mais novas, porque isso é ainda mais grave. Mas este não deverá ser o único eixo de actuação, porque de nada valerá se ao mesmo tempo não se apostar na mudança do perfil das empresas que são criadas em Portugal, em particular no que se refere ao empreendedorismo e ao desenvolvimento de actividades económicas de valor acrescentado. E neste processo é indispensável que participem diferentes agentes, como as universi-



ANA ALVIM

dades, os centros de transferência de conhecimento e tecnologia, os centros de investigação, os próprios sindicatos e parceiros sociais, instituições locais, autarquias, etc. Porque a actual realidade é demasiadamente complexa para se individualizar os níveis de actuação.

Mas devo admitir que estou um pouco pessimista. A não ser que o Governo tenha uma política de regulação das formações superiores que não seja olhada de forma meramente quantitativa na base dos *numerus clausus* e consequentemente na base do financiamento às instituições – e como se sabe o ensino superior irá mudar radicalmente a partir de 2009 a vários níveis – temo que num prazo de dois a três anos possamos estar a falar de um Programa Novas Oportunidades para os licenciados.

Ensino superior deve trabalhar mais de perto com mercado de trabalho

O desemprego atinge particularmente os jovens com maior formação escolar ou aqueles que não possuem níveis tão altos de qualificação escolar?

Neste momento, tanto em termos nacionais como internacionais, é inequívoco que existe uma vantagem relativa – não absoluta – dos jovens com maiores níveis de qualificação, seja no que se refere aos salários, à empregabilidade, ao menor tempo de espera na obtenção do primeiro emprego, à possibilidade de mudança de emprego, à probabilidade em desempenhar uma actividade profissional próxima com as áreas de afinidade da sua formação inicial, relativamente aos jovens que possuem níveis de qualificação mais baixos. Isto é o que nos mostram as estatísticas.

No entanto, sobretudo desde 2005, a taxa de desemprego entre os jovens com licenciatura aumentou substancialmente. Esta situação está em parte relacionada com o facto de o Estado ter deixado de ser o principal empregador deste segmento. É o caso dos licenciados na área do ensino que, embora não sendo objecto de muita atenção, é sempre alvo de alguma especulação no início de cada ano lectivo. Desde há três anos, sensivelmente, que se coloca a questão do elevado número de desempregados nesta área. E no caso destes licenciados acontece algo igualmente preocupante, que é o facto de se licenciarem com

aquele objectivo e apresentam resistências em se converterem noutra área.

Que consequências tem esta precariedade para o futuro das relações de trabalho? E inclusivamente para o futuro das sociedades democráticas...

A que eu acrescentaria para o próprio futuro das relações intergeracionais... esta questão é muito importante, porque no limite isto implica com a coesão social. Os jovens que entram hoje para o mercado de trabalho já não têm no seu horizonte a mesma perspectiva de direitos laborais, de segurança social, de uma certa estabilidade de vida que é permanentemente adiada, que é um problema que afecta as gerações actuais. E elas irão questionar-se porque razão não têm os mesmos direitos, situação que paulatinamente poderá vir a criar algum ressentimento face às gerações anteriores.

Tem de haver um trabalho, feito com consequência e seriedade, que mostre a estes jovens o que está a mudar, sem esconder ou escamotear a realidade, e prepará-los para a enfrentar. Sem pretender avaliar se esta é uma situação justa ou injusta, a função das universidades é dar-lhes instrumentos para eles se prepararem. Eu não acredito que o desemprego entre os jovens licenciados se venha a agravar de forma descontrolada. Isso não pode de forma nenhuma acontecer. Mas estes sinais de desemprego crescente entre este segmento são preocupantes, mostrando que há uma perturbação que chama a atenção para a necessidade de se encontrarem mecanismos e estratégias que permita reintegrá-los na economia. De outra forma, o falhanço será total.

Até que ponto as instituições de formação estão próximas ou distantes do mercado de trabalho?

As instituições estão ao mesmo tempo muito próximas e muito afastadas, por muito paradoxal que isto possa parecer...

Trabalham para um mercado ideal, ou idealizado?

Trabalhamos para um mercado de expectativas, que, como dizia no início, foram forjadas durante as últimas décadas, sobretudo durante o período de expansão dos anos noventa, baseadas nas expectativas de mobilidade social e de um melhor futuro para os filhos que as famílias tiveram toda a legitimidade de construir. Por outro lado, é verdade que as universidades e os centros de formação têm de começar a sair da sua “redoma”, trabalhando com os agentes económicos

envolventes a uma escala regional, nacional e mesmo internacional. Não basta a uma universidade ter investigação de excelência internacionalizada, mas tem de haver alunos e professores inseridos numa lógica de internacionalização, com a percepção daquilo que se está a passar ao nível do mercado de trabalho global. Não apenas o português, porque isso foi o que sempre fizemos.

Coloquei-lhe esta questão da proximidade entre as instituições de formação, em particular o ensino superior, e o mercado de trabalho porque é no mínimo estranho continuar-se todos os anos a formar pessoas para o desemprego... Não deveria haver uma entidade reguladora que tutelasse de perto esta questão?

E ela existe. Se funciona ou não é outra questão. Mas há um aspecto que complexifica toda esta relação que é o facto de as universidades terem autonomia na sua oferta de formação. Cabe também a elas, por isso, parte da responsabilidade de perceberem e estruturarem a formação que oferece. É importante perceber a partir de agora que os processos de procura e oferta são muito complexos. Neste sentido, tem de haver uma corresponsabilização. Já há várias instituições a elaborarem estudos sobre este assunto, eles existem. Mas sobre decisões políticas já não me quero pronunciar...

Por exemplo, nos finais dos anos 90 tive acesso a um relatório do Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior que apontava claramente para uma crescente regressão demográfica e para as consequências que daí poderiam advir para os públicos estudantis das universidades. E nele até se apontavam muitas estratégias que o ensino superior deveria seguir para fazer face a esta contingência, desde públicos estudantis diferenciados, maior flexibilidade de horários, formações diversificadas, mais especializadas, outras mais profissionalizantes, etc. Mas isso pressupõe que as instituições não demorem tanto tempo a reagir e adaptar-se, como habitualmente acontece. Eu não sou, por exemplo, capaz de dar uma resposta linear a um licenciado que se encontra no desemprego. Posso fornecer-lhe algumas pistas no sentido de o orientar, mas garantir-lhe certezas sobre o comportamento do mercado de trabalho é impossível. E não acredito que no actual contexto alguém o consiga.

Entrevista conduzida por Ricardo Jorge Costa

Universidade para todos

Uma verdadeira Revolução Cultural, a abertura das portas da Universidade a todos os maiores de 23 anos

O maior contributo do processo de Bolonha é a possibilidade que dá de qualificar os portugueses. Para além da reestruturação dos cursos, reduzindo as licenciaturas a três anos, e tornando os mestrados e doutoramentos parte do direito à formação de qualquer cidadão, o que Bolonha vai principalmente permitir é aquilo que acontece há mais de quarenta anos em França ou no Reino Unido. **Qualquer indivíduo com mais de 23 anos pode candidatar-se a um curso universitário, sendo apenas sujeito a uma entrevista e a provas curriculares e procedimentais mínimas. O que se pretende não é excluir ninguém, mas é abrir as portas das Universidades e do Ensino Superior a todos os portugueses com mais de 23 anos, independentemente das suas qualificações anteriores.**

É uma verdadeira revolução cultural. A Universidade, que foi o gueto dos professores universitários e o exame “ad hoc”, que foi o grande instrumento de exclusão da generalidade da população que não teve oportunidade de concluir estudos secundários, passam a ser o instrumento de qualificação dos portugueses. A entrevista, o teste escrito, repito, não são para excluir. Ninguém tem que mostrar conhecimentos. Esses devem ser depois aprendidos na Universidade. E não se diga que se está a baixar o nível de exigência e de qualificação nas Universidades. Sem dúvida que se exige dos professores uma nova atitude de proximidade relativamente a cada estudante concreto – provavelmente o que implicará turmas menores e maior recrutamento de docentes universitários –, mas sobretudo uma revolução na mentalidade dos Portugueses.

A classe média, as estruturas intermédias das empresas, todos terão agora oportunidade de ter uma formação universitária, o que, mesmo que não sirva directamente a profissão de cada um, serve sobretudo para lhe amplificar o método, sistematizar a experiência anterior e principal-



mente melhorar a sua auto-estima.

Num país provinciano como o nosso, alimentado pela ruralidade dos lentos de Coimbra, a licenciatura era um objectivo aliás bem caracterizado na “Canção de Lisboa” por Vasco Santana. No imaginário do português rústico, o filho dr. era um degrau no estatuto da família. Ora é exactamente nesta primeira geração de pós-Bolonha que a Universidade vai fazer a diferença. **Porque exactamente ao melhorar o estatuto e a auto-estima dos quadros intermédios que podem concluir a sua licenciatura, senão em três anos – como são estudantes trabalhadores –, pelo menos em quatro ou cinco, vai ter um impacto decisivo na melhoria da gestão em Portugal e, portanto, da produtividade das empresas e da responsabilidades dos quadros...**

Com Bolonha, finalmente, o gueto da desqualificação, o gueto da proletari-

zação, o gueto do analfabetismo universitário é ultrapassado, tendo seguramente ao nível da economia, no que respeita à competitividade do factor trabalho, o mesmo alcance que a democratização do acesso ao capital nas Bolsas teve na desmontagem das tensões do Estado capitalista, criando as classes médias.

O passo seguinte, aquele que se conseguirá agora, aderindo as Universidades a este processo, abrindo as universidades à formação dos portugueses, acabando com as reservas universitárias, que já não existem há décadas nos países mais desenvolvidos, é o da qualificação. As Universidades, ao darem um diploma, dão um estatuto, coisa que a formação profissional do Fundo Social Europeu não deu, sendo quase e somente um modo de financiar as empresas e subsidiar o trabalho. A oportunidade da qualificação é esta, e, pela primeira vez, as Univer-

sidades portuguesas, em vez de darem apenas políticos tacanhos e pouco viajados, têm agora a oportunidade de contribuírem alguma coisa para a formação e qualificação dos portugueses. Este é o choque da formação, o choque universitário, bem mais importante que o choque tecnológico e quaisquer outros choques imaginados ou imagináveis...

Com a devida vénia, aqui reproduzo um texto do jornalista Rui Teixeira Santos, absolutamente notável e até ao presente único no seu género e de aplicação ainda mais evidente e urgente na Euro-Região do Norte de Portugal e de que, na opinião oralmente confessada do autor, eu teria tido grande responsabilidade inspiracional.

Fernando dos Santos Neves

Presidente do Conselho Geral do Grupo Lusófona e Reitor da Universidade Lusófona do Porto

PERIGOS EVITÁVEIS

Mudança climática pode matar milhões de pessoas nos próximos 20 anos

A mudança climática pode provocar a morte de milhões de pessoas nos próximos 20 anos por causa dos seus efeitos sobre a nutrição e as doenças, segundo especialistas reunidos em Libreville para uma conferência interministerial sobre a saúde e o meio ambiente na África.

“Hipócrates já dizia que, para estudar medicina, é preciso estudar o clima. A mudança climática teria efeitos directos e indirectos sobre a saúde das pessoas. Directos como os desastres, as inundações, as secas, mas também indirectos como as doenças”,

disse a médica espanhola Maria Neira, da Organização Mundial da Saúde (OMS).

“Entre a segunda metade dos anos 1970 e os anos 2000, a mudança climática foi responsável por aproximadamente 150.000 mortes suplementares por ano. Ela atingiu de modo esmagador as populações mais pobres. Segundo as nossas estimativas, os dados devem aumentar, e ainda estamos a considerar apenas uma parte das causas [de mortes decorrentes da mudança climática]. É somente a parte imersa do iceberg”, afirmou Diarmid Campbell-Lendrum, espe-

cialista da OMS. “Neste ritmo, o número de mortos, causados directamente pelas mudanças climáticas, será de milhões daqui a 20 anos”, acrescentou.

Estas alterações agravam problemas como a malária e doenças diarreicas. “A temperatura tem influência sobre a sobrevivência dos mosquitos e sobre os parasitas que transmitem as doenças. Quando mais calor, mais alta é a taxa de infecção”, explicou o doutor Campbell-Lendrum.

“Uma das nossas maiores preocupações é a subnutrição. Este é o principal factor de má saúde e ela

mata 3,5 milhões de pessoas por ano. Com a mudança climática, a produção de alimentos deve aumentar ligeiramente em países ricos, mas deve cair em torno do Equador. “Os que mais precisam de alimentos terão menos”, destacou Campbell-Lendrum.

“Os países africanos são os que menos poluem e os que menos contribuíram para a mudança climática e são eles que sofrem mais”, disse, na ocasião, Maria Neira.

JPS/ fonte: AFP

■ Erva moira

O telemóvel pode causar cancro do cérebro como o fumo causa cancro do pulmão

A possível relação causal entre o uso de telemóveis e o cancro do cérebro é muito parecida com a relação entre o tabaco e o cancro do pulmão, que a indústria do tabaco e a sociedade demoraram 50 anos a reconhecer, advertiram os cientistas americanos perante o Congresso americano.

“Não devemos repetir o que aconteceu com relação ao cigarro e o cancro do pulmão quando a nação esperou até afinar cada mínimo detalhe da informação antes de advertir o público”, afirmou o director do Instituto de Saúde e Meio Ambiente na Universidade de Albany, David Carpenter. “Precisamos urgentemente de maior pesquisa”, alertou.

O director do Instituto do Cancro da Universidade de Pittsburgh, Ronald Herberman, declarou que “a maioria dos estudos que alegam que não existe uma relação causal entre telemóveis e tumores cerebrais está desactualizada, tem problemas metodológicos e não incluiu um número suficiente de utilizadores de telemóveis a longo prazo”.

Carpenter e Herberman disseram à comissão que o risco de cancro cerebral pelo uso do telemóvel é bastante maior para crianças do que para adultos. Herberman apresentou aos legisladores um modelo que mostrava como a radiação de um telemóvel penetrava mais profundamente no cérebro de uma criança de 5 anos do que no de um adulto. “As crianças usam telemóvel o tempo todo, e há 3 mil milhões de utilizadores de telemóvel no mundo”, completou Herberman. “Isto é um grave problema de saúde pública. Trata-se de um apelo ao governo para que financie pesquisas e à FCC [Autoridade reguladora de telecomunicações] para que reveja as suas normas técnicas”, insistiu Carpenter.

O médico acrescentou que, assim como os maços de cigarro têm mensagens de advertência do risco para a saúde, os telemóveis “precisam de uma mensagem de precaução”.

Actualmente, a ciência está dividida a respeito dos efeitos biológicos dos campos magnéticos emitidos pelos telefones móveis. “Levando em conta os 70 anos que demorou para retirar o chumbo da pintura e os 50 anos que levamos para estabelecer convincentemente o vínculo entre o hábito de fumar e o cancro do pulmão, acho que devemos aprender com o nosso passado e fazer um trabalho melhor ao interpretar a evidência dos riscos potenciais”, insistiu Herberman.

Um tumor no cérebro demora cerca de uma década para se desenvolver, afirmam os cientistas, e os estudos existentes classificam como uso regular a utilização de um telemóvel apenas uma vez por semana.

Para contra-atacar esses estudos, que, segundo Carpenter e Herberman são pouco fiáveis, os cientistas citam trabalhos europeus, em particular da Escandinávia — berço do telemóvel —, que mostram um vínculo entre o uso frequente do telemóvel e tumores benignos e cancerosos.

Uma recente pesquisa sueca, do cientista Lennart Hardell, afirma que um utilizador regular tem duas vezes mais riscos de desenvolver um tumor no nervo auditivo do lado que utiliza o aparelho do que do outro lado. Além disso, um estudo israelita determina uma alta de 50 por cento nas possibilidades de desenvolver um cancro na glândula salivar.

E, segundo um comunicado científico de Setembro da Real Sociedade de Londres, os adolescentes que começaram a usar telemóveis antes dos 20 anos têm cinco vezes mais possibilidades de desenvolver cancro do cérebro aos 29 do que aqueles que não têm telemóvel.

JPS/ com: AFP

Experiência vivida num processo de ensino online



Confesso que o primeiro contacto com um curso sobre ensino online foi de insegurança - sensação talvez não muito diferente da que tenho quando faço alguma operação de maior responsabilidade na Internet. Não tinha, à partida, qualquer experiência de ensino online. O desenvolvimento das actividades, sobretudo o módulo de ambientação, foi-me dando alguma confiança e a confirmação de que os percursos anteriores, de professor e de utilizador da Internet, eram compatíveis com as propostas que iam sendo feitas pelo formador. Começava então a sentir-me interlocutor com os restantes colegas e com o formador e a viver as primeiras práticas sociais online, numa situação de aprendizagem - a aprendizagem do sentido dos silêncios online, o debate, as formas de construção de identidade de cada um dos participantes, as redes de construção do poder, o surgimento e resolução de conflitos, a aprendizagem e construção colaborativa de saberes, as diversas formas de generosidade e entusiasmo.

Interrogava-me sobre a natureza deste lugar: Como realizar aí as aprendizagens que me eram propostas? Como construir uma atitude de observação-participação igualmente necessária às actividades de formação em que estava envolvido e às que teria de preparar no final do curso? A participação era-me exigida mas constituía também um treino, num ambiente específico, para a investigação antropológica. Foi sobretudo a observação que me levou a adoptar a forma de o fazer. A aprendizagem deu-se pois através de um processo de imersão no ambiente criado e a partir deste a procura de ferramentas teóricas de fundamentação desta prática. Esta foi-se tornando alicianante e não menos a fundamentação epistemológica que exigia. Comecei a aperceber-me que o e-learning não é um mero repositório de receitas para que pareçam apontar alguns documentos fornecidos ou bibliografia consultada. Parecia possível desenvolver-se aí uma perspectiva coerente de interrelação entre o carácter cooperativo (social) e construtivista (cognitivo) de uma acção educativa

e integrar as características específicas do e-learning.

Algumas situações de ambiguidade ou de penumbra fizeram-me reflectir sobre a natureza desta prática de ensino: 1) “orquestração” das actividades e a sua importância no processo remeteram-me para o ensino programado; 2) a acessibilidade dos meios (baratos e fáceis de experimentar e de alterar) aos professores parecia ser uma consistente oportunidade/possibilidade de conceber actividades de ensino adequado às sociedades fragmentadas - diversidade de interesses, aprendizagem a partir de fragmentos, de pedaços aparentemente soltos de conhecimento partilhado e usado (citado, criticado, ignorado); 3) a simplicidade das ferramentas disponíveis e utilizáveis constituía, em meu entender, instrumento de criatividade e interacção importantes para esta prática social de aprendizagem.

Particular importância em todo o processo foi a performance virtual do formador, ou seja, como o formador organizou a formação, que comentários fez, que formas de ajuda e *feedback* utilizou, como formulou a avaliação, que sistematização fez dos conteúdos no final de cada actividade. A imersão no ambiente foi conseqüentemente uma experiência de uma imersão orientada e direccionada por um sentido preciso. Realizei as primeiras práticas que me foram pedidas com base no modelo em que participava e que me orientava. Optei por uma “navegação de cabotagem”, muito próxima da terra firme, das práticas em que participei como formando, do guia de orientação evitando assim a insegurança.

Como em qualquer percurso iniciático as esperanças no ensino online são frequentemente excessivas (fascinantes ou fantasiosas). As práticas, por vezes, modestas para quem inicia um percurso autónomo, sem guia. Por isso durante o percurso alguém (vários colegas e eu próprio) referia (referíamos) a necessidade de continuar a formação, o debate, a discussão, de conhecer a prática que cada um desenvolveu, de solidificar o muito que foi tratado num curto espaço de tempo e com profundas implicações no desenvolvimento profissional - talvez a mais radical mudança que está a decorrer na nossa vida profissional (como na sociedade) e um desafio de formação contínua.

José da Silva Ribeiro

Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais.
Laboratório de Antropologia Visual. Universidade Aberta

Navegar é preciso...

O irrealismo com que os mesmos críticos da primeira visita de José Sócrates, em 2006, a Angola, se lançaram à segunda, realizada em Julho passado, agrupando mais de uma centena de empresários interessados em representar-se na 25ª edição da Feira Internacional de Luanda, leva-nos a imaginá-los ainda professos dos “vieirismos sebásticos, saudosismos contemplativos e junqueirismos retóricos” de que falava Miguel Torga no seu notável, mas pouco citado, ensaio de 1950, “Portugal”, para lamentar que o País, rendido agora aos cais sem caravelas, se bastasse com inalações das glórias de antanho. Entretanto ocorrera que “*enquanto os vizinhos da Europa, sem descanso, continuaram a ser pioneiros nas empresas que a vida lhes confiava, nós, enxutos da grande maratona oceânica, ficámos em cima da penedia a ver passar ao longe, a fumegar, as embarcações alheias, e a cantar, ao som duma guitarra, loas à fatalidade.*”

Ninguém sabe como reagiria, hoje, o Poeta-viajante, que calcorreou todos os mares e terras percorridos pelos portugueses, perante o propósito do actual Governo de retomar os rumos da antiga navegação, pensando em contrabalançar assim o destino de um país de “Sísifos e de Danaides” e resistir à avançada do “Tamerlão invasor” (noutro escrito chamou-lhe Bismark), que ameaça arrasar até as “memórias” (como lhes chamou Pascoaes) das “árvores centenárias, puras como vestais”, para dar lugar a empreendimentos imobiliários, e estimula a exportação para a Espanha e a China das fragas e das paredes de granito das aldeias despovoadas, para ali serem convertidas em mosaicos e peças decorativas.

Mas provavelmente concordaria que é preciso continuar a navegar, agora não para avassalar terras pródigas em ouro, prata, escravos e especiarias, mas para fazer “negócio justo”, sem confrontar, como aconselha o pragmatismo da *soi-disant* “diplomacia económica”, os tipos de governação e as diferenças culturais dos negociadores. É que estas fatalmente se chocariam se o objectivo do reencontro não excluísse também a recuperação dos esqueletos coloniais conservados em alguns armários do PS e do MPLA, a despeito da “diplomacia política” iniciada, em 1982, com a viagem a Luanda do então chefe do Estado português, Ramalho Eanes.

Foi por terem, finalmente, concluído pela necessidade de uma “superação mental” que os dois primeiros-ministros de Portugal e de Angola se encontraram, em 2006, em Luanda, originando duas situações que a História – se não perpetuar os esqueletos coloniais – certamente não omitirá, como fez com a memória do primeiro “descobridor” de Angola, Diogo Cão, depois do seu regresso a Portugal: a primeira, com a declaração feita por Fernando Piedade dos Santos no jantar solene oferecido ao seu homólogo português: “Estivemos juntos quinhentos anos, estamos juntos hoje e estaremos para o resto da vida”; a segunda, com a plantação que ambos fizeram de um imbondeiro - a árvore de longa vida - para marcar o simbolismo do reencontro.

Este gesto (lembrando embora a plantação da mulemba da rainha Nzinga Mbandi, mas esta para recordar o fim da ocupação holandesa, no século XVII...) poderia ter um significado mais histórico ainda se a estátua de Diogo Cão, apeada em 1975, durante o frenesim da independência, do largo fronteiro ao cais da Alfândega de Luanda, não estivesse armazenada, com outras estátuas de figuras representativas do período colonial, na fortaleza, hoje museu, de S. Miguel, e o imbondeiro tivesse sido plantado no jardim do monumento ao que foi uma figura inapagável da “descoberta” de Angola...

A justificação seria simples: em 1482, quando Diogo Cão arribou ao rio Zaire, foi recebido cordialmente pelo príncipe do Soio, estabelecendo-se uma relação de respeito e confiança que o navegador prometeu consolidar quando, após cumpri-



do o seu programa de reconhecimento de toda a costa angolana (a sua missão era prospectar os caminhos para o reino fabuloso do Preste João e para a Índia), voltasse àquele local. Diogo Cão voltou passados dois anos, após ter ido dar a notícia do seu feliz encontro com os congoleses a D. João II, que distinguiu o navegador com merecidas honrarias. Nesta segunda viagem teve o privilégio de ser conduzido à presença do rei Nzinga-a-Cum, cuja corte estava instalada no interior. Confirmadas pelo soberano as impressões de respeito e confiança antes transmitidas pelo príncipe do Soio, foi então firmado um trato de interesse mútuo entre os dois povos, logo pontuado pelo desejo do Manicongo receber missionários e colonos transmissores da língua e das práticas dos portugueses.

Todavia, não fosse a moderna referência que Fernando Pessoa fez na “*Mensagem*” a Diogo Cão e o registo da chegada das naus portuguesas ao Zaire

gravado na “pedra de Yalala”, o significado das duas viagens que inscreveram Angola na rota continuada por Bartolomeu Dias ficaria talvez omissos nos principais anais da história das Descobertas, como ficaram omissos o resto da vida e a morte do navegador, após o seu regresso a Portugal. Do que se pode supor que D. João II já não apostou na capacidade negocial de quem, sensibilizado com a postura e a dignidade daquele rei negro, perante o qual se curvara respeitosamente, deveria sem tibiezas carregar as futuras naus com o ouro, a prata, o marfim e os escravos que se dizia abundarem nas terras bárbaras...

Curiosamente, também só na sua segunda viagem a Angola o primeiro-ministro José Sócrates foi presente ao chefe do Estado angolano, José Eduardo dos Santos, que o recebeu no Palácio do Governo com a cordialidade e a confiança inspiradas talvez pela convicção de que, depois dos anteriores contactos frustrados, tinha enfim surgido um fiável “corretor do passado”, que se propunha actualizar os azimutes da navegação desejável, não misturando razões com ressentimentos, políticas com negócios. Afinal, só tinham passado três décadas desde a independência de Angola, contadas com uma obstaculizante guerra civil pelo meio. Ora, para o reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil independente e Portugal tinham sido precisas mais de sete... E ironia da História ou picardia de algum nzûmbi quinhentista: José Sócrates prometeu corresponder ao interesse manifestado pelo presidente de Angola de receber 200 professores de português...

Era um facto que, convertido o mundo num disputado mercado global cada vez mais percorrido por navegadores oriundos de todos os quadrantes geográficos e ideológicos (Sócrates viu-se, na FILDA, entre 350 representações estrangeiras), quem não ajustasse as modernas naus às correntes oceânicas continuaria parado nos seus velhos “cais de pedra” a “cantar loas à fatalidade” nacional.

Realisticamente, só a crítica enredada como o bicho da seda na teia com que constrói o seu casulo não se dá conta de que, em alternativa à fuga do povo das aldeias para os cortiços das cidades e à crescente ocupação do terrunho pelo Tamerlão, que ameaça derrubar as últimas amoreiras, navegar continua a ser preciso.

Leonel Cosme

Escritor - Jornalista, Porto

ONDE VAMOS?

Mundo terá 4 mil milhões de telemóveis no final de 2008

O planeta Terra contará com “4 mil milhões de telefones móveis antes do final do ano”, ou seja, um índice de penetração de telemóveis de 61 por cento, de acordo com as últimas estimativas da União Internacional de Telecomunicações (UIT).

“Desde o início do século, o crescimento do número de donos de telefones móveis é muito impressionan-

te, com um avanço anual de 24 por cento entre 2000 e 2008”, informou um porta-voz da UIT.

O ano de 2008 representou um salto considerável em relação ao final de 2007, quando havia 3,3 mil milhões de telemóveis, em parte devido ao grande desenvolvimento dos mercados emergentes, em particular Brasil, China, Índia e Rússia. “Essas economias deverão con-

tar, sozinhas, com mais de 1,3 mil milhões de telefones antes do fim do ano”, segundo a UIT.

“A China superou os 600 milhões de aparelhos durante o ano, tornando-se, de longe, o mercado mais importante de telemóveis”, acrescentou o porta-voz. A Índia também tem um “forte potencial”, de acordo com a UIT, com 296 milhões de telemóveis no final

de Julho e uma penetração dos aparelhos de apenas 20 por cento.

Por último, a organização destaca que o alto número de telefones não significa que mais de uma pessoa em cada duas tenha um aparelho, pois muitos consumidores dos países desenvolvidos possuem vários.

JPS/ fonte: AFP

■ O Trigo e o joio

Injustiça social mata, denuncia a Organização Mundial da Saúde

A riqueza de um país não determina de maneira exclusiva o estado de saúde da sua população e as desigualdades sociais "matam em grande escala", segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), que defende a adopção de sistemas de saúde financiados com dinheiro público pelos países.

"Reduzir as desigualdades em matéria de saúde é um imperativo ético. A injustiça social mata as pessoas em grande escala", afirmou Michael Marmot, presidente da comissão da OMS sobre as causas sociais em matéria de saúde.

"Uma criança nascida na periferia de Glasgow, na Escócia, terá uma expectativa de vida inferior em 28 anos à de outra nascida a 13 km dali", lembra a OMS. "Não existe uma boa razão biológica para explicar isso", disse Marmot.

No seu relatório, os especialistas da comissão indicam que as diferenças de nível de saúde entre os países, e dentro do mesmo país, se devem "ao contexto social no qual as pessoas nascem, vivem, crescem, trabalham e envelhecem".

A OMS considera que as políticas que são aplicadas em diversos países não estão suficientemente adaptadas. "Os sistemas de saúde não tendem naturalmente para a igualdade. É necessário fazer um esforço sem precedentes para levar todos os actores, inclusive os que actuam externamente ao sector de saúde, a examinarem os efeitos sobre a saúde", salientou Margaret Chan, directora da OMS.

A organização, que se pronuncia a favor de "um sistema de saúde financiado com o dinheiro público", defende "um imposto geral e/ou um seguro universal obrigatório".

Enquanto "virtualmente" todos os países desenvolvidos possuem um sistema assim, não há razões para que os países pobres se vejam privados dele, segundo Marmot. O objectivo é alcançável com vontade política e um sistema de saúde financiado por um imposto progressivo, indicou.

"A igualdade em matéria de saúde deve ser um objectivo fundamental do desenvolvimento", indica a OMS, salientando que "os cuidados de saúde são um bem público e não uma mercadoria comercial".

As comparações entre os países mostram também que a riqueza de qualquer um deles não determina por si só o estado de saúde de uma população. "Cuba, Costa Rica, China, o Estado de Kerala na Índia e o Sri Lanka atingiram níveis de saúde satisfatórios, apesar de investimentos nacionais relativamente pequenos", salienta a comissão da OMS.

Noutros países, acções bem desenvolvidas provaram que é possível progredir, considera a organização. Dessa forma no Egito foi registada uma queda espectacular da mortalidade infantil, que foi reduzida de 235 para 33 por 1.000 em 30 anos, segundo informação da OMS. Na Grécia e em Portugal, as taxas de mortalidade infantil baixaram de 50 por 1.000 para níveis quase tão baixos como os de Japão, Suécia e Islândia.

A OMS considera que os países nórdicos continuam a ser os melhores exemplos a seguir: "eles seguiram políticas que estimulam a igualdade em matéria de vantagens e serviços, o pleno emprego, a paridade entre os sexos e os baixos níveis de exclusão social".

JPS/ com: AFP

Avaliação Do Desempenho Dos Professores (II)

A avaliação pode ser um poderoso meio de melhoria das práticas escolares. No entanto, não se pode daqui deduzir que, qualquer avaliação é, em si mesma, uma coisa boa. É preciso compreender que a avaliação, por si só, não resolve magicamente os problemas. Uma boa avaliação ajuda-nos a compreender melhor uma dada realidade e pode contribuir para a melhorar e para a transformar. Mas teremos sempre que saber utilizar bem os seus resultados e recomendações e saber reconhecer os seus limites.

Não podemos deixar que a avaliação se banalize no pior sentido e se transforme num mero procedimento de controlo burocrático-administrativo, em vez de um poderoso e exigente processo de regulação e de melhoria. E também é necessário garantir que os avaliadores não se transformem numa espécie de seres imaculados, acima

mental e que mais vale avaliar bem do que avaliar muito.

Estes são desafios para quem crê que a avaliação é também uma questão ética, que tem muito a ver com o **bem estar** das pessoas, das organizações e das sociedades.

Se a avaliação dos professores fizer parte integrante dos Projectos Educativos e das boas rotinas instaladas, não será provavelmente difícil que a avaliação formativa tenha um papel relevante e que a sua articulação com a **avaliação legislada**, de pendor mais sumativo, seja uma realidade naturalmente presente na vida das escolas.

Desta forma a avaliação será essencialmente uma oportunidade de desenvolvimento e de satisfação profissional dos professores, com importantes reflexos na qualidade do seu trabalho pedagógico e, conseqüentemente, nas aprendizagens dos alunos.

Melhorar a vida e o bem estar das pessoas, das organizações e das sociedades, isto é, contribuir decisivamente para a construção da justiça a todos os níveis e para a implanta-



de qualquer suspeita e de qualquer escrutínio... Sem quaisquer limites. Julgo que as escolas poderão ter um papel relevante na prevenção de situações indesejáveis.

Estou bem ciente do esforço que é necessário fazer para que a avaliação do desempenho dos professores não se reduza a um mero processo rotineiro no pior sentido, sem quaisquer conseqüências positivas na vida das escolas, dos alunos e dos professores. É, por isso, importante que as escolas promovam acções que facilitem a sua discussão para que o modelo possa ser bem conhecido e compreendido pelos professores.

Parece-me fundamental que se compreenda que estes processos se vão construindo a pouco e pouco. Não há modelos ou abordagens de avaliação à prova de todas as situações e problemas. Só as práticas reais nos permitem identificá-los e caracterizá-los com rigor.

É preciso que as escolas e os professores sejam realistas e modestos nas suas intenções avaliativas, reconhecendo que é impossível avaliar tudo, que é necessário identificar o que é funda-

ção de sistemas sociais e políticos plenamente democráticos, é também um dos mais prementes desafios às teorias, às práticas e às políticas de avaliação.

Se estivermos conscientes de que temos que olhar para a avaliação de forma crítica e informada, poderemos transformá-la numa importante alavanca de transformação e de melhoria da vida das escolas. E isto, como venho afirmando, significa mais e melhores aprendizagens, melhor ensino e melhores escolas públicas. Significa melhor futuro para as crianças e para os jovens e melhor futuro para o nosso País. Por isso considero que é preciso pensar maduramente antes de agir e perceber que estamos perante um processo que tem que se ir construindo e consolidando com o tempo. Todos sabemos que os processos de transformação social e cultural não acontecem de um dia para o outro e também sabemos, da sabedoria popular, que devagar se vai ao longe... O princípio está estabelecido. E era importante que assim acontecesse. Agora é necessário pensar, discernir e agir com tranquilidade e inteligência, fazendo da avaliação uma oportunidade de melhoria e de qualificação do sistema escolar.

Domingos Fernandes
Universidade de Lisboa



E as crianças, senhora Ministra?...

A operacionalização, nas escolas portuguesas, das lógicas da eficiência e da eficácia que os discursos e as políticas neoliberais encerram já há longo tempo tem tradução recente no processo de avaliação do desempenho docente.

Tal como acontece na sociedade em geral, em que a implementação de múltiplas medidas naquele registo têm conduzido ao aprofundamento das desigualdades, à generalização do medo e à desconfiança nas instituições públicas, também nas escolas se vive um clima global de preocupação e angústia que decorre não só da descrença na justiça, pertinência e contornos formais do modelo de avaliação em questão, como também, e particularmente, das implicações negativas que a implementação do referido modelo já está a ter no desempenho profissional de avaliadores e avaliados.

Pensar, organizar e levar à prática o que é essencial nos contextos educativos formais, ou seja, os processos de ensino/aprendizagem e a relação pedagógica que lhes subjaz, parece estar a ser cada vez mais difícil de operacionalizar, pois grande parte, uma excessiva parte do tempo dos educadores e dos professores tem vindo a ser gasta em reuniões e na leitura de documentos que sustentam toda a panóplia de formalismos da avaliação do desempenho docente.

Salva-se, de permeio, a competência crítica das crianças, por demais constata-

tada na vida do dia a dia ou nas práticas pedagógicas (assim sejam criadas condições para que ela se desenvolva e se afirme) que, traduzida pela formulação de juízos acutilantes, se constitui como indicador precioso para a necessidade da recuperação ou da manutenção da lucidez profissional, sendo esta entendida, no caso, como desalienação.

A propósito, atente-se nas considerações tecidas por algumas crianças relativamente ao comportamento do professor, no âmbito de um trabalho pedagógico realizado no início deste ano lectivo, em que adulto e crianças reflectiram sobre alguns comportamentos indisciplinados em curso:

“Neste ano lectivo 2008/2009, o professor anda muito ocupado, cansado e atarefado. Só tem coisas para fazer. [...]” (Carla, 8 anos)

“O professor tem andado muito atarefado, a trabalhar e a ir às reuniões da escola de... Depois vem para a escola de... para trabalhar connosco, depois telefonam-lhe a dizer que há reunião hoje [...]” (Sandro, 8 anos)

“O professor ultimamente tem estado muito atarefado com as reuniões, anda cansado e anda um bocado doente da garganta por causa de nós. [...]” (Joaquim, 9 anos)

“[O professor] também tem estado muito cansado porque tem tido muitos trabalhos pela frente, tem tido muitas reuniões e é por isso que o professor

tem estado muito cansado. Vou dar um exemplo: começa o dia, vai para a escola, acaba a escola, vai de seguida para uma reunião, acaba a reunião, às vezes corrige os trabalhos dos exercícios e adormece às vezes à uma da manhã. [...]” (Rui, 9 anos)

“Desde o primeiro dia de aulas que o professor tem sido muito exigente connosco. Também tem estado muito cansado porque tem andado muito atarefado, tem tido muitas reuniões no agrupamento. Por isso estes dias tem andado muito cansado. O professor não está só cansado de trabalho, nós também o cansamos.” (Igor, 9 anos)

Perante estas afirmações, ou que poderíamos intitular de confirmações do que atrás fomos dizendo, não fôssemos correr o risco de sermos acusados de estar a *arrebanhar* apoiantes para as nossas teses, apetece-nos tecer alguns comentários e lançar algumas questões, ou melhor dizendo provocações.

Desde logo, a comprovação de que o *Estado da Educação* hoje não é uma construção teórica corporativa da classe docente, mas que já extravasou as paredes das salas de professores (e das casas destes, até porque as fronteiras entre estas e aquelas são cada vez mais difíceis de discernir, quer pelo número de horas que os professores passam nas escolas, bem para além do que o seu horário de trabalho indica, quer pe-

lo trabalho que diariamente são obrigados a levar como tpc), e é também claramente visto por aqueles que são os seus *clientes* (ou serão *utentes*?! – os alunos, as crianças, os jovens.

Assim, se tomarmos como válidas as afirmações dos actuais responsáveis do Ministério da Educação de que o objectivo primordial (?) do conjunto de medidas que lançaram durante o seu mandato (do recorrente encerramento de escolas ao mediático lançamento do *Magalhães*) é a defesa da Escola Pública e reconhecermos às crianças a capacidade de, enquanto sujeitos sociais, concorrerem para a constituição da sua identidade individual e das identidades colectivas dos mundos sociais em que se inserem, lançamos o desafio à tutela para que recorra à sempre prestimosa colaboração das instituições vocacionadas para a produção de estudos científicos e questione as crianças que frequentam as escolas públicas sobre algumas das mudanças que se verificam no seu dia-a-dia escolar e que, conseqüentemente, se repercutem no seu quotidiano... que, na verdade, não se esgota nas paredes ou nos muros de uma escola.

Joaquim Marques

ICE – Instituto das Comunidades Educativas

Rui Pedro Silva

CICS – Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho

BREVÍSSIMAS

ATENTADO COM CARRO-BOMBA MATA 17 PESSOAS NA SÍRIA

Dezassete pessoas morreram e outras 14 ficaram feridas, no dia 27 de Setembro, num atentado com um carro-bomba em Damasco, no ataque mais sangrento cometido na Síria desde os anos 80.

MAIS UM BANCO FECHA NOS EUA E CRISE FINANCEIRA DÁ SINAIS DE AGRAVAMENTO

A crise financeira apresentou novos sinais de agravamento em 26 de Setembro, com o encerramento do banco americano Washington Mutual (WaMu), enquanto as preocupações aumentavam pelo impasse sobre o plano de intervenção americano discutido pelos parlamentares democratas e republicanos.

RÚSSIA E VENEZUELA PROMETEM INTENSIFICAR A SUA COOPERAÇÃO EM TERMOS DE ENERGIA

Directores da estatal russa Gazprom e da companhia venezuelana PDVSA (Petróleos de Venezuela) assinaram um acordo para “determinar possíveis direcções para a cooperação” entre ambos os países, na presença do presidente Hugo Chávez e do seu colega russo Dimitri Medvedev.

“HOMEM-JACTO” ATRAVESSA O CANAL DA MANCHA COM UMA ASA E QUATRO TURBINAS PORTÁTEIS

O piloto suíço Yves Rossy, conhecido como “o homem-jacto”, realizou com êxito um voo entre Calais (França) e Dover (Inglaterra) com uma asa de carbono dotada de quatro turbinas portáteis fixada nas suas costas.

UE APROVA “PACTO DE IMIGRAÇÃO” E AVANÇA COM O PROJECTO DO “CARTÃO AZUL”

A União Europeia (UE) aprovou o “Pacto Europeu de Imigração e Asilo” apresentado pela França para um melhor controle dos fluxos migratórios e avançou na criação de um “Cartão Azul” para facilitar a chegada de mão-de-obra qualificada de países de fora da UE.

KGALEMA MOTLANTHE É O NOVO PRESIDENTE DA ÁFRICA DO SUL

O Parlamento da África do Sul elegeu em 25 de Setembro como presidente do país Kgalema Motlanthe, em sucessão a Thabo Mbeki, cuja polémica renúncia afundou o país na pior crise política desde o fim do apartheid.

JPS/ fonte: AFP

■ Cartas na mesa

POLÍCIA MUNICIPAL VAI UTILIZAR PISTOLA ELÉCTRICA NA FRANÇA

Os policiais municipais franceses poderão utilizar a pistola de impulsos eléctricos (PIE) do tipo Taser, segundo um decreto do ministério do Interior.

Os policias municipais estão actualmente autorizados a usar revólveres calibre 38 especiais ou pistolas calibre 7,65. Para usarem a pistola de impulsos eléctricos o Presidente da Câmara Municipal terá de conceder uma autorização individual a cada agente que for equipado com esta arma muito polémica.

TRABALHADORES DESPEDIDOS MATAM PRESIDENTE DE EMPRESA ITALIANA DESLOCALIZADA NA ÍNDIA

O presidente da filial indiana de um fabricante de autopeças italiano foi linchado por dezenas de trabalhadores que haviam sido despedidos.

Lalit Kishore Chaudhury, 40 anos, foi agredido até a morte com barras de ferro em plena luz do dia na cidade de Noida, na periferia industrial de Nova Délhi, onde fica a sede da empresa «Graziano Transmisioni Índia».

O executivo foi agredido no fim de uma reunião tensa com ex-trabalhadores da empresa. Quase 300 empregados foram despedidos há dois meses por terem, segundo a administração, saqueado o local de trabalho após exigências de aumentos salariais e de contratos fixos.

EUA VÃO DEVOLVER AO IRAQUE MAIS DE MIL ANTIGUIDADES ROUBADAS

Os Estados Unidos devolverão ao Iraque mais de mil antiguidades roubadas e retiradas ilegalmente do país após a invasão americana de Março de 2003, anunciou o governo iraquiano.

O ministro iraquiano do Turismo, Qahtan Abbas, manifestou a sua satisfação com a decisão tomada pelos Estados Unidos de devolver à embaixada iraquiana em Washington esses objectos roubados de valor inestimável.

A invasão norte-americana de 2003 e a queda do regime de Saddam Hussein permitiram um verdadeiro saque das antiguidades nos museus de Bagdad e nos diversos sítios arqueológicos do país.

O Iraque é considerado um dos berços da civilização, devido à presença no seu território das primeiras provas de vida urbana, cerca de 3.000 anos antes de Cristo.

O país tem cerca de 10.000 monumentos históricos. Com a guerra o saque foi brutal.

MULHER PALESTINA ATIRA ÁCIDO À CARA DE UM SOLDADO ISRAELITAZ FAZENDO-O PERDER UM OLHO

Uma palestina atacou nesta segunda-feira um soldado israelita num bloqueio militar na Cisjordânia atirando-lhe com ácido, o que o fez perder um olho, informou um porta-voz do exército hebreu. Segundo a fonte, três palestinos que se encontravam perto ficaram feridos pela reacção das tropas israelitas no local. A mulher, que foi detida de imediato, já havia tentado atirar ácido contra um soldado há uns dez dias, no mesmo bloqueio, mas, na ocasião, não acertando, ela conseguiu fugir.

ELBARADEI AFIRMA QUE NÃO HÁ INDÍCIOS DE MATERIAL NUCLEAR NA SÍRIA

A Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA) continua a analisar as amostras procedentes de supostas instalações nucleares na Síria, mas "até ao momento não há indícios de nenhum material nuclear", afirmou o director geral da AIEA, Mohamed ElBaradei.

A Síria autorizou os inspectores da AIEA a inspecionar as instalações de Al Kibar, no deserto sírio, que os Estados Unidos afirmam serem instalações nucleares clandestinas. Israel bombardeou estas instalações em Setembro de 2007. Mais uma vez fumo sem fogo.

JPS/ fonte: AFP



“Magalhães” vai dar a volta ao mundo da aprendizagem?

Computadores nas escolas não parece ser novidade; a boa novidade é que estes são portáteis e são propriedade dos alunos/as e isto pode ser uma excelente notícia para as crianças que frequentam o 1º Ciclo do Ensino Básico no Ensino Público e um passo importante no seu acesso às TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação).

Como consequência do desenvolvimento tecnológico, somos confrontados diariamente com novas modalidades de aprender e ensinar, que nos obrigam a reequacionar a forma como se trabalha na escola. Ao contrário dos adultos, neste contexto da apropriação de competências tecnológicas, as crianças e os jovens não estão preocupados com as TIC, nem com a Sociedade de Informação, nem em cumprir nenhum programa de aprendizagem específico, mas tão-somente em se exteriorizarem e em brincar. Neste sentido, o grande desafio que se coloca agora aos educadores/as é o de ajudar as crianças mais pequenas a usar efectivamente os computadores e o acesso à internet de forma criativa, para que possam adquirir competências tecnológicas que possibilitem ou ampliem o seu acesso ao conhecimento. Deixar as crianças explorar, e explorar com elas, não só com o intuito de ajudar, prever e controlar, mas também com a vontade de com elas aprender e descobrir o mundo virtual.

Com o avanço tecnológico, deu-se neste início do século XXI uma grande mudança nas nossas vidas e o apelo deste avanço é a promessa de maior rapidez, poder, controlo, conhecimento, partilha, prazer e desenvolvimento. Um avanço que – no que se refere à escola – exige de todos nós, educadores/as, uma grande criatividade. Todas as pessoas são mais ou menos criativas e essa capacidade não está confinada a uma geração, idade ou grupo. Usar as TIC de forma criativa pressupõe combinar o nosso conhecimento com competências tecnológicas e inventar novas formas de os usar em favor dos objectivos de aprendizagem ou de ensino a que nos propomos. Isto implica estarmos abertos ao novo mundo que a tecnologia pode

proporcionar e também compreendermos que a aventura do conhecimento não se confina ao espaço da sala de aula. De facto, o computador que está agora a chegar às crianças é um “brinquedo” interactivo que tomará a forma das suas actividades quotidianas. Para o usar a maior parte das crianças só precisava de o ter. Algum de nós imagina uma criança a ler um manual de instruções para fazer um documento Word ou jogar um jogo no computador? Os manuais destinam-se aos adultos e isso não acontece por acaso. As crianças, aliás muitas vezes criticadas por isso, não querem saber como funciona, querem fazer, querem usar e, para isso, não precisam de instruções. A exploração e a aprendizagem inter-pares pode, com a ajuda do “Magalhães”, beneficiar a colaboração e partilha de informação no espaço educativo. Aliás, muitas vezes esta exploração não se limita ao trabalho ou jogo que estão a fazer; acabam por descobrir funções e usos inimagináveis para nós, adultos.

Muitos adultos “precisam” de saber como é que as coisas funcionam. Mas, com a evolução da técnica, isso é cada vez mais difícil. Podemos tentar saber como funciona um candeeiro ou uma máquina de lavar (embora esta já seja mais complexa) mas, noutro tipo de tecnologia, este saber não é acessível à cultura científica comum. A diferença é que as crianças não querem saber, têm um uso meramente prático. Um adulto mais racional vê uma tecla diferente para cada função, um botão para cada coisa e quer saber qual deve utilizar. Contrariamente, face a um novo aparelho, as crianças ligam e começam, falham e tentam novamente, e vão acumulando conhecimentos com essa experiência descomplexada, vão penetrando de forma intuitiva na lógica desse novo mundo, “entendendo-se” assim com mais facilidade com os criadores dos equipamentos e do software, que os criam precisamente para poderem ser utilizados facilmente e poderem ser descobertos desta forma. Será precisamente por aqui que o “Magalhães” pode ajudar a dar a volta ao mundo da aprendizagem. Não sejamos nós, os mais velhos, a tentar formatar a relação que se vai estabelecer entre as crianças e o seu novo computador, à imagem da forma como nós nos relacionamos com os nossos. Há um mundo desconhecido para elas navegarem. Com a nossa ajuda, claro. Com os nossos conhecimentos e a nossa técnica, sem dúvida. Mas não com os mesmos horizontes que limitam as nossas paisagens. Os velhos do Restelo sabiam talvez navegar, mas nunca saíam da barra do Tejo.

Maria José Araújo

Investigadora do CIIE /FPCE – Universidade do Porto

mjaraujo@fpce.up.pt



João Pedro da Ponte comenta o novo Programa de Matemática do Ensino Básico

“Vai ser necessário investimento e mobilização por parte dos professores”

O novo Programa de Matemática do Ensino Básico deverá entrar em vigor no próximo ano lectivo, substituindo os programas em vigor desde 1991. A medida inclui-se no Plano de Acção para a Matemática e consistiu na elaboração de um documento único para cada um dos ciclos do Ensino Básico. O processo de reestruturação foi coordenado por João Pedro da Ponte, professor do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, e Lurdes Serrazina, professora da Escola Superior de Educação de Lisboa, e nele colaboraram outros sete investigadores. Neste Ponto de Encontro, João Pedro da Ponte dá-nos uma breve ideia dos seus conteúdos e finalidades.

Em que contexto surge este novo programa de Matemática do Ensino Básico?

Desde há muito que se sente a necessidade de um novo programa de Matemática no Ensino Básico, uma vez que os programas anteriores datam de 1990 (1.º ciclo) e 1991 (2.º e 3.º ciclos). Estes programas, na sua época, constituíram um progresso importante em relação aos precedentes, mas encontravam-se datados em muitos aspectos, não continham uma boa articulação entre os diferentes ciclos e tinham diversas incongruências com documentos curriculares mais recentes, como o Currículo Nacional de 2001. Deste modo, o Ministério da Educação decidiu contemplar este aspecto no Plano de Acção para a Matemática, lançado em 2006.

Trata-se de um reajustamento dos programas de 1990/91 ou foi pensado de forma a constituir algo completamente novo?

O programa que elaborámos constitui um reajustamento dos programas anteriores no sentido em que, em vez de se partir do zero, tomou-se como ponto de partida os programas que existiam. Na medida do possível, evitámos passar os conceitos e objectivos de aprendizagem visados de um ciclo para outro. No

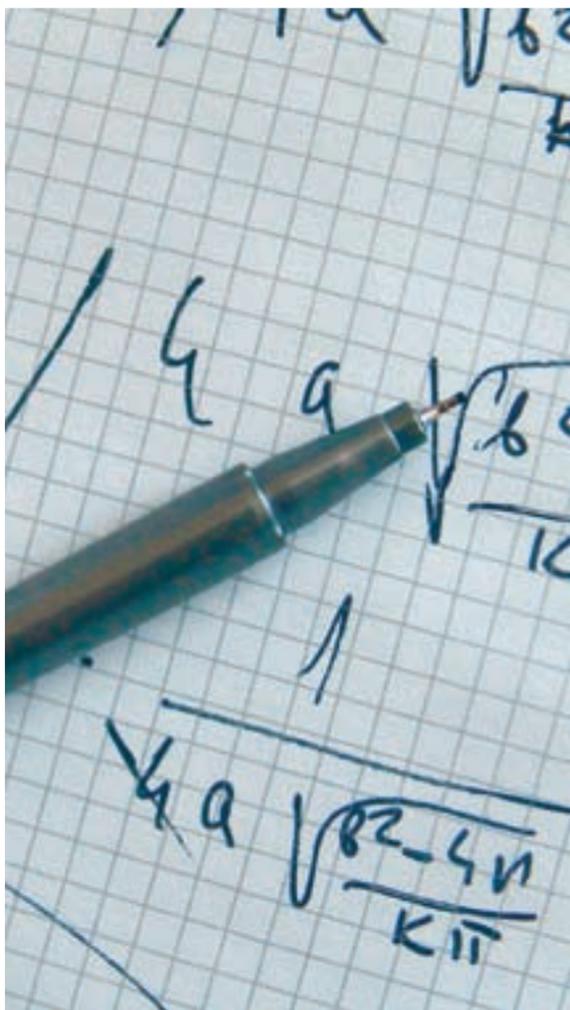
entanto, o programa que elaborámos é substancialmente novo em numerosos aspectos, por exemplo na ênfase que dá à Álgebra, que é reintroduzida como tema central, na abordagem dos Números, valorizando o sentido de número e o cálculo mental, da Geometria, valorizando o sentido espacial e as transformações geométricas, e na Organização e Tratamento de Dados, tema que surge agora em todos os ciclos. Outro aspecto inovador do programa é a atenção que dá às capacidades transversais – resolução de problemas, raciocínio matemático e comunicação matemática – e inovadora é também a sua estrutura e linguagem.

O programa representa um compromisso entre aquilo que os autores gostariam que acontecesse nas salas de aula e as condições existentes no nosso país, nas escolas e nas famílias, como o tempo disponível para a Matemática, o nível cultural da sociedade, o apoio que os encarregados de educação dão aos educandos, etc. Parece-me que conseguimos um compromisso aceitável, valorizando as capacidades transversais e perspectivando de forma bastante diferente o trabalho nos diversos temas. Conseguimos articular os três ciclos de um modo que me parece coerente e compreensível para os professores.

Quais são as suas principais linhas de orientação e objectivos primordiais?

O programa define claramente duas finalidades (ver caixa) para o ensino da Matemática, uma ligada à aprendizagem, compreensão e capacidade de utilização dos conceitos e processos matemáticos, e outra ligada à apreciação da Matemática por parte dos alunos. Para além disso, define nove objectivos gerais (ver caixa), que desenvolvem e concretizam estas finalidades. De uma forma breve, podemos dizer que se pretende que os alunos compreendam efectivamente os conceitos e processos matemáticos e sejam capazes de os usar nas mais diversas situações. Pretende-se, igualmente, que desenvolvessem o gosto pela Matemática. Recusamos assim, a velha ideia que a Matemática é para decorar e que não interessa procurar compreendê-la. No meu entender, sem esta compreensão não é possível uma aplicação inteligente das ideias matemáticas nem o desenvolvimento de uma relação saudável com esta ciência.

Considera que o novo programa poderá servir como catalisador para uma melhoria dos resultados na disciplina ou existirão outras medidas que po-



dem ser tomadas para concretizar esse objectivo?

O novo programa, em si mesmo, não vai trazer grandes alterações aos resultados dos alunos em Matemática. No entanto, pode gerar um movimento de renovação das práticas de ensino, centradas em novos objectivos e formas de trabalho na sala de aula, que terão efeitos muito significativos nas aprendizagens dos alunos. Para que isso aconteça, é necessário todo um conjunto de condições, envolvendo a produção de materiais de apoio, oportunidades de formação, formas de trabalho colectivo dos professores nas escolas, etc., cuja organização e operacionalização estão a ser trabalhadas neste momento. Vai ser necessário, sobretudo, investimento e mobilização por parte dos professores.

Partindo das opiniões que com certeza tem ouvido, qual lhe parece ser, em geral, o grau de aceitação relativamente ao novo programa por parte dos professores?

O programa tem sido muito bem recebido pela generalidade dos professores. São muitos os que mostram interesse em conhecê-lo em pormenor e em saber como vai ser posto em prática. A procura das acções de formação referentes ao novo programa tem sido muito forte. Neste momento estas acções já envolveram mais de um milhar de professores e a receptividade dos professores às novas propostas tem sido muito positiva.

Na fase de discussão pública recebemos contributos muito úteis de muitos professores indi-

vidualmente e de professores organizados por escolas, bem como de membros da comunidade científica, especialmente de matemáticos e estatísticos. Em função desses contributos clarificámos diversas passagens, simplificámos outras, corrigimos algumas gralhas, aperfeiçoámos aspectos menos conseguidos, e reduzimos num ou noutro ponto a extensão do Programa.

Considera que a melhoria dos resultados nos exames nacionais de Matemática em 2008 reflectem já as medidas tomadas no âmbito do Plano de Acção para a Matemática ou pode dizer-se que foram meramente conjunturais?

Parece-me que, em consequência do grande empenhamento dos professores – estimulado em grande medida pelo Plano de Acção para a Matemática – o ambiente nas escolas relativamente à Matemática já começou a mudar. Existe agora um sentido mais apurado que é imperioso que os alunos consigam de facto bons resultados na aprendizagem desta disciplina. Muitas escolas passaram a dedicar uma boa parte do tempo curricular que podem gerir de forma flexível para reforçar o ensino da Matemática. Em que medida os resultados dos exames nacionais de 2008 traduzem já esta nova realidade, é impossível responder com exactidão. Penso que se está a caminhar no sentido certo, mas precisamos de mais tempo para saber se estes resultados são realmente consistentes e duradouros.

Entrevista conduzida por Ricardo Jorge Costa

De acordo com o novo programa, o ensino da Matemática deverá ser orientado por duas finalidades fundamentais:

- Promover a aquisição de informação, conhecimento e experiência em Matemática e o desenvolvimento da capacidade da sua integração e mobilização em contextos diversificados.
- Desenvolver atitudes positivas face à Matemática e a capacidade de apreciar esta ciência.

E deverá ter em vista os seguintes objectivos gerais:

- Os alunos devem conhecer os factos e procedimentos básicos da Matemática. Isto é, devem ser capazes de:
 - ter presente e usar adequadamente as convenções matemáticas, incluindo a terminologia e as notações;
 - efectuar procedimentos e algoritmos de cálculo rotineiros;
 - reconhecer as figuras geométricas básicas;
 - efectuar medições e realizar construções geométricas com um grau de precisão adequado;
 - usar instrumentos matemáticos tais como réguas, esquadros, compassos, transferidores, e também calculadoras e computadores.
- Os alunos devem desenvolver uma compreensão da Matemática. Isto é, devem ser capazes de:
 - entender o significado dos conceitos, relacionando-os com outros conceitos matemáticos e não matemáticos;
 - perceber a razão de ser dos algoritmos e procedimentos de rotina;
 - reconhecer regularidades e compreender relações;
 - acompanhar e analisar um raciocínio ou estratégia matemática.
- Os alunos devem ser capazes de lidar com ideias matemáticas em diversas representações. Isto é, devem ser capazes de:
 - ler e interpretar representações simbólicas, pictóricas, tabelas e gráficos, e apresentar adequadamente informação em qualquer destas formas de representação;
 - traduzir informação apresentada numa forma de representação para outra, em particular traduzir para termos matemáticos informação apresentada em linguagem natural;
 - elaborar e usar representações para registar, organizar e comunicar ideias matemáticas;
 - usar representações para modelar, interpretar e analisar situações matemáticas e não matemáticas, incluindo fenómenos naturais ou sociais.
- Os alunos devem ser capazes de comunicar as suas ideias e interpretar as ideias dos outros, organizando e clarificando o seu pensamento matemático. Isto é, devem ser capazes de:
 - interpretar enunciados matemáticos formulados oralmente e por escrito;
 - usar a linguagem matemática para expressar as ideias matemáticas com precisão;
 - descrever e explicar, oralmente e por escrito, as estratégias e procedimentos matemáticos que utilizam e os resultados a que chegam;
 - argumentar e discutir as argumentações de outros.
- Os alunos devem ser capazes de raciocinar matematicamente usando os conceitos, representações e procedimentos matemáticos. Isto é, devem ser capazes de:
 - seleccionar e usar fórmulas e métodos matemáticos para processar informação;
 - reconhecer e apresentar generalizações matemáticas e exemplos e contra-exemplos de uma afirmação;
 - justificar os raciocínios que elaboram e as conclusões a que chegam;
 - compreender o que constitui uma justificação e uma demonstração em Matemática e usar vários tipos de raciocínio e formas de demonstração;
 - desenvolver e discutir argumentos matemáticos;
 - formular e investigar conjecturas matemáticas.
- Os alunos devem ser capazes de resolver problemas. Isto é, devem ser capazes de:
 - compreender problemas em contextos matemáticos e não matemáticos e de os resolver utilizando estratégias apropriadas;
 - apreciar a plausibilidade dos resultados obtidos e a adequação ao contexto das soluções a que chegam;
 - monitorizar o seu trabalho e reflectir sobre a adequação das suas estratégias, reconhecendo situações em que podem ser utilizadas estratégias diferentes;
 - formular problemas.
- Os alunos devem ser capazes de estabelecer conexões entre diferentes conceitos e relações matemáticas e também entre estes e situações não matemáticas. Isto é, devem ser capazes de:
 - identificar e usar conexões entre ideias matemáticas;
 - compreender como as ideias matemáticas se inter-relacionam, constituindo um todo;
 - reconhecer e aplicar ideias matemáticas em contextos não matemáticos, construindo modelos matemáticos simples.
- Os alunos devem ser capazes de fazer Matemática de modo autónomo. Isto é, devem ser capazes de:
 - organizar informação por eles recolhida;
 - identificar por si próprios questões e problemas em contextos variados e de os resolver autonomamente;
 - explorar regularidades e formular e investigar conjecturas matemáticas.
- Os alunos devem ser capazes de apreciar a Matemática. Isto é, devem ser capazes de:
 - reconhecer a importância da Matemática em outras disciplinas escolares e na vida diária;
 - predispôr-se a usar ideias e métodos matemáticos em situações do seu quotidiano e aplicá-las com sucesso;
 - partilhar as suas experiências matemáticas;
 - reconhecer a beleza das formas, regularidades e estruturas matemáticas;
 - mostrar conhecimento da História da Matemática e ter apreço pelo seu contributo para a cultura e para o desenvolvimento da sociedade contemporânea.

(Retirado do site da Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular)



(da esquerda para a direita)
Du Bois
Antonio Maceo
Beatriz Nascimento
Aime Cesaire

Os investigadores negros do Brasil

O Brasil tem assistido à emergência pública do vasto mapa dos quilombos (micro-sociedades, lugares, aldeias remanescentes de escravos fugidos até ao final do século XIX), alguns em processo de regulamentação da posse da terra, que se julgava serem poucos (e afinal já se conhecem mais de mil dos que continuam a existir), um dos temas que estão a dar origem à publicação de dezenas e dezenas de livros resultantes de pesquisas, manuais de divulgação, enciclopédias e dicionários da negritude, afro-brasileiridade e africanidade (p. ex., o álbum *Mulheres negras do Brasil*), ensaios e artigos, tudo para resgatar factos, memórias e imaginários, ao lançamento de obras para a infância e juventude e kits didácticos, à oferta de centenas, senão milhares, de acções e cursos de capacitação para professores das redes públicas de ensino. São os intelectuais negros, juntos com os desportistas, actores ou modelos da moda, garantindo maior equidade no tratamento, ganhando o ressarcimento, construindo a voz própria e saindo da obscuridade, com orgulho e distinção, num contraponto à imagem pública do negro pobre, pouco escolarizado e criminoso.

ASSOCIAÇÃO E CONGRESSO

Pensamento negro e anti-racismo, diferenciações e percursos foi o tema do V Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as (COPENE), evento com periodicidade bienal, realizado em Goiânia, capital do Estado de Goiás, próxima de Brasília, e que contou com 1.200 participantes. Foi organizado, no final de Julho, começo de Agosto, com o suporte habitual da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), que engloba os investigadores, profissionais, professores e intelectuais que se reconhecem como negros e, geralmente, trabalham em áreas relacionadas com temáticas afro-brasileiras, negras em geral, do anti-racismo e similares (ver www.museu.ufg.br/vcopene). Essa associação congrega esforços para a criação de laços de solidariedade, lutando por melhores condições de pesquisa e divulgação de resultados (novos meios e facilidades financeiras) e um reconhecimento mais efectivo tanto dos seus direitos quanto das contribuições para os saberes específicos no âmbito nacional e internacional.

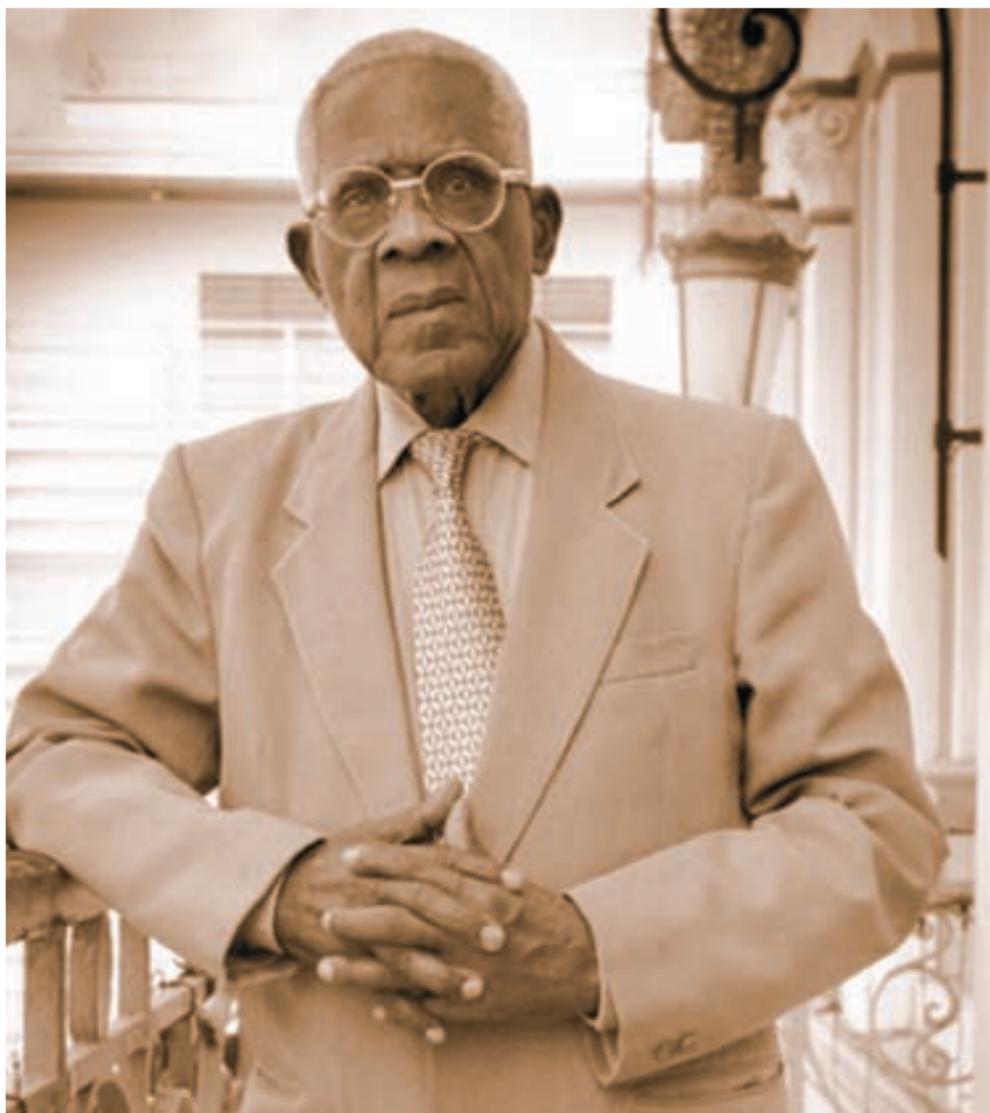
O Congresso beneficiou do patrocínio do Governo federal, do Governo do Estado de Goiás e do Pontão de Cultura/República do Cerrado (Goiás), entre outras entidades, e teve a presença de

investigadores, professores, intelectuais, escritores e mesmo integrantes das comunidades e cultos afro-brasileiros, sendo de destacar, entre tantos outros, Carlos Moore (da Jamaica, ex-colaborador de Cheik Anta Diop, que vive na Bahia e que lançou os livros *Racismo & sociedade* e *A África que incomoda*), Kabenguele Munanga (docente congolês naturalizado brasileiro, da USP) e Cuti (escritor), que abordaram temas desde as relações de política e economia entre o Brasil e África, passando pelo racismo na sociedade brasileira e no mundo, pela própria identidade de ser negro e também pesquisador, até às literaturas africanas de língua portuguesa e de outras línguas.

A ABPN e o COPENE têm o respaldo do órgão governamental de apoio à pesquisa (CAPES) e do Ministério da Educação e de duas outras instituições do Governo Lula (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/SEPM), mais intimamente relacionados com a sua política de promoção da igualdade racial, de combate às discriminações e de equidade social.

Desta vez, a organização coube às Universidades Federal, Estadual e Católica de Goiás, sob a batuta de Alex Ratts. O Congresso marcou uma mudança de orientação, visto que, pela primeira vez,

apresentaram-se ao acto eleitoral para a direcção da ABPN duas listas de candidatos, tendo ganho a “chapa” (como dizem os brasileiros) de Eliane Cavaleiro (da Universidade de Brasília), a qual é acompanhada por, entre outros, Alex Ratts (da Univ. Federal de Goiás), o único que transita da direcção anterior), Carlos Benedito (da Universidade Federal do Maranhão), Maria Nilza da Silva (da Univ. Estadual de Londrina, Paraná) e Rosane Borges (também da UEL), Denise Botelho (da Univ. de Brasília) e Amauri Pereira (da Universidade Estadual da Zona Oeste do Rio de Janeiro), que apresentaram propostas, entre outras, de captação de novos investigadores, de efectivação do Portal da Associação, de intervenção junto às agências científicas e de fomento, bem como de outras agências governamentais e organismos internacionais, do fortalecimento da parceria com os NEAB's (Núcleos de Estudos Afro-brasileiros existentes em universidades brasileiras) e com a CADARA (uma comissão consultiva do governo federal para as questões dos negros, integrada por professores, intelectuais e líderes negros), de articulação com as representações regionais da própria ABPN (cujos coordenadores regionais foram eleitos no decorrer do Congresso) e de efectivação de publicações há muito requeridas, mas sem sair do papel.



O APOIO DO GOVERNO LULA

Em geral, um evento desta natureza não é aberto aos pesquisadores não-negros, embora o regulamento preveja convites que podem ser considerados especiais. Com inequívoca presença de universitários negros que são, ou foram, militantes do Movimento Negro Brasileiro, e alguns outros intelectuais, escritores e mesmo mães-de-santo – pessoas cujo percurso de estudo e de luta é conhecido –, congregou também estudantes de várias regiões e universidades do país (incluindo alguns africanos frequentando estudos pós-graduados no país), ligados a actividades académicas no âmbito de acções de pesquisa (teórica ou de campo), de consciencialização da sociedade ou de luta anti-racial (por exemplo, o colectivo **ENEGRECER**, da UERJ). Uma parte desses estudantes enquadra-se nos programas oficiais de **Acções Afirmativas**, de **Apoio à Pesquisa e Extensão à Comunidade** previstos na já célebre Lei 10.639/2003 e legislação afim, que estão relacionados com o estudo obrigatório da **História e Cultura Africanas e Afro-brasileiras** em todos os níveis de ensino e também com o apoio à permanência (não desistência, quando há falta de condições pecuniárias ou de auto-estima) dos estudantes negros no ensino superior (progra-

mas **UNIAFRO** e **AFROATITUDE**) e às publicações dos centros. Note-se que mais de 70 universidades públicas do Brasil já puseram em prática o regime de **quotas para negros**, índios e outros estudantes (pobres). Este Congresso acaba constituindo, bienalmente, um encontro que, para além de um interessante, notório e festejado acréscimo de auto-estima, efectua o balanço dos trabalhos em curso (iniciação à pesquisa, mestrados, doutoramentos, pós-doutoramentos, inquérito social, publicações científicas, culturais, políticas públicas, etc.) e do estado da “questão negra” no Brasil por interventores que são, ou foram, sujeitos e objectos, autores e destinatários das pesquisas, concluindo-se que saem desse escol alguns quadros que influenciam ou orientam as políticas públicas nessa área e outros que são alguns dos responsáveis máximos de Ministérios e Secretarias e demais entidades do Governo Lula.

HOMENS E “MULHERES-GUERREIRAS”

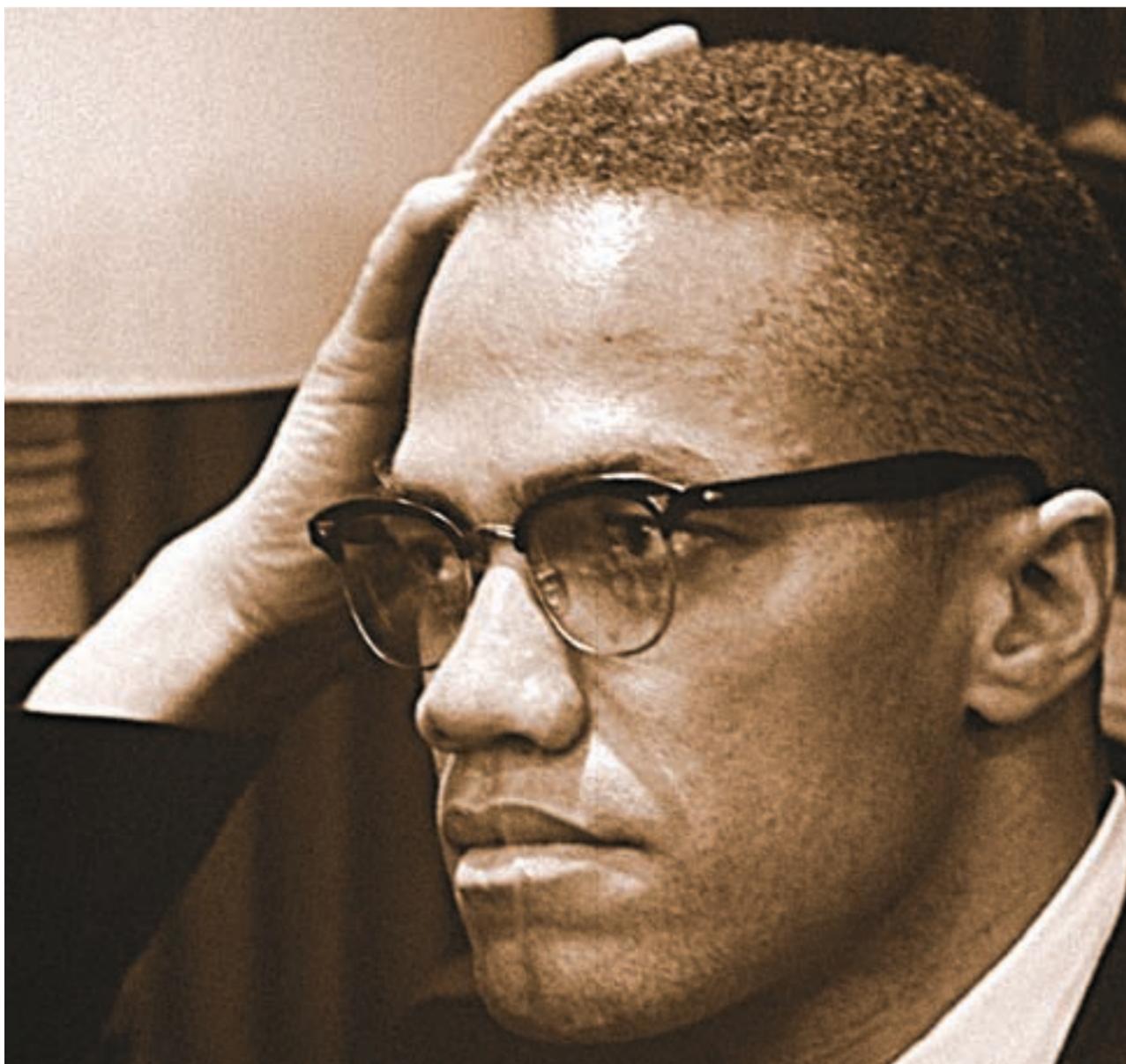
Os pesquisadores negros incluem-se obviamente na elite sócio-profissional que pensa o Brasil enquanto nação e sociedade em mutação vertiginosa. Duas realidades recentes que mostram essa mudança: os pretos e os mesti-

ços de negro e branco (ditos “pardos”, na classificação do IBGE) já são mais de metade dos brasileiros; igual percentagem da população beneficiária da melhoria do nível de vida já pertence à classe média, ainda que uma fatia importante seja da classe média baixa. Porém, os negros não possuem as mesmas condições económicas, familiares, sociais e culturais dos brancos. O desnível é grande e as mulheres negras, tantas vezes vivendo com os filhos, são, de resto, as que experimentam maiores dificuldades na carreira de investigadoras. Por isso, quando associam a pesquisa à militância, ao papel de mães e chefes-de-família (às vezes, incluindo a parental, “alargada”), à liderança e à ascensão social e hierárquica, são consideradas, segundo uma expressão corrente, “mulheres-guerreiras”, e isso é como que uma distinção nobiliárquica entre os negros conscientes, que veneram a sua garra. No Brasil, todavia, ainda não são reconhecidas de modo aceitável, nacionalmente, por não terem projecção considerável, certas figuras negras que nada ficam a dever às qualidades de outras brancas, de âmbitos similares. No cânone literário, por exemplo, o Brasil privilegia **Castro Alves** como o poeta do anti-esclavagismo (**Alberto Costa e Silva** dedicou-lhe recentemente um livro), quando existe o poeta **Luiz Gama**,

negro, activista, que ajudou a libertar escravos em São Paulo, mas não goza de tanta fama nem prestígio, sendo curiosamente filho da líder negra **Luiza Mahin**, engajada em revoltas na Bahia. No pensamento brasileiro, é ver outro exemplo, ainda não se reconhece a real estatura intelectual, cultural e política de **Abdias do Nascimento** (pensador, activista durante seis ou sete décadas, senador, actor, director teatral, pintor, professor nos EUA, que completou 92 anos de idade), cuja contribuição para se compreender o país é tão importante como as de **Caio Prado Junior**, **Sérgio Buarque de Hollanda**, **Gilberto Freyre**, **Antonio Candido** ou **Darcy Ribeiro**, e isto falando de referências para a compreensão do Brasil que se tornaram universais.

O PRAGMATISMO NEGRO

Entretanto, observa-se que os órgãos tradicionais de fomento da pesquisa universitária (CAPES e CNPq) continuam com alguma insensibilidade, de certo modo, aos problemas específicos dos investigadores, professores e estudantes-investigadores negros, porque se regem por critérios ditos “apolíticos”, “objectivos”, “neutros” e “científicos” de apoio a projectos de pesquisa e concessão de bolsas, mas que, numa sociedade como a brasileira, de



Malcom X

profundíssimas desigualdades sociais e de sedimentação racista, a igualdade de oportunidades não só não é efectiva como reforça a dominação branca na pirâmide social e na organização do saber e do conhecimento.

Os investigadores negros, temperados nas lutas e nas dificuldades de ascensão social, inserem o seu trabalho na luta social pela mudança do Brasil, pois atravessam ainda uma fase histórica de “negritude”, se atentarmos no estado das relações sócio-culturais. É natural, portanto, que, por vezes, alguns professores universitários expressem, por incrível que pareça (índice psicanalítico ainda de insatisfação com a realidade?), algum ressentimento em relação à TEORIA e capacitem as suas próprias performances (por exemplo, o uso de vestes afro-brasileiras em certos ritos académicos) como actos culturais ou epifanias em-si e por-si, sem necessidade de explicações/discussões da prática e da teoria. Como se qualquer acto, por exemplo, de violência política (atentado à bomba no Iraque) não precisasse de discursos explicativos e de investigações e debates para uso social e histórico, esquecendo-se, além disso, que falar é agir. Associada a esta pontual denegação da TEORIA, surge frequentemente o discurso anti-eurocêntrico, o que se compreende e aceita, e mesmo um discurso anti-razão ocidental, o que também se compreenderá à luz da crítica pós-colonial, pós-industrial, pós-moderna e anti-globalização libe-

ral provinda de um Sul diferente, negro, feminino, índio, excluído, pobre, emergente, que fala por si e pelos seus. Fica-se com a sensação, aqui e ali, de que essa crítica, que vem instaurando um novo paradigma brasileiro, agora com o apoio determinante do Governo Lula, não deixa de deslizar para o fetiche da “África-mãe” idealizada (em que se nota, tantas vezes, que essa África é uma espécie de ficção ou de mitologia para usos inapropriados ou improcedentes), para o apagamento das raízes portuguesas (seria interessante, p. ex., estudar a onomástica dos sujeitos-pesquisadores, a esmagadora maioria com nomes bem portugueses), para a menorização ideológica ou acrítica da moderna racionalidade ocidental (embora, obviamente, se assimilem e citem Marx, Weber, Benjamin, Adorno, Arendt, Foucault, Bourdieu, Boaventura Sousa Santos, muito referido), e, por isso, os emblemas intelectuais e as bandeiras políticas sejam outros.

ALGUNS ÍCONES NEGROS

Ora o Congresso decorreu sob a égide de 18 representantes significativos do “pensamento negro” e da acção pública, com direito a fotos nos cartazes, todos eles já falecidos: **Audre Lorde** (poetisa negra norte-americana, feminista e lésbica), **Du Bois** (pai do pan-africanismo), **Antonio Maceo** (activista da independência cubana), **Guerreiro Ramos** (sociólogo brasileiro dos anos 50-60), **Clóvis Moura** (pesquisador da

cultura afro-brasileira e do racismo), **Zora N. Hurston** (escritora norte-americana), **Beatriz Nascimento** (professora e activista brasileira), **Lélia Gonzalez** (professora brasileira), **Marcus Garvey** (político norte-americano), **Milton Santos** (geógrafo brasileiro), **Aimé Césaire** (pai martinicano da Negritude francófona, recentemente falecido), **James Baldwin** (escritor norte-americano), **Mãe Aninha** (mãe-de-santo brasileira), **Carolina de Jesus** (escritora autodidacta brasileira), **Cheik Anta Diop** (historiador e filósofo senegalês), **Frantz Fanon** (psiquiatra e revolucionário martinicano na Argélia), **Malcolm X** (líder muçulmano norte-americano) e **Laudelina de C. Mello** (activista brasileira que fundou o primeiro sindicato das empregadas domésticas).

Em 2010, o congresso irá realizar-se no Rio de Janeiro, organizado por uma equipa inter-universidades liderada por **Maria Alice Rezende Gonçalves** (da UERJ), que enfrentará, junto com a ABPN, a tarefa de aprofundar o debate teórico, de apoiar o alargamento dos campos de pesquisa, de contribuir para dar voz à juventude que investiga e de preparar um futuro (pós-negritudinista?) sem exageros corporativos, jogos de lobbies académicos ou influências regionais-estaduais, engrenando em novas cooperações nacionais e internacionais, lançando publicações democráticas e acessíveis, enfim, agindo pelo colectivo para além do debate e do organicismo. Os investigadores e docentes, o Movimento Negro Brasileiro, os intelectuais,

escritores e artistas reconhecem que é fundamental criar uma **base científica de apoio**, para que a sociedade reconheça, com objectividade, o **valor dos negros**, os **valores negros**, aqueles que vão além do politicamente correcto, desde o samba ao candomblé, e do tantas vezes ainda politicamente incorrecto das telenovelas e do futebol, e que a sua estrutura possa permanecer, solidificada, para lá do Governo Lula. Nota final: é evidente que se poderia discutir a questão de muitos negros serem, para nós portugueses, simplesmente mestiços ou, antes, mulatos, como dizemos e os militantes negros brasileiros não admitem (por discordarem do termo, efectivamente marcado por uma origem pejorativa). Comparar essa questão da mestiçagem brasileira, que é profunda e popularmente aceite, com a não aceitação da mestiçagem norte-americana (agora que Obama pode vir a ser o novo presidente dos EUA), seria fecundo e interessante, mas constituiria outro esforço e solicitaria muito espaço. Pretendi somente destacar o esforço da comunidade científica negra e “parda” do Brasil para o debate interno, o qual, em alguns pontos, me parece pouco aberto a repensar alguns adquiridos como definitivos, embora se compreenda tal posição à luz de um combate que sempre teve armas desiguais (leia-se espaços, meios e oportunidades).

Pires Laranjeira

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

■ Quotidianos

A Pobreza uma “reentrevista”

Alfredo Bruto da Costa é um reputado estudioso sobre a pobreza. Podemos fazer-lhe uma rápida “entrevista”, aqui na Página, baseando-nos nas respostas que ele deu recentemente, referente ao estudo que coordenou, “Um Olhar Sobre a Pobreza”. Tal estudo veio referido no jornal “Público” de 23/5/2008.

Serão os pobres “pobres porque assim tem de ser? Ou como dizia Bertold Brecht “porque quem fez o patrão também fez o criado.” Bruto da Costa (BC): Alfredo Bruto da Costa, não tem dúvidas: os baixos salários são um problema grave, que contribui para a pobreza em Portugal. É preciso aumentar os ordenados e democratizar as empresas. Mas só vemos gente a comprar... Há assim tantos pobres? BC considera que metade da população portuguesa está numa situação vulnerável à pobreza! Afirma: “É mesmo assim. Este é um aspecto da pobreza que, em Portugal, é analisado pela primeira vez: quantas pessoas, ao longo de seis anos, passaram pela pobreza e foram apanhadas como pobres em pelo menos um dos anos. A opinião pública, enquanto tal, nunca foi confrontada com esta realidade.” Mas onde estão esses pobres todos? BC: “Esse é outro problema: o da definição de pobreza. Quando se pensa em pobreza, pensa-se em miséria ou nos sem-abrigo. O pobre, na definição adoptada no estudo, é alguém que não consegue satisfazer de forma regular todas as necessidades básicas, assim consideradas numa sociedade como a nossa. Miséria é uma parte disso.”

Os nossos pobres seriam ricos em África ou na Ásia? BC: “Sim, em termos absolutos. Em termos relativos, não necessariamente. Porque a pobreza é um fenómeno social, não apenas individual: é não ter recursos para participar nos hábitos e costumes da sociedade. Se uma criança pobre não pode vestir-se como os seus colegas, para não ser ridicularizada, mesmo que tenha mais que uma criança em África, sofre de exclusão. O que é preciso para não ser estigmatizado em Portugal é muito mais do que em outros países. Há uma definição do século XIX, que diz que uma pessoa é pobre quando não tem dinheiro para vestir uma camisa que seja aceitável na sociedade.” Porque continuamos então a ter tantos pobres? BC: “A partir da entrada de Portugal na Comunidade Europeia, houve um facto que alterou a atitude da sociedade portuguesa perante a pobreza: Portugal passou a ter programas de luta contra a pobreza, através de metodologias que deram um salto qualitativo no modo de encarar e tratar a pobreza. Poderíamos esperar que a pobreza tivesse uma redução apreciável. Não teve. Em 2004, terá sido de 19 por cento, em 2005 terá sido 18 por cento. É uma tendência? Falta ver o que se passou nos anos seguintes. O que sabemos é que, durante esse período de 20 anos, andámos à volta dos 20 por cento. Mesmo que se admita que houve uma tendência ligeiramente decrescente, não explica que a ordem de grandeza se situe nos 20 por cento. A pobreza em Portugal ou se manteve estável ou teve uma redução sem proporção com o esforço feito desde que Portugal entrou na UE, na luta contra a pobreza.” Os salários portugueses são baixos? BC: “É fundamentalmente um problema de salário.” Os pobres não ascendem socialmente apesar dos esforços do Sistema Educativo? BC: “O sistema educativo está desenhado à imagem da família média e média alta: métodos pedagógicos, conteúdos escolares, o tipo de apoio que a criança pode ou não ter em casa, dadas as condições de habitação ou o grau de instrução dos pais? Há certos pressupostos de que os pais têm conhecimento para ajudar, de que têm acesso à internet ou a livros de consulta? Às vezes, as crianças não têm sequer um canto para fazer os trabalhos de casa.” Os pobres são assim por fatalidade? BC: “É uma atitude culpabilizante. Na transição do Rendimento Mínimo Garantido para o Rendimento Social de Inserção, no debate público que houve parecia que as pessoas estavam mais interessadas em combater a fraude dos pobres do que em resolver o problema da pobreza. Isto é expressivo de uma mentalidade.”

Baseado em entrevista a António Marujo, Público.

Carlos Mota

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, UTAD, Vila Real



A maturidade dos mais novos e o quarto mandamento

Para Paula van Emden e Camila Illesy essas novas senhoras, antigamente Iturra-González.....

Os descendentes são a lei da vida. Essa lei que diz que o amor é uma força da natureza que, de dois, faz quatro, cinco ou mais. Essa paixão definida por muitos analistas, entre eles, Sigmund Freud, que entendia a paixão como parte do jogo do amor, referido em nota de rodapé. Bem como essa lei da vida definida por Wojtila em 1992, posteriormente publicada. Não estou certo se as citações definem o que acontece na vida real. Ou, será o inverso, é da vida real que estas são retiradas. Para não perturbar a vida dos seres que crescem e um dia vão para outros sítios, os seus progenitores ficam sempre na ansiosa expectativa de saber deles. A filiação é um mandato para orientar os mais novos a uma nova criança consequência do amor entre eles, dessa paixão que não pensa mas age, por ser o amor a referida força da natureza. Esta força da natureza leva à procriação de outros. Procriação que muda a hierarquia entre os membros da família. Parece metáfora, mas não o é. É apenas o direito livre e soberano de dois seres que, encontram-se por acaso, gostam um do outro, desenvolvem uma paixão que une e obriga à construção do seu próprio lar. De um lar, que por sua vez, irá dar lugar a outro. Há um certo atordoamento nos sentimentos dos seres situados mais acima da hierarquia familiar pois gostariam de estar sempre junto dos seus rebentos e, ainda mais, dos rebentos destes. Direito que na realidade não existe se soubermos respeitar essa força da natureza. Baseado no entendimento desses sentimentos, transferimos os nossos descendentes para um outro lar, a sua própria fundação, digna e respeitável, que remete os mais antigos, a reaprenderem a sua vida pessoal. Na transferência – até

parece que falamos de mercadorias, e quase o é: há um contrato que consiste em não abandonar os novos casais, mas sim ver, ouvir, calar e, intervir apenas quando a nós recorrem. Foi o que aconteceu em 8 de Setembro deste ano, entre salvas de palmas e rituais, cerimónia, inserida numa excelente festa. Festa que marca a iniciação dessas novas hierarquias familiares já referidas. A filha chorava de felicidade durante a cerimónia, o seu pai e mãe também porque a melhor mulher do mundo tinha sido entregue ao melhor homem do mundo. Pranto de alegria que permite estarmos em paz; porque, nascida de nós, haverá outra geração, para perpetuar a nossa vida. Todas estas galimatias de palavras são apenas para referir que a nova Illesy soluçava porque ia continuar uma família. Soluçava, porque o homem da sua vida, era, a partir desse dia, o seu marido. O matrimónio, é este respeito mútuo de dois que se amam. Viva! Haja vida e felicidade com respeito! Essa ideia, por si só, define a maturidade, titulada no texto.

Raúl Iturra

Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa

Pedagogia e demagogia

Uma relação promíscua

O tecido social conhece a dinâmica própria de um organismo vivo, em que as células específicas na sua função aglutinadora de produção de bens consumíveis têm de ser oxigenadas a fim da sua integridade, da sua regeneração, da retribuição de uma força comum em favor do equilíbrio como agentes que sustentam a utilidade da energia cujo dispêndio não será senão trabalho. Para tanto, esse alimento vital propício ao bem-estar do nosso corpo comum vem-nos do conhecimento acumulado, de quanto a partir de uma herança sobre que se semeia se possa colher em excesso, atentas as condições propícias de regulação dos estudos básicos, da experimentação, da investigação, da comprovação pelos resultados. Quaisquer que sejam os domínios do saber, a função elementar da sabedoria será a de que possa propiciar uma noção mais conforme as leis que regem o mundo físico, biológico, psíquico, enquanto o conhecimento que a pessoa humana detém sobre a sua História, a promoção da retórica e a investigação linguística, a especulação filosófica e as propostas jurídicas, políticas e ecológicas se colocam num plano em que o indivíduo, pela sua maturação, veste o hábito com tanto de pedagogo como de instruendo. A pedagogia será portanto um dos órgãos vivos que insuflam na sociedade, em cada ente da sua estrutura, esse sopro que transforma, que aperfeiçoa e tem a virtude de proporcionar uma perspectiva de conjunto sobre os problemas de primeira grandeza, que afectam a Humanidade e o seu destino perseguido com os mais diversos fundamentos. A fronteira que delimita o ensinamento, com forma de tributo à liberdade de reflexão e de intervenção cívica e clarificação da ignorância, vizinho da persuasão ancorada na legitimidade de uma autoridade política, será uma zona pouco iluminada em que nos movemos a troco ou de um sentido da vida e do que nos possa fazer inocentes, ou da nossa indignação aliada à impotência colectiva face a mecanismos que transcendem as possibilidades de paz e de diálogo universal pelo valor do bem.

A sujeição às regras que emanam de corpos políticos elegíveis, por parte da comunidade escolar, a integração dos modelos de gestão escolar que na essência transportam um espírito de obediência discente para o corpo docente na sua relação com a legislação todo-poderosa, a visão anquilosada sobre a metodologia de avaliação que exige procedimentos arcaicos de resolução de problemas idênticos por parte de uma comunidade heterogénea, nas raízes, nos utensílios familiares objectivos, no imaginário presente, a indução do espírito de competição que se reforça na progressão dos estudos curriculares e acaba por imbuir toda uma cultura empresarial em detrimento da conjugação estratégica nos vários sectores da economia, todas estas constantes de um sistema, importa referir, relevam o êxito circunstancial, com declarada discriminação classista e sem lugar para as utopias. Uma juventude que não perscruta o futuro distante, que não se habilita pela arte de bem-fazer fora do espaço da escola, que pressente o tédio como regalia de uma profissão antecipada, será uma juventude divorciada no seu próprio seio.

Feita uma projecção da realidade em que ao pedagogo é exigível a mera veiculação de uma soma de conhecimento básico, sobre que recai a avaliação, com a noção do instruendo de que tanto representa o reconhecimento do mérito e o ingresso na vida profissional, subtraindo dessa projecção no futuro tanto o insucesso convencional como os desvios vocacionais, o resultado será um organismo em que os sinais vitais, como foram descritos já, sugerem um suporte ventilado de vida a ser insuflado num exercício tenaz contra a adversidade. A demagogia é pródiga em camuflar a doença, sobretudo quando se vale de uma relação promíscua com os comportamentos desviantes do pedagogo, do pedagogo que logrou a intrusão no espaço sagrado da Academia. Se o drama do espaço imberbe da escola subsiste será porque a Academia se foi inquinando, e essa dose dupla de anestésico tem como consequência o divórcio da sociedade civil, um duplo divórcio com o espaço clandestino da escola e o espaço movediço da política.

O testemunho, de geração em geração, será pois o de remeter para a escola o que é pertença ou missão da escola: *alguém* será responsável pelo ensino dos jovens, *alguém* terá essa competência, *alguém* lhes porá o futuro nas mãos. E os instruendos contam que a família lhes amaciara futuro e o desempenho da sua função social, o modo de vida por conta da família lhes bastará. Sem uma noção responsável da construção de um programa colectivo, da *performance* como cidadãos em que o provento do saber e do trabalho se redistribuirá tanto mais quanto o conhecimento tenha sido partilhado e as soluções que a vida adulta pede se encontrem no risco, que sendo financeiro tem como consequência uma economia pujante e saudável com todas as suas vantagens, entre as quais a de uma sociedade emocionalmente estável, intelectualmente bem apetrechada e ambientalmente bem inserida. O que se constata, contudo, é a prevalência de atitudes reactivas perante o meio escolar, transferindo de forma evidente o divórcio que suscita o universo da política. De facto, a atitude perante o mundo da governação assenta na mesma filosofia e tem uma mesma prática: *alguém* terá a solução para as disfunções da sociedade, *alguém* terá legitimidade para decidir, *alguém* será



culpado pelos desaires das políticas. *Alguém* poderão ser os instruendos cujas famílias se reconciliem com a escola, ensinando pelo exemplo de coabitação nos espaços de aprendizagem e convívio. O primeiro passo de divórcio do tecido social, de isolamento, é instintivo. Cabe ao pedagogo sair do seu reduto e penetrar na sociedade como metástase da demagogia, inverter a propensão perigosa para que família, escola e política cristalizem num vácuo de inoperância colectiva.

A simples retórica, o exercício discursivo do raciocínio, a manobra das palavras escolhidas serão um caminho ínvio dobrado sobre si mesmo se reportam uma realidade, mais, se a questionam sem oferecer um ponto de fuga para que se justifiquem. A justificação da tese de que, ponderada aquela realidade, didáctica e persuasão encerram em si mesmas vícios e virtudes, sem apontar à promiscuidade a conotação preconceituosa que por regra tem colada, não impede que o olhar sobre o estado de progresso da nossa sociedade, vistas outras na comunidade europeia que nos agrega, nos dê a noção de que não existem condições para bom augúrio. Perpetua-se um país socialmente imaturo, envelhecido e cujas gerações entradas na vida activa durante as últimas décadas, e as que estão em vias disso, se revelam arredadas dos bens culturais, entre eles a própria língua, sem os meios para aceder e competir de forma leal num mercado de trabalho em que são exigidos inventiva, abnegação e espírito de equipa. Enquanto a peneira insistir em camuflar a dorida verdade de quem viaje por bairros, aldeias e palcos de vaidades abertos a um povo sem esperança visível nos rostos, e enquanto a justiça social, o bom-senso e a inteligência forem o reverso de um cartão de visita apenas com paisagem, resta pugnar pelo ensino que contemple a disciplina, esquecida, avaliada pela definição de *utopia*.

Luís Miguel Brandão Vendeirinho

Escritor. Lisboa

■ Trigo limpo

China coloca nave Shenzhou VII em órbita e faz o seu primeiro passeio no espaço

A nave espacial Shenzhou VII foi lançada com êxito, da base de Jinquan, no noroeste da China, com o objectivo de proporcionar a primeira «caminhada no espaço» de um taikonauta [homem do espaço na linguagem chinesa].

O foguetão Longa Marcha II-F colocou a Shenzhou VII [em português, "nave divina"] em órbita, a 343 quilómetros da Terra. A missão inclui três astronautas e regressou à Terra no dia 28 de Setembro.

Depois da missão Shenzhou V ter dado à China em 2003 o acesso ao clube restrito de países que já enviaram missões tripuladas ao espaço (Rússia e Estados Unidos) a China, com esta missão, alcançou um novo marco na sua curta história espacial.

O ponto alto desta viagem consistiu na saída da nave do taikonauta Zhai Zhigang, saída espacial que ocorreu 43 anos após o primeiro passeio espacial de sempre, do soviético Alexey Leonov.

O taikonauta chinês Zhai Zhigang flutuou no espaço durante 15 minutos, na primeira caminhada espacial da história da China, segundo imagens transmitidas ao vivo pelo canal central da TV Chinesa.

A saída durou menos tempo que o previsto, pois os responsáveis da missão Shenzhou VII haviam programado uma saída extra-veicular (EVA) de cerca de 20 minutos. Nenhuma explicação oficial foi divulgada sobre esta alteração de tempo.

"Shenzhou VII está agora fora da nave. Estou bem. Cumprimento daqui o povo chinês e o mundo inteiro", declarou ao Centro de controle o astronauta, de 41 anos, que se transformou no novo herói de 1,3 Mil milhões de chineses. A agência oficial Nova China anunciou que esta façanha "foi um sucesso total".

Com meio corpo para fora do módulo, o taikonauta acenou com a mão, recebendo aplausos no centro espacial de Jiuquan, no deserto de Gansu (noroeste), de onde tinha descolado a missão no dia 25 de Setembro.

O astronauta agitou uma bandeira chinesa, num gesto muito simbólico que marcou a chegada da China ao selecto grupo das grandes potências espaciais. A missão Shanzhou VII, de 68 horas de duração, voltou à Terra aterrando na Mongólia interior.

O Presidente chinês, Hu Jintao, cumprimentou pessoalmente os três astronautas, que envergavam os primeiros fatos espaciais concebidos totalmente na China. "Trata-se de um importante passo em frente para a tecnologia espacial chinesa", afirmou Hu Jintao.

O programa espacial chinês é ambicioso: depois das primeiras missões tripuladas, a China prevê começar a instalar o primeiro módulo orbital em 2010, ao qual se seguirá um laboratório espacial permanente, ainda sem data marcada. O orçamento desta missão não é revelado, mas o custo de cada viagem tripulada é de 150 milhões de dólares (102 milhões de euros), segundo o Governo chinês.

JPS/ com: AFP



Baptista-Bastos um cronista deste tempo português

Depois de *Lisboa contada pelos Dedos* (2001), que mereceu justamente o Grande Prémio de Crónica da APE-Associação Portuguesa de Escritores, Baptista-Bastos publica agora *A Cara da Gente*, que reúne muitas das suas crónicas saídas no antigo *Diário Popular*, sobretudo com o propósito de retratar ou de evocar pessoas *próximas e distantes*, no fio compassado dos dias e dos anos sempre vividos em Lisboa.

Nas crónicas deste livro, Baptista-Bastos, em escolha pessoal, estabelece uma espécie de "breviário" de rostos de gentes que andaram no seu caminho de jornalista e escritor atento à valorização do quotidiano e ter muitas vezes sabido captar pela emoção e sensibilidade tudo o que se passou à sua volta no correr dos anos. Daí que o autor de *Elegia de um Caixão Vazio* deseje na recuperação literária destas páginas recuperar situações de vida ou imagens para um balanço de identificação de pessoas e lugares, vozes e gentes com todos os seus problemas, numa comunhão de palavras e de sentimentos, de ideias e emoções, e por isso falar uma vez mais em voz alta ou ser como admirável cronista um arauto *daqueles que não têm voz*. Na sua habitual forma de denunciar e intervir, Baptista-Bastos reafirma uma visão muito própria de retratar as gentes com quem dialogou e assim afirmar de modo comovido ou irónico, e numa intenção humanizada, na lembrança dos lugares e ruas lisboetas, na evocação de pessoas com quem dialogou ou memória dos amigos de estúrdia e boémia por sítios que permanecem na sua memória, enfim, sempre o sentido de crónica ou de reportagem está presente nas páginas deste novo livro do autor de *Secreto Adeus*, como círculo que se não fecha e percorre os meandros mais fundos da vida em solidariedade com os outros.

Assim, já passada a casa dos seus setenta anos, é bom salientar a força e a limpidez da escrita: sempre cortante e meticulosa nos pormenores, rigo-

Baptista-Bastos
A CARA DA GENTE, crónicas
Ed. Oficina do Livro / Lisboa, 2008

rosa no que descreve e narra na certeza de saber que, dividido entre a ficção literária e a crónica, Baptista-Bastos é, sem favor, um dos nomes mais destacados da nossa literatura, quer pela qualidade da escrita como pelo sentido intervencionista como sabe definir as suas posições com grande verticalidade. E por isso não podemos deixar de repetir as palavras de Luiz Pacheco a propósito de outro livro do autor de *A Colina de Cristal*: "*Leiam o livro todo. São trabalhos jornalísticos exemplares. Há talento, há verve, há ousadia, há um homem, há um escritor*".

Serafim Ferreira
Escritor e Crítico Literário



Performance e património

A ideia de “performance” circula cada vez mais e percebe-se bem porquê. É útil em muitos sentidos, sobretudo conotada com a noção de eficácia, sucesso, (bom) desempenho, que hoje são a obsessão reinante. Mas também é útil nas artes, porque é um “guarda-chuva” que alberga muitas formas de expressão, e está ligada à ideia de movimento, de vontade activa, de investimento no corpo pessoal (na escultura mais visível do eu), de improviso, de animação, de festa, e até de ritual que, à sua maneira, atrai muitos pela nostalgia de algo perdido/fantasiado ou de algo a que querem agarrar-se como âncora. Por isso também proliferam as “tradições”, inventadas a todo o momento, e o património se torna cada vez mais “incorpóreo”, mais abrangente (segue a lógica da totalidade, do pensamento categorial e representativo e do consumo que é sempre ávido de “fronteiras”, novos produtos).

Em muitos casos, na era pós-industrial, e de pós-trabalho como direito realmente concretizado para todos, criam-se como tradições (selo de autenticidade/antiguidade, e vontade de afirmação de diferenças que não se apercebem sempre como a produção de “diferenças” é produto da massificação e da globalização) que permitam fazer sobreviver (pessoas e localidades) e atrair compradores, consumidores, desde a gastronomia a todo o tipo de espectáculos. Formas de (re)constituir sociabilidades, de criar eventos, de viver sensações se possível fortes mas sem compromisso ou grande esforço/

empenho, numa época hedonista fragmentada do zapping, em que a atenção está dispersa.

Hoje quem esteja muito seguro de certos princípios, e os leve demasiado a sério, é motivo de troça - está out. É um ingénuo, “un brave type”.

Ou seja, o regime de atenção concentrada, emoldurada, que o racionalismo e a modernidade penosamente criaram, com objectos fixos e intenções/metodologias estabilizadas, valores ligados a uma moral burguesa (de classe média) meritocrática, de certo modo terminou. Embora não haja valores publicitáveis de substituição: é gestão, gestão, gestão, a todos os níveis do que se houve falar até ao vómito.

Mas gestão de quê e para quê, para onde, para que estatísticas, para que metas, para que lucros? ... os governos mudam mais cedo ou mais tarde, o que é naturalmente bom, mas não se vê muito hoje líderes que ultrapassem a concepção de eficácia administrativa, nem talvez essa ideia salvífica, moral, de líderes, exista já, tenha sentido hoje. Nem o Estado tem meios para manter uma administração competente, apartidária (como tal), nem a população tem uma nova cultura que seria precisa para ir melhorando o nível dos representantes e evitando o carreirismo. Não falo só do caso português. A crise é geral e tem a ver com uma nova realidade. A reacção das pessoas, sentindo-se impotentes, manifesta-se de forma também zappada, quer dizer, fragmentada e súbita. A democracia foi ultrapassada pela dinâmica do capital, e não pode obvia-

mente passar sem ele. O Estado já não cria empregos, o modelo da empresa e do empreendedorismo é hegemónico. O serviço público privatiza-se, e vem sempre a velha ideia dos contribuintes a pagar, como se eles fossem uma população homogénea. E se eu for comprar um serviço privado, também não pago, como contribuinte? E todos têm possibilidade de recorrer ao privado? Na verdade é uma ordem que até certo ponto escapa aos governos e as oposições sabem disso. O preço do petróleo e do dinheiro à escala mundial é quem manda nas nossas vidas. E a estimulação dos indivíduos a realizarem-se autonomamente é apenas a cara sorridente de um ícone bifido, cuja outra cara é a da mais total desumanidade. Por isso andamos todos a fingir que acreditamos nisto ou naquilo, e o que apenas queremos é um espaço de afirmação, onde possa habitar o que resta do desejo e da auto-estima. Salve-se quem puder.

Por outro lado, não adianta manter dicotomias e ideias do passado a não ser para encher o espaço público com mais poluição sonora ou mental. Separar a “cultura” (a cultura dos “cultos”) do resto (a cultura dos outros, ou seja, a de nós todos quando não fazemos de cultos) é aliás, em si, um acto muito perigoso. Suely Rolnik, professora brasileira, escreve em “Micropolitiques” (Paris, Seuil, p. 23):

“O conceito de cultura é profundamente reaccionário. É um modo de separar as actividades semióticas (actividades de orientação no mundo social e cósmico) em esferas para as quais os homens são remetidos. Isoladas, essas activi-

dades são estandardizadas, instituídas potencialmente ou realmente e capitalizadas para o modo de semiotização dominante - em suma, são separadas das suas realidades políticas.”

E mais adiante: “A cultura enquanto esfera autónoma não existe senão ao nível do poder, dos mercados económicos, e não ao nível da produção, criação e consumo real”. Falando depois de sujeição subjectiva (ib., p. 24), afirma lucidamente que “não se refere apenas à publicidade para a produção e consumo de bens. É a própria essência do lucro capitalista que se não reduz ao campo da mais-valia económica: ela encontra-se também na tomada de poder da subjectividade.”

As pessoas hoje são obrigadas a um regime de subjectividade que as obriga a uma atenção vigilante (de que a cultura do telemóvel é um indício forte) que as distrai de pólos fixos afectivos (e a atenção para o estudo, por exemplo, é claro que implica estabilidade afectiva e confiança); e por isso também é que não há sossego em parte alguma. Admiram-se depois as pessoas de aparecerem patologias como o terrorismo, a violência nas escolas, a falta de respeito pelas hierarquias (haveria que saber quais e como se legitimam e legalizam), a extrema ansiedade das pessoas mesmo para realizarem tarefas que lhes exijam um esforço suplementar, o narcisismo extremo e o egoísmo (de crianças, jovens, adultos, velhos) a hesitação e a dúvida permanentes. Foi a minha geração (sobretudo os que tiveram filhos sem poder prever tão grande mutação),



e o contexto nacional e internacional, que semearam os ventos de que agora estamos a colher as tempestades.

As pessoas não confiam nas instituições, nem mesmo os que lá estão nelas... há uma imprevisibilidade e insegurança que germina em todo o lado. E o que antes era apocalíptico, agora está aí, exposto, quase banal.

Performance, medida de todos os comportamentos na sociedade do espectáculo, da imediatividade. Performance também no sentido de uma maior amplitude de possibilidades de criação, de confundir sujeito e objecto. Performance, ultrapassagem da velha dicotomia sujeito-objecto, tema-interpretação. A interpretação é o próprio tema, e o próprio tema é o improvisado em tempo real, não a maturação lenta (esta existe, tem sempre de existir, mas não é visibilizada, não é aparentemente valorizada, ou seja, o que importa é o resultado palpável, o brilharete (se por detrás do brilharete houver algo, ah, isso tanto melhor, mas mais vale que a performance dê a entender isso habilmente, senão só muito poucos vão perceber. E só poucos vão perceber porque esta é uma cultura de cuidadosa desatenção à especificidade do outro. Nunca se mostrou tanto para fingir tanto). Há uma enervação, uma cultura eléctrica, uma extática (mística, religiosa, erótica, etc.), uma espécie de “desbordamento”, do que parece um excesso. Uma excitação 24 em 24 horas.

Tornar o património “performativo” quer dizer em última análise torná-lo de massas e rentável economicamente. Não é um casamento de conveniência en-

tre uma espécie de aristocracia (património) e uma burguesia à procura de certificado de nobilitação. Isso já foi há muito, séc. XIX, pelo séc. XX. É a junção de duas facetas do mesmo processo de gestão e de ordenamento de um território (um espaço) e de um tempo, onde a componente investigação deixou de ser sacralizada e passou a ser uma alínea, entre outras, de um orçamento, de um processo completo de valorização e manutenção de bens, de valores, colectivos ou individuais. Só que em Portugal este processo de objectificação de toda a realidade como um “recurso de desenvolvimento” chegou tarde por causa da ditadura de décadas. Chegou numa fase de recessão (a de 1973 e a que estamos a assistir agora, entre outras), de fim da guerra fria e de expansão da guerra a todo o planeta, bem como da emergência de novas potências. A guerra colonial deu cabo do país, a sangria de mão de obra foi enorme, e a democracitazão e modernização pretenderam e pretendem fazer-se no meio de um mundo americanizado e pós-moderno, quando nem pela modernidade passámos.

Nunca tivemos um “património” muito vendável, sobretudo para massas, a não ser o sol e as praias, que estão massificadas. A “consciência patrimonial popular” não podia existir, porque não se pode ser objecto e sujeito ao mesmo tempo. Se eu quero vender um “parque de antiguidades”, só o posso vender a quem vive na modernidade e se quer distrair com “esse outro objectificado”, com essa espécie de reserva ou “zoo”. Mas hoje corremos atrás da pós-moderni-

dade porque os jovens consumidores já nasceram nela e não querem saber do passado para nada nem das dificuldades da geração anterior. Querem, talvez como em todas as épocas, mas de forma exacerbada, tudo e já... não tendo tido uma cultura de contenção, que implica um capital de referência, valores de memória, herança de estabilidades afectivas, por vezes “rebetam”.

De modo que a nossa sociedade (mundial e nacional, porque não somos uma ilha de tipo Éden...) está infectada, não apenas pela corrupção ou por vírus e vícios: está infectada por um desfaseamento de si a si própria, por querer parecer aquilo que não é. Veja-se a quantidade de títulos de livros que se publicam e o pouco que se lê; ou melhor dizendo, o pouco que se lê com a concentração necessária à constituição de um imaginário que não seja enervado, enervante, impaciente, ansioso, violento, neurótico, e deprimido.

Há novos medos, retraimentos, etc. - quando a minha geração, por ingenuidade, sonhou com a liberdade em todos os aspectos, e não apenas formal, do votozinho na urna.

Património, estás a precisar de te estenderes no divã e de fazeres uma psicanálise, não no sentido pragmático e higienista da cura apaziguadora, ou de leares para casa uns comprimidos para andares como um zombie (isso seria mais para a psiquiatria), estás a precisar de quem te pense como performance típica, algo doentia, desta sociedade, como Marc Guillaume tentou já em 1980 definir no livro “A Política do Patrimó-

nio” (Campo das Letras, Porto, 2003).

Se performance é toda a actividade humana, que se passa sempre num contexto (não digo num simples cenário), onde observamos e nos sentimos observados (é o velho jogo do *look* e do *gaze*) e se o património é tudo o que nos envolve e nos inclui, então os dois conceitos praticamente recobrem-se.

O que é bonito talvez de dizer, mas deixa em aberto todo o problema “administrativo”, tanto para o Estado central como para as autarquias (eu ainda penso como um ingénuo, fora da política, segundo uma racionalidade académica - pecador me confesso).

Como estabelecer prioridades, como levá-las à prática quase sem meios, ao nível local, regional (pouco consistente neste país que negou a regionalização) e nacional?

Na prática, o que se faz é ir atrás de iniciativas parcelares que dêem votos, bom negócio e boa imprensa. Pôr os jovens a curtir, pôr o povo entretido, dar matéria para os “media.” Por isso o nosso grande património, a nossa grande performance, é o futebol. Por isso puseram bandeirinhas em todas as janelas. As bandeirinhas (=Portugal) existiam sobretudo porque existia “a bola”, com todo o que está a montante, a jusante, e no meio.

Comoção, sentimentalização, vida, animação?

Como vai, tudo bem?

Vai-se andando.

Vítor Oliveira Jorge

Faculdade de Letras da Universidade do Porto



Leituras de um Verão

Recordo-me de ter escrito há cerca de uns quatro anos um texto onde dizia que as interrupções lectivas (Natal e Páscoa) e as férias eram uma boa altura para os professores lerem alguns livros em busca de um indispensável desenvolvimento profissional. Fui confrontado por um colega que me acusou de ironia e demagogia.

Os anos passaram e continuo a pensar da mesma forma, na medida em que é necessário tomar consciência do quanto é importante os professores reflectirem sobre as suas competências e verificarem se elas são suficientes para ensinar todos os alunos. Sebarroja salienta, a título de exemplo, a vantagem de uma autoformação e do fomento do hábito de leitura entre o professorado como condição sine qua non para reflectir e melhorar a prática. Qualquer um com dois palmos de testa percebe que também eu considero as férias como um momento privilegiado

para “desligar” e fugir da rotina da vida profissional, mas tal não invalida que ocasionalmente façamos algumas leituras diagonais. Ao fim e ao cabo, foi o que eu fiz em certas noites de Verão.

As primeiras leituras (re)começaram na educação familiar para depois me debruçar na educação escolar. No fundo, a família e a escola são inseparáveis, apesar de nos apercebermos do contínuo divórcio. Desde o nascimento da minha primeira filha, assumo que fui um desenfreado pai consumidor de livros sobre a nobre e tão difícil arte de educar. Não me arrependo daquela minha preocupação exacerbada! Impressiona-me mais o facto de os pais não se preocuparem minimamente em reflectir sobre a educação que transmitem aos seus filhos. Impressionou-me ver demasiadas crianças permanentemente na piscina, não evitando as horas críticas, enquanto os pais se deliciavam a beber e a comer nas espreguiçadeiras e no bar do hotel.

Impressionou-me ver uma criança de 3 anos a chamar palhaço ao pai e a sua única reacção foi dobrar rapidamente o jornal e ameaçá-la fisicamente. Impressionou-me ouvir a conversa de uma miúda de onze anos sobre a sua prima: “ela tem tudo. Os pais são ricos. Só não tem a companhia deles porque estão sempre a trabalhar no restaurante”.

As minhas outras leituras mostraram-me, mais uma vez, que existem diferentes modos de fazer a escola. Encontramos alternativas às salas impessoais com as carteiras arrumadinhas em carreirinha, a fim de melhorar o gosto pela escola e o desempenho académico dos alunos! Que o ensino pode ser dirigido à turma, mas também cognitivamente orientado, organizado em pequenos grupos, em tutorias e tutorias de pares. Que ensinar para uma aprendizagem de qualidade pressupõe utilizar diversas abordagens à aprendizagem (centradas não só na memoriza-

ção mas sobretudo na compreensão)! Que o professor deve desenvolver uma atmosfera relacional amigável na sala de aula, em que a sua preocupação se centre ao nível da formação de cidadãos e não estritamente na transmissão de conhecimentos.

Angustia ver professores novos sem coragem para reflectir e quebrar rotinas. Angustia ver professores agarrados aos muitos anos de experiência para justificar, por um lado, a credibilidade das suas práticas de ensino e, por outro lado, para não as transformar e tentar melhorar.

Parafraseando Rodrigo da Fonseca, um político português do século XIX, nascer entre brutos, viver entre brutos e morrer entre brutos, é triste.

Angustia saber que esta frase é ofensiva, mas porventura certa!

Miguel Gameiro Silva

Professor. Ponta Delgada, Açores

Alimentos exóticos: entre a necessidade e a insanidade

O antropocentrismo, por si só, já representa uma atitude desmedida do humano sobre os demais seres vivos. No entanto, há uma particular ideia fundada em suas bases que parece não causar nenhum espanto entre nós, mesmo nos dias atuais, o que nos leva a algumas reflexões. É o caso dos alimentos exóticos. Pelo menos aqueles tipos que não fazem parte de nossas necessidades fisiológicas e que, de antemão, podemos classificá-los como supérfluos.

Em muitos casos que envolvem esses tipos de alimentos exóticos, ainda que estejam incluídos outros aspectos, como o cultural (por que cultura traz tantas imunidades?), sobressaem alguns paradoxos que ultrapassam todas as necessidades biológicas e chegam às raias da insanidade. Sem contar, ainda, as respectivas consequências ecológi-

cas e os diferentes impactos e/ou conflitos sociais. Se há diferentes motivos para que pessoas defendam a prática dos alimentos exóticos, encontramos razões mais consistentes, saudáveis e profícuas (especialmente para o planeta Terra) no lado das considerações contrárias. Esses argumentos contrários poderiam muito bem seguir por linhas da racionalidade científica ou necessidades advindas do atual estágio em que nos encontramos no mundo atual, ou seja, busca de maior responsabilidade sobre a ecologia global. Ou, ainda, tais argumentos poderiam mesclar realidade e ficção, com proveitos extraídos, por exemplo, do enredo do filme originalmente intitulado “Soylent Green” (no Brasil, “No mundo de 2020” – história de um mundo afetado por sérios problemas ambientais e alimentares). No entanto, isso demandaria um espaço maior do

que o disponível neste artigo. Então, quem sabe, a simples menção de exemplos e o exercício de buscar respostas a alguns questionamentos sirvam às nossas pretensões de reflexão.

Não é difícil enumerar exemplos de alimentos exóticos. Assados, fritos ou ensopados, inteiros ou em pedaços, a lista inclui macacos, jacarés, cobras, morcegos, cães, escorpiões, centopéias, aranhas, tartarugas, baratas, lagartos, gafanhotos. E o que dizer daqueles que não mais são considerados exóticos, como ostras, caranguejos, lagostas, polvos, lulas, tubarões? Afinal, o ser humano precisa disso tudo? Quem decide e quais os critérios de escolha para colocar esses animais à mesa? Qual é o perfil financeiro das pessoas que consomem iguarias desse tipo? O consumo ocorre por necessidade ou excentricidade? Qual o preço moral e ecológico

dessa prática consumista? Quais são os controles sobre o abate e comercialização desses animais? Quem ganha e quem perde com tudo isso?

Por fim, inserimos apenas os animais na discussão, mas poderíamos nos estender também aos vegetais. E aí falaríamos, por exemplo, sobre o palmito Jussara (*Euterpe edulis*), mas o espaço deste artigo, como já mencionamos acima, é curto demais para abordar toda a marginalidade subjacente. Queremos um mundo melhor em tudo e para todos? Então, fica uma última pergunta: Como esse tema dos alimentos exóticos é tratado com as crianças, em nossas escolas?

Júlio César Castilho Razera

Professor do Departamento de Ciências Biológicas, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Brasil).

juliorazera@uesb.br

Ideias, sociedade e Filosofia

Estando a sociedade num *continuum* dinâmico de transmutação ao longo dos anos, poderemos perguntar-nos: qual será o primeiro empenho da futura Filosofia? Indubitavelmente ajudar a revigorar a esfera pública de hoje, empobrecida, cada vez mais, subordinada aos interesses particulares, reduzida às diatribes, às guerrilhas entre os partidos e aos bastidores do “espectáculo político” onde se “afiam facas e se contam espingardas.” E subordinada, outros sim, ao futebolês, ao estilo de vida dos futebolistas pagos a peso de ouro, com os seus espaventes e sua vacuidade existencial. Esfera pública “invadida” por novelas deformadoras de mentalidades, deformadoras de realidades onde se faz a apologia da riqueza, do “dinheiro fácil”, das traições amorosas (e quejandas cenas) como estereótipos ilusórios a transmitir ao cidadão comum que absorve esta apresentação de opereta bufa.

Uma maneira de combater esta deserção, este entorpecimento, esta alienação pública - de perigosos efeitos anestésicos nas modernas democracias - consistirá em reflectir em termos políticos e sociais esse mundo desregrado e ensandecido, esse mundo de problemas que hoje tendem a psicologizar-se, a defrontar-se com uma linguagem narcisista,

com o isolamento, confinando-se nas secções da “socialite” das revistas e periódicos. Temas onde perpassam igualmente os conflitos familiares; os novos relacionamentos de convivência doméstica; a dominação masculina e a progressiva libertação da mulher; as experiências do próprio corpo; o mal-estar e a precariedade do trabalho; a deterioração das condições de vida; o acesso generalizado de todos os jovens à educação sem que isso tenha representado uma melhoria da qualidade de ensino e onde o professor, como principal agente educativo, é vexado e desrespeitado nesta escola massificada; o aumento das desigualdades no acesso à saúde, verificando-se uma crescente desumanização dos serviços; o aumento do fosso entre ricos e pobres; o empobrecimento e a proletarização das classes médias... Tudo aquilo que era suposto numa democracia (digna desse nome) não acontecer...

Mas acontece. Podendo fazer “despertar” da hibernação político-ideológica outras formas de governo que a democracia rechaçou. E que poderão, inquietantemente, assomar quando a situação se tornar insustentável.

Toda esta realidade implicará, no futuro, uma maior vinculação e envolvimento do pensamento filosófico, enquanto

debate dilucidador das problemáticas do ser humano a que se junta a ascensão dos movimentos sociais que se consolidaram já nos finais do século XX: o feminismo, o ecologismo, a cultura científico-tecnológica, a bioética e as novas formas de afectos a nível da sexualidade que podendo não ser os mais naturais, ter-se-á, inevitavelmente, de lidar com tolerância e compreensão.

Portanto, e em certa medida, estes reptos e estas novas realidades hão-de ser para a Filosofia futura o que foi o movimento operário, o marxismo, o existencialismo, o Maio de 68 para a Filosofia precedente.

De certo modo, o que se torna comum nestes movimentos políticos e sociais é que suscitam a transformação, não já do ordenamento jurídico e /ou das relações económicas, senão da própria identidade. Aqui se inscreve outro possível cometimento de uma filosofia futura: desmascarar todo o projecto orientado a apresentar as identidades (de género, de etnia, de nação, etc.), como se tratassem de essências, de realidades naturais.

Semelhantes programas - saídos da mão do fundamentalismo neoliberal e do novo darwinismo social - estão na ordem do dia; hoje assistimos a uma renovação do biologismo e inclusivé

da eugenia (v.g. a obrigatoriedade dos testes genéticos praticados em companhia de seguros), nas ciências humanas e nas suas aplicações. Outro risco neste âmbito, procede da expansão da teoria da decisão racional e de esse verdadeiro “monstro conceptual” que é o “homo economicus”.

Portanto, se a Filosofia quer fazer frente a estes novos perigos terá de conceber-se menos “pura”; terá de abandonar sua posição “altaneira” de disciplina “fundadora” e terá de abandonar o seu aristocratismo individualista para se converter numa ciência social crítica. Isto não significa renunciar aos grandes textos da tradição que, na sua grande maioria, se mantêm na actualidade. Trata-se de substituir a habitual relação exegética e professoral desses textos por uma relação mais pragmática; o filósofo tem de colocar os conceitos, as ideias, as análises ao serviço de um esforço colectivo - de historiadores, economistas, jornalistas, juristas, etc.- para se reflectirem e para se reformularem novos caminhos desbravadores para a superação dos conflitos preocupantes do nosso tempo.

António Cândido Miguéis
Professor. Vila Real

A adaptação da criança à escola de educação infantil

O ingresso na escola infantil é um marco na vida da criança, pois exige dela uma adaptação a um novo contexto. A criança redimensiona seus padrões de relação, seus comportamentos, suas concepções de mundo, após a sua entrada na escola. Para a família, esse início de escolarização também representa uma grande mudança, sendo um desafio que pais e mães têm de enfrentar. É um momento delicado e importante, já que a família se sente ambivalente tanto para estimular a autonomia da criança, quanto para confiar na Instituição.

Geralmente é difícil para pais e mães colocarem seus filhos pequenos numa escola. A separação com a criança é vivida com ansiedade, devido a sensação de estar abandonando-a. Existe, assim, um sentimento de culpa por deixar os filhos com desconhecidos, que está presente muitas vezes co-

mo um fantasma, não expresso claramente, mas sentido profundamente por pais e mães. Apesar de a Educação infantil ter um bom conceito atualmente em nossa sociedade, ainda há insegurança e relutância por parte das famílias em colocar seu filho na escola. (OLIVEIRA, 2001).

Brazelton (1994) acredita que “pais amorosos e responsáveis vão ficar aflitos por terem de deixar a criança com outra pessoa” (p.537). Isso pode gerar sentimentos de competitividade com as pessoas que cuidam do filho. Por isso, família e escola devem ter um relacionamento próximo, para que a família não se sinta excluída da relação da criança com seus educadores.

De acordo com Oliveira (2001), um relacionamento positivo entre educadores e famílias é algo a ser constantemente conquistado, sendo que nos

primeiros contatos das famílias e das crianças com a escola, aqueles que trabalham nela devem procurar propiciar um clima favorável e tranquilo. As próprias crianças sentem-se mais seguras quando há este vínculo positivo entre os pais e a instituição escolar.

Com certeza, a escola tem uma missão crucial neste momento de adaptação, pois deve, a cada novo aluno, redimensionar suas práticas, a fim de bem atender a ele e a sua família. Muitas vezes torna-se complicado para o educador lidar com toda a carga emocional existente nesse tipo de situação. Por outro lado, é fundamental que ele possa oferecer um ambiente emocional adequado para ocorrer a adaptação, preparando o grupo, a sala de aula e a si mesmo para a entrada de um novo membro.

Muitos sentimentos são suscitados quando a criança ingressa na escola infantil e eles devem ser ouvidos, falados, reconhecidos, compreendidos. Um espaço de reflexão é imprescindível para que famílias e educadores possam expor suas emoções e pensar alternativas para auxiliar a criança a lidar com o processo de adaptação.

REFERÊNCIAS

BRAZELTON, T. Berry. Momentos decisivos do desenvolvimento infantil. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de, et al. Creches : crianças, faz-de-conta e cia. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

Beatriz de Oliveira Abuchaim
Psicóloga, escritora,
mestre em Educação pela PUCRS – Brasil

A importância da inclusão social da criança com síndrome de down

Resumo

Olhando para algumas crianças, pode-se perceber que há nítidas semelhanças na aparência entre crianças, diagnosticadas com atraso mental. Este tipo de anomalia pode ser chamado de síndrome de down. Esta síndrome é o resultado de uma alteração genética. Para um bom desenvolvimento da criança down, é necessário que os pais, desde o nascimento, tenham a preocupação de apresentar e incluir a criança na sociedade. Mas na maioria das vezes isso não acontece, pois alguns pais retraem-se com medo do preconceito alheio, e também com intuito de proteger a criança de constrangimentos. Para que esta realidade comece a mudar, é importante que a inclusão comece a partir de casa. E apesar da inclusão escolar para a criança down aparentar ser complicada, é importante os pais não desistirem, isso porque, o objetivo da criança ir para a escola não é apenas aprender a ler e a escrever, mas sim estimular a sua socialização além de aprender na prática, as regras do nosso convívio e, ao mesmo tempo, ensinar para colegas, professores e até mesmo os funcionários, que a vida é feita de diferenças e que é possível lidar com as mesmas sem ter que buscar modelos ideais. Desta maneira o principal objetivo deste estudo [artigo] foi pesquisar a importância da inclusão social, na educação para o desenvolvimento de crianças portadoras de síndrome de down. Enfatizando o papel da família nesta inclusão e discutindo os preconceitos que ainda existem.

Introdução

Olhando para algumas crianças, pode-se perceber que há nítidas semelhanças na aparência de certas crianças, diag-

nosticadas com atraso mental. Este tipo de anomalia pode ser chamado de síndrome de down. Esta síndrome é o resultado de uma alteração genética. Que pode acontecer da seguinte maneira:

O número de cromossomos presentes nas células de uma pessoa (que não apresenta a síndrome) é 46. No qual, na hora da divisão celular 23 vem do pai, e 23 vem da mãe. Estes cromossomos então se unem de dois e dois, um com as características do pai, e outro com as características da mãe. Estes cromossomos unindo-se em par, vão se transformar em 23 pares. Quando ocorre a anomalia ao invés do cromossomo 21 receber 2 cromossomos (um do pai e um da mãe) ela vai receber três cromossomos. Por este motivo que surgiu o termo trissomia do cromossomo 21, pois o mesmo irá apresentar 3 cromossomos, um a mais.

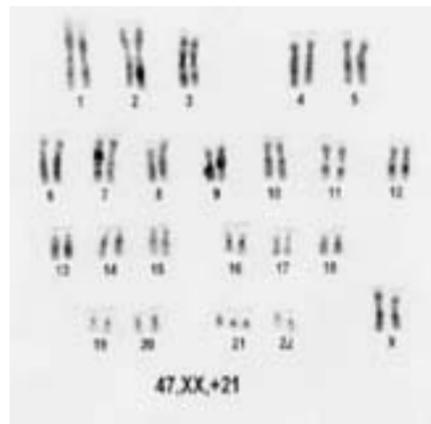
Recebendo um cromossomo a mais, as pessoas com síndrome de down passa a ter ao invés de 46 cromossomos, a ter 47.

Na figura ao lado, vocês poderão perceber e comparar a diferença quando ocorre a trissomia do cromossomo 21, e quando não ocorre.

Há suspeitas que as principais causas da síndrome de down possam ser a idade da mãe, no qual 60% dos casos são de mulheres com mais de 30 anos. Dados também revelam que 20% dos casos são também de pais com maior idade (cerca de 55 anos).

Inclusão social da criança com síndrome de down

Para um bom desenvolvimento da criança down, é necessário que os pais, desde o nascimento tenham a preocupação de apresentar e incluir a criança na sociedade. Mas na maio-



Trissomia do cromossomo 21. Um a mais comparado aos outros. (pessoa com síndrome de down).



Pessoa que não tem síndrome de down. (um par de cromossomos).

ria das vezes isso não acontece, pois alguns pais retraem-se com medo do preconceito alheio, e também com intuito de proteger a criança de constrangimentos.

Quando uma pessoa se torna pai, mãe, ou até irmão de uma criança com down há um certo tempo para que seus próprios preconceitos desapareçam. No entanto, não se dão conta de que através dos olhos de outros, percebam os seus próprios sentimentos guardados, que frequentemente despertam-lhes sentimentos de vergonha e culpa.

Para esta realidade começar a mudar, pode-se dizer que a inclusão começa em casa, tanto com pais que tem filhos com a síndrome, quanto com aqueles que não têm filhos com nenhum tipo de síndrome, no qual estes pais admitam que seus filhos tenham contatos em seu ciclo de amizade com essas crianças, ensinando-as a conviver com a diferença.

Pode-se afirmar que a inclusão escolar para a criança down é complicada, mas os pais não podem desistir, tentando proteger os filhos, como acontece na

maioria das vezes. Pois mesmo sabendo que a maioria das escolas são despreparadas ao lidar com as diferenças, isso é um direito que todos têm, e enquanto não tentarmos mudar esta realidade as pessoas vão continuar de mãos atadas. Pois a importância da criança ir para a escola não é apenas aprender ler e escrever, mas sim estimular sua socialização, além de aprender na prática, as regras do nosso convívio e ao mesmo tempo ensinar para colegas, professores e até mesmo os funcionários, que a vida é feita de diferenças e que é possível lidar com as mesmas sem ter que buscar modelos ideais.

Juscélia Victor Garcia e Silvana C. de Arruda Barbosa

Alunas do curso de Ciências Biológicas – UNEMAT

Lívia Mondin Freitas

Professora do curso de Ciências Biológicas – UNEMAT

juscelia_garcia@hotmail.com

silvana_bity@hotmail.com

lmondinfreitas@gmail.com

Conhecimentos da Biologia

Para cada ciência existe um código para interpretar os fenômenos que são propostos para explicar, a partir da utilização de conceitos e métodos relacionados a cada ciência. O objeto de estudo da biologia é o fenômeno da vida e toda sua diversidade de manifestações.

O aprendizado de biologia permite os diferentes sistemas explicativos, permitindo ao aluno compreender através dos modelos da ciência observando com o podemos interferir. Na biologia existem muitas questões consideradas polêmicas, que dizem respeito ao desenvolvimento e aproveitamento de recursos humanos e naturais.

A ciência e a tecnologia tornam-se cada vez mais presente no cotidiano das pessoas, modificando cada vez mais o mundo. Por isso é muito difícil ensinar biologia. No ensino médio acontece grande parte da compreensão dos alunos, isso a partir de tópicos gerais. A biologia tem como objetivo educacional desenvolver a curiosidade e o gosto dos alunos em apreender questões que merecem explicação, estabelecendo relações entre eles e permitindo assim uma relação maior entre aluno e meio.

Os alunos devem conhecer diferentes formas de obter informações expressando suas dúvidas apresentando supo-

sições através das hipóteses apresentadas, descrevendo processos entre o meio ambiente e o ser humano. O ensino da biologia possibilita relacionar cada vez mais aprendizados nas disciplinas ministradas, assim como a conceito amplo de física, química, geografia e biologia.

O conhecimento da biologia permite estabelecer funções vitais básicas utilizando vínculos entre teorias e interpretações abordando diferentes áreas da biologia, através de diversas matérias, compreendendo e relacionando fatores e conteúdos de acordo com os níveis de escolaridade a matéria estará sendo proposta com metodologias coerentes

para o entendimento dos alunos e para as intenções do educador. Essas intenções estão expressas nos objetivos gerais da área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e também naqueles específicos da disciplina de Biologia. Portanto, para a biologia é essencial o desenvolvimento de posturas e valores pertinentes às relações entre os ser humano, meio ambiente e o conhecimento.

Jaqueline Gonçalves Soares
Alessandra Machado Pessoa

Universidade Estadual de Mato Grosso
Campus de Tangara da Serra, Brasil

FICHA TÉCNICA

DIREÇÃO EDITORIAL

Director e Coordenador editorial: **José Paulo Serralheiro** | Editor Gráfico: **Adriano Rangel** | Redacção: **Ricardo Jorge Costa** | Paginação: **Ricardo Eirado** | Fotografia: **Ana Alvim** | Imprensa: **Naveprinter-Indústria Gráfica do Norte, SA**, Maia | Embalagem e distribuição: **Notícias Direct, Maia**. | Edição impressa: Publicação mensal especializada | Edição digital: <http://www.apagina.pt> | Preço: 2,00 euros | Assinatura: 1 ano: 20,00 euros; 2 anos 30,00 euros | Tiragem média em 2007: 19.000 exemplares

ADMINISTRAÇÃO

José Paulo Serralheiro – João Baldaia – Abel Macedo | Contribuinte nº 502675837 | Depósito legal nº 51935/91 | Registo ICS nº 116075 | Proprietário: Editora PROFEDIÇÕES, Lda | Registo na Conservatória Comercial do Porto: 49561 | Capital Social: 5000 euros | Sede: Rua Dom Manuel II, 51 C – 2º andar, sala 25, 4050-345 PORTO (Portugal) – Telefone: 226002790 – Fax: 226070531 – Email: redacao@apagina.pt – Assinaturas: assinaturas@apagina.pt – Livros: livros@profedicoes.pt

RUBRICAS E COLABORADORES PERMANENTES

A ESCOLA que (a)prende — Coordenação: **David Rodrigues**, Universidade Técnica de Lisboa e Coordenador do Fórum de Estudos de Educação Inclusiva (www.fmh.utl.pt/feei). **Jorge Humberto**, mestre em educação especial. | **AFINAL onde está a escola?** — Coordenação: **Regina Leite Garcia**, Universidade Federal Fluminense. Colaboração: **Grupalfa** — equipa de investigação em alfabetização das classes populares, Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, Brasil. | **CINEMA** — **Paulo Teixeira de Sousa**, Escola Secundária Fontes Pereira de Melo, Porto | **COISAS do tempo** — **Betina Astride**, Escola EB 1 de Ciborro – **Joaquim Marques**, ICE, Instituto das Comunidades Educativas – **Pascal Paulus**, Escola Básica Amélia Vieira Luis, Ourense – **Rui Pedro Silva**, CICS, Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho | **COMUNICAÇÃO e escola** — **Felislba Lopes**, **Manuel Pinto** e **Sara Pereira**, Universidade do Minho – **Raquel Goulart Barreto**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil | **CULTURA e pedagogia** — Coordenação: **Marisa Vorraber Costa**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Luterana do Brasil. | **DA CIÊNCIA e da vida** — **Francisco Silva**, Portugal Telecom – **Margarida Gama Carvalho**, Faculdade de Medicina de Lisboa e Instituto de Medicina Molecular – **Rui Namorado Rosa**, Universidade de Évora | **DA CRIANÇA** — **Raul Iturra**, ISCTE da Universidade de Lisboa | **DISCURSO Directo** — **Ariana Cosme** e **Rui Trindade**, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto | **DIZERES** — **Angelina Carvalho**, Colaboradora do CIE da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto | **DO PRIMÁRIO** — **José Pacheco**, Escola da Ponte, Vila das Aves | **DO SECUNDÁRIO** — **Arsélio de Almeida Martins**, Escola Secundária de José Estêvão, Aveiro – **Domingos Fernandes**, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa – **Fernando Santos**, Escola Secundária de Valongo, Porto. **Jaime Carvalho da Silva**, Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra | **E AGORA professor?** — Coordenação: **Ricardo Vieira**, Escola Superior de Educação de Leiria – Colaboram: **José Maria dos Santos Trindade** – **Pedro Silva** e **Susana Faria** da Escola Superior de Educação de Leiria – **Rui Santiago**, Universidade de Aveiro | **EDUCAÇÃO desportiva** — **Gustavo Pires** e **Manuel Sérgio**, FMH da Universidade Técnica de Lisboa. **André Escórcio**, Escola B+S Gonçalves Zarco, Funchal | **EDUCAÇÃO e Cidadania** — **Américo Nunes Peres**, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Chaves – **Miguel Ángel Santos Guerra**, Universidade de Málaga, Espanha – **Otilia Monteiro Fernandes**, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Chaves – **Xesús R. Jares** e **Xurjo Torres Santomé** da Universidade da Corunha, Galiza | **EM PORTUGUÊS** — **Leonel Cosme**, investigador. Porto | **ENTRELINHAS e rabiscos** — **José Rafael Tormenta**, Escola Secundária de Oliveira do Douro | **ERA digital** — Coordenação: **José Silva Ribeiro** – Colaboram: **Adelina Silva** – **Casimiro Pinto** – **Fernando Faria Paulino** – **Maria Fátima Nunes** – **Maria Paula Justiza** – **Ricardo Campos**, do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI), Laboratório de Antropologia Visual, Universidade Aberta – **Sérgio Bairon** (Brasil) e **Francisco Marano** (Itália), associados à rede de investigação do LabAV | **FOLHAS soltas de um caderno de viagem** — **Júlio Roldão**, jornalista. Porto | **FORA da escola também se aprende** — Coordenação: **Nilda Alves**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil. Colaboração: **Laboratório Educação e Imagem**: questão de cidadania | **FORMAÇÃO e Desempenho** — **Carlos Cardoso**, Escola Superior de Educação de Lisboa | **FORMAÇÃO e Trabalho** — **Manuel Matos**, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto | **IMPASSES e desafios** — **António Teodoro**, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa – **Gustavo E. Fischman**, Arizona State University, **Mary Lou Fulton**, College of Education – **Henrique Vaz**, FPCE da Universidade do Porto – **Isabel Menezes**, FPCE da Universidade do Porto – **João Barroso**, FPCE da Universidade de Lisboa – **João Menelau Paraskeva**, Universidade do Minho – **João Teixeira Lopes**, Fac. de Letras da Universidade do Porto | **INCOMODIDADES** — **Ana Efe**, artista plástica – **Júlio Roldão**, jornalista | **LINGUAGENS desenhadas** — **Paulo Sgarbi**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil | **LUGARES da Educação** — Coordenação: **Almerindo Janela Afonso**, Universidade do Minho – Colaboração: **Licínio C. Lima** – **Manuel António Ferreira da Silva** – **Virgínia Sá** e **Maria Emília Vilarinho** da Universidade do Minho. | **MEMÓRIAS** — **Costa Carvalho**, professor. Porto | **O ESPÍRITO e a letra** — **Serafim Ferreira**, escritor e crítico literário. Porto | **OLHARES de fora** — **Ivonaldo Neres Leite**, Universidade do Rio Grande do Norte, Brasil – **José Miguel Lopes**, Universidade Vale do Rio Verde, Brasil – **Maria Antónia Lopes**, Universidade de Mondlane, Moçambique – **Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva**, Universidade de São Carlos, Brasil | **PEDAGOGIA social e ÉTICA e educação social** — **Adalberto Dias de Carvalho**, Faculdade de Letras da Universidade do Porto – **Isabel Baptista**, Universidade Católica Portuguesa, Porto – **José António Caride Gomez**, Universidade de Santiago de Compostela, Galiza – **Xavier Úcar**, Universidade Autònoma de Barcelona | **QUOTIDIANOS** — **Carlos Mota** e **Gabriela Cruz**, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real | **RECONFIGURAÇÕES** — Coordenação: **António Magalhães**, FPCE da Universidade do Porto. Colaboram: **Fátima Antunes**, IEP da Universidade do Minho – **Fernanda Rodrigues**, Universidade Católica Portuguesa – **Mário Novelli**, Universidade de Amsterdão, Holanda – **Roger Dale**, Universidade de Bristol, UK. – **Susan Robertson**, Universidade de Bristol, UK. – **Xavier Bonal**, Universidade Autònoma de Barcelona, Espanha | **SAÚDE escolar** — Coordenação: **Rui Tinoco**, psicólogo clínico, Unidade de Saúde da Batalha. Porto – Colaboração: **Nuno Pereira de Sousa**, médico de saúde pública – **Débora Cláudio**, nutricionista da Direcção dos Serviços de Saúde Área de Nutrição. Porto | **SOCIEDADE e território** — **Jacinto Rodrigues**, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. **SUBLINHADOS** — **Júlio Roldão**, jornalista. Porto | **TEXTOS bissextos** — coordenação: **Luís Souta**, Instituto Politécnico de Setúbal – Colaboração: **Filipe Reis**, ISCTE, Lisboa – **José Catarino**, Instituto Politécnico de Setúbal – **José Guimarães**, Universidade Aberta, Lisboa – **Luís Vendeirinho**, escritor, Lisboa – **Paulo Raposo**, ISCTE, Lisboa. | **VISIONARIUM: foto ciência com legenda** — Conteúdos Científicos **Visionarium**, Centro de Ciência do Europarque – Espargó – 4520 Santa Maria da Feira. info.visionarium@aeportugal.com – tel. 256 370 605

ESCRITAS soltas: **Agostinho Santos Silva**, Eng. Mecânico CTT, Lisboa – **Ana Benavente**, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa – **António Branco**, Universidade do Algarve – **António Brotas**, Professor Jubilado, Instituto Superior Técnico de Lisboa – **António Mendes Lopes**, (Território & labirintos) Instituto Politécnico de Setúbal – **Cristina Mesquita Pires**, ESE de Bragança – **João Pedro da Ponte**, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa – **José Alberto Correia**, FPCE da Universidade do Porto – **Luisa Mesquita**, professora e deputada, Lisboa – **Manuel Pereira dos Santos**, FCT da Universidade Nova de Lisboa – **Manuel Reis**, Professor e investigador, Guimarães – **Manuel Sarmento**, Universidade do Minho – **Maria de Lurdes Dionísio**, Universidade do Minho – **Rui Canário**, FPCE da Universidade de Lisboa – **Rui Vieira de Castro**, IEP da Universidade do Minho – **Sofia Marques da Silva**, FPCE da Universidade do Porto – **Telmo Caria**, UTAD – Vila Real – **Victor Oliveira Jorge**, Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Cumprindo o seu Estatuto Editorial, este jornal respeita, e publica, as variantes do português, do galego e do castelhano. São traduzidos para português os textos produzidos noutras línguas.

SERVIÇOS: Agência France-Press – AFP

Associado 4008 da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE IMPRENSA



ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA
DE IMPRENSA

Editora Profedições

Compre livros (portes gratuitos)

10 Livros (dois livros de cada grupo) – 29.90€

12 Livros (todo o grupo IV) – 11.90€

5 Livros (um livro de cada grupo) – 14.90€

9 Livros (todo o grupo V) – 9.90€

Como comprar: telef. 226002790 | fax. 226070531 | E-mail: livros@profedicoes.pt

GRUPO I

Crianças de Meio Rural, de Rui Pedro Silva, 2007, pp. 250, preço de capa: 12.00€

Acolhimento Familiar, de Paulo Delgado, 2007, pp. 255, preço de capa: 12.00€

Educação e Cinema, de José Miguel Lopes, 2007, pp. 311, preço de capa: 12.00€

Quiproquós@media.com, de Francisco Silva, 2006, pp. 198, preço de capa: 12.00€

Uma Revolução na Formação Inicial dos Professores, de Vários, 2006, pp. 114, preço de capa: 12.00€

Arca de Gutemberg, de Serafim Ferreira, 2005, pp. 140, preço de capa: 12.00€

Dimensão Pedagógica Cultural de Agostinho Silva, de Amélia Lopes, 2006, pp. 147, preço de capa: 12.00€

Marxismo e Educação, de Vários, 2006, pp. 227, preço de capa: 12.00€

Concepções Pedagógicas Obra Irene Lisboa, de Luís Cardoso Teixeira, 2006, pp. 184, preço de capa: 12.00€

Dar Rosto ao futuro, de Isabel Baptista, 2005, pp. 156, preço de capa: 14.00€

GRUPO II

Da Democratização à democracia Cultural, de João Teixeira Lopes, 2007, pp. 119, preço de capa: 12.00€

Ciberleitura, de Betina Astride Santos, 2006, pp. 162, preço de capa: 12.00€

A Declaração de Bolonha, autor: Vários, 2005, pp. 263, preço de capa: 12.00€

Reconfigurações, de Vários, 2006, pp. 185, preço de capa: 12.00€

A Escola é o melhor do povo, de Vários, 2007, pp. 147, preço de capa: 12.00€

Afinal onde está a escola?, de Vários, 2005, pp. 220, preço de capa: 12.00€

Os Direitos da Criança, de Paulo Delgado, 2006, pp. 229, preço de capa: 12.00€

Muros e Redes, de Vários, 2006, pp. 225, preço de capa: 12.00€

Os Professores em contexto de diversidade, de Carlos Cardoso, 2006, pp. 170, preço de capa: 12.00€

Sociedade e Território, de Jacinto Rodrigues, 2006, pp. 299, preço de capa: 12.00€

GRUPO III

Escola a Tempo Inteiro, de Vários, 2007, pp. 110, preço de capa: 9.00€

Os Portugueses, de Leonel Cosme, 2007, pp. 74, preço de capa: 9.00€

Desconstruindo o discurso académico Papa, de Manuel Reis, 2006, pp. 80, preço de capa: 9.00€

A Escola faz-se com Pessoas, de Pascal Paulus, 2006, pp. 324, preço de capa: 12.00€

A Fábula em Portugal, de Luciano Pereira, 2007, pp. 384, preço de capa: 14.00€

O Mundo Maravilhoso Adivinhas Moçambicanas, de Américo Correia de Oliveira, 2007, pp. 389, preço de capa: 14.00€

Museus, Património e Identidade, de Fernando Magalhães, 2005, pp. 89, preço de capa: 12.00€

Agostinho e Vieira, de Vários, 2006, pp. 117, preço de capa: 11.00€

Escritas de Maio, de Miguel Gouveia, 2007, pp. 111, preço de capa: 14.00€

GRUPO IV

A Escola para todos e a excelência académica, de Vários, 2002, pp. 108, preço de capa: 7.00€

Escritas de Fonte Boa, de Joana Abranches Portela, 2007, pp. 132, preço de capa: 11.00€

Educação, Formação, Trabalho e Políticas Educativas, de Ivonaldo Leite, 2007, pp. 94, preço de capa: 10.00€

Professores para quê?, de António Teodoro, 2006, pp. 94, preço de capa: 10.00€

A Política Educativa do Colonialismo Português em África, de José Marques Guimarães, 2006, pp. 121, preço de capa: 10.00€

E agora professor?, de Vários, 2004, pp. 108, preço de capa: 6.00€

A Escola, os livros e os afectos, de Diana Medeiros, 2005, pp. 88, preço de capa: 6.00€

Cartas da periferia, de Fernando Bessa Ribeiro, 2003, pp. 46, preço de capa: 7.00€

Etnografia e educação, de Pedro Silva, 2003, pp. 125, preço de capa: 10.00€

Ser Igual ser diferente, de Ricardo Vieira, 2000, pp. 106, preço de capa: 7.00€

Pensar o ensino básico, de Vários, 2001, pp. 140, preço de capa: 7.00€

Por falar em formação centrada na escola, de Manuel Matos, 2002, pp. 211, preço de capa: 7.00€

GRUPO V

Em Mortalidades, de Óscar Gonçalves, 1992, pp. 91, preço de capa: 7.00€

Escolas Superiores de Educação, de Luís Souta, 1995, pp. 167, preço de capa: 7.00€

A Escola da Nossa Saudade, de Luís Souta, 1995, pp. 162, preço de capa: 8.00€

Carta de Chamada, de Aurélio Francos Lauredo, 1999, pp. 93, preço de capa: 7.00€

Educação Intercultural, de Américo Nunes Peres, 2000, pp. 558, preço de capa: 12.00€

Fiat Lux, de Manuel Reis, 1998, pp. 183, preço de capa: 7.00€

Sozinhos na escola, autor: José Pacheco, ano de edição: 2003, pp. 132, preço de capa: 12.00€

Da Cadeira Inquieta, de Iracema Santos Clara, 2003, pp. 138, preço de capa: 8.00€

Traição de São Paulo, Livraria Ideal Editora, de Manuel Reis, 2007, pp.369, preço de capa: 20.00€



Para conhecer
melhor
os nossos livros
consulte:

www.profedicoes.pt/livraria

■ Sem legenda



■ Dizeres

O casamento

Tinha custado muito, a toda escola, convencer algumas famílias ciganas a manterem os seus filhos a continuar a estudar, depois de quatro anos de escolaridade, especialmente as raparigas. Mas o Luís, sobretudo, tinha sido um caso especial. Mais velho que os outros (estava agora com 14 anos), tinha vindo para a escola quando já andava na feira com o pai e os tios, ajudando e trabalhando a sério. Era esperto e dava bem conta do recado. Veio muito a contra gosto e o pai só ficou convencido depois de longas negociações. Depois, a pouco e pouco, foi adquirindo o gosto por todas as actividades escolares. Com um cálculo mental brilhante era hábil na resolução de vários problemas, e muito participativo. Tinha um sentido estético apurado e adquirira um grande à vontade com a língua inglesa. Todos pensávamos que ele iria continuar, e talvez mais longe que o previsto. Um dia o Luís disse que ia deixar a escola. Como directora de turma senti-me verdadeiramente desapontada, foi um balde de água fria. Tentei convencê-lo, falar com ele. Disse-lhe que não

percebia porque ia ele deixar a escola quando tinha tantas hipóteses de sucesso escolar e mesmo social. Ele olhou-me nos olhos, de sobrolho franzido e uma certa picardia no sorriso. Falara sempre com aquele timbre de orgulho na voz e mesmo um certo tom de desafio. Mas naquele dia estava um pouco impaciente porque eu não estava a perceber nada. — É verdade professora, eu até que queria continuar. No princípio foi muito difícil mas agora até estava a gostar. E você é fixe que até a minha mãe acha. Mas eu vou mesmo ter de deixar. Mesmo que fale com o meu pai, não vai adiantar, ele já disse que está tudo decidido. Vou ter mesmo que deixar a escola. — Mas tens a certeza que não podes resolver de outro modo? — Não, professora, não dá... — Mas tu até estavas a acabar o 6º ano, era só mais um pouquinho, esperar só um pouco mais... — Não, não pode ser. Eu caso-me agora e pronto. Caso-me e tenho que começar a trabalhar, a ir para a feira com o meu pai e isso tudo.

— E para quando vai ser isso do casamento? — Ah, isso já foi este sábado, quer dizer, estava para ser mas não foi. — Como assim? — Pois, este fim-de-semana era o nosso casamento. Sabe, lá nos barracos até já tínhamos tudo pronto. Ia ser uma festa em grande, veio muita gente dos outros lugares, que a minha família tem gente em todo o lado, e ia haver música a faltar, e íamos dançar até não poder mais. A festa ia ser muito boa. Eu é que não me queria casar agora, mas disseram que tinha que ser agora e pronto. E já que ia haver festa, havia festa... E então quando estava tudo pronto é que aconteceu aquilo. — O quê? — Eles apareceram lá, os bófiás, todos artilhados, com os homens da câmara, a mandarem-nos sair, que iam desmontar aquilo tudo, deitar as nossas casas abaixo, e levar os bichos que tínhamos lá e tudo. Foi o fim do mundo, havia de ver. Desmontaram-se as tábuas para as mesas, que já estavam prontas. A minha mãe, as minhas irmãs

e as outras mulheres desataram a gritar, os putos só choravam, e era uma confusão com as coisas todas a monte. As coisas todas a monte e sem sabermos onde estava cada coisa...nem queira saber. Eles disseram que tinham avisado mas que ninguém acreditou. Pudera, já estava lá toda a gente há tanto tempo, até o meu avô, que já tem quase 50 anos, já tinha nascido ali; aquilo era mesmo o nosso lugar. E pronto, assim já não houve casamento, agora só daqui a um mês porque estamos todos em pensões, à espera que nos digam para onde podemos ir e numa pensão a gente não pode fazer a nossa festa. Por isso agora ainda posso vir um bocadinho à escola. — E estás triste por não ter havido casamento? — Não, eles, os nossos pais, é que escolheram, e ela é muito feia...

Angelina Carvalho

Colaboradora do CIEE da FPCE da Universidade do Porto

Jornal a Página da Educação: sempre consigo na 1.ª segunda-feira de cada mês

Em 2008, mantemos os preços do jornal · Assinar a Página conhecer a educação

Assinatura · Portugal 1 ano 20€/15€* · 2 anos 30€/25€* · Estrangeiro 1 ano: 25€ · 2 anos 35€ · Cada número 2€

*Preço especial para estudantes, escolas, bibliotecas e sócios dos sindicatos da FENPROF. Os estudantes enviam com o pagamento fotocópia do cartão de estudante. Os associados indicam o número de sócio e a sigla do seu sindicato. Os sócios do spn têm a assinatura paga pelo seu sindicato. As escolas, bibliotecas e outras colectividades, públicas ou privadas, beneficiam do desconto pela sua natureza de instituição.

Colabore, faça novos assinantes: tel 226002790 fax 226070531 correio electrónico: assinaturas@apagina.pt